



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MUDAM-SE OS TEMPOS. MUDAM-SE AS VONTADES?

**TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA**

**E EXPECTATIVAS SOBRE**

**A CONJUGALIDADE E A PARENTALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Família, na especialidade de  
Orientação e Mediação Familiar

Por

Maria Margarida Amaro Ferreira

Faculdade de Ciências Humanas - Instituto de Ciências da Família

Março de 2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

MUDAM-SE OS TEMPOS. MUDAM-SE AS VONTADES?

**TRANSIÇÃO PARA A IDADE ADULTA**

**E EXPECTATIVAS SOBRE**

**A CONJUGALIDADE E A PARENTALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Família, na especialidade de  
Orientação e Mediação Familiar

Por

Maria Margarida Amaro Ferreira

Faculdade de Ciências Humanas - Instituto de Ciências da Família

Sob orientação de

Doutora Susana Costa Ramalho

Março de 2017

## Resumo

Na sociedade moderna, algumas alterações têm levado a que a expressão ‘casar e ter filhos’ esteja a ganhar novos contornos para os jovens no conjunto de objetivos que estabelecem, levando a que a transição para a idade adulta seja mais tardia e se faça com base numa maior diversidade de trajetórias (Brückner & Mayer, 2005; Lesnard et al., 2016). Grande parte dos jovens adultos tem como objetivo terminar os estudos (Plotnick, 2007), conseguir estabilidade num emprego e alcançar a autonomia financeira (Gassanov et al., 2008). Deste modo, acontecimentos considerados centrais nesta transição, como casar ou tornar-se pai ou mãe, estão a ser adiados (Arnett, 2001).

Este estudo de natureza qualitativa e exploratória pretende investigar as expectativas de jovens adultos relativamente à conjugalidade e à parentalidade, procurando compreender os fatores que determinam essas expectativas, como o contexto familiar, religioso e a ambição académica. Conta com 18 participantes, 10 do sexo feminino e 8 do masculino, com idades compreendidas entre 19 e 25 anos ( $M = 21,4$ ), que se situam na faixa etária da Idade Adulta Emergente (Arnett, 2000), que compreende a fase final da adolescência e o início da idade adulta.

Relativamente aos instrumentos utilizados, aplicou-se individualmente um Questionário Sociodemográfico e uma Entrevista Semiestruturada. Os resultados evidenciam que a construção de expectativas acerca da conjugalidade e da parentalidade depende, para estes jovens, dos seguintes fatores: ‘O próprio’, ‘Família’, ‘Religião’, ‘Amigos’, ‘Escola’ e ‘Situação económica e profissional’. De acordo com os dados deste estudo, a maioria dos jovens atribuiu mais importância ao casamento do que à coabitação sem casamento e não se verificaram diferenças significativas entre os elementos masculinos e femininos ou entre grupos religiosos quanto às suas expectativas. A maioria dos jovens religiosos valorizou o estabelecimento da conjugalidade através de celebração religiosa.

Considera-se que será relevante a realização de mais intensa investigação a nível longitudinal na área das expectativas conjugais e parentais por parte de jovens adultos.

**Palavras-chave:** transição para a idade adulta; idade adulta emergente; jovens; expectativas; conjugalidade; parentalidade

## Abstract

In the modern society, for young adults, getting married and having children is not a straight line of events like it used to be. This fact makes the transition to adulthood much more complex and dynamic comparing to the past societies (Brückner & Mayer, 2005; Lesnard et al., 2016). Young adults choose to focus first in their academic life, in their career (Plotnick, 2007), to get a well payed job and to achieve economic independence (Gassanov et al., 2008) and then, getting married or having children. The consequence is a change in life events sequence and a delay in the transition to adulthood (Arnett, 2001).

This is a qualitative and exploratory research that analyses the correlation between the expectations of young adults about marriage or parenthood, and other variables such as, their religious background, family context and academic expectations. For this study, 18 individual semi-structured interviews were conducted with young people aged since 19 to 25 years old ( $M = 21,4$ ). The study comprises 10 girls and 8 boys, which were subjected to a thematic analysis procedure. Young adults at these ages are in the phase called 'Emerging Adulthood' (Arnett, 2000), which encompasses late adolescence and early adulthood.

This study reveals that specific factors have a major influence in the expectations of emerging adults about marriage and parenthood. These factors include the sense of "Myself", "Family", "Religion", "Friends", "School" and "Socioeconomic and professional situation". The data of this study also suggest that emerging adults prefer marriage as opposed to only cohabitare with a partner. This preference applies, without significant differences, to both males and females, and between different religious groups. The study also indicates most religious young adults want to get married by church.

It is important to continue the investigation about these themes and also to consider longitudinal studies, as these provide stronger data by analysing people throughout their lives.

**Keywords:** transition to adulthood; emerging adulthood; expectations; marriage; cohabitation; parenthood

## Agradecimentos

Chegando à fase final deste trabalho, há que reconhecer que algumas pessoas foram importantes para a sua realização, que fizeram parte deste processo de crescimento e aprendizagem e, por isso, deve agora ser-lhes feito o devido agradecimento.

À minha Orientadora, Doutora Susana Costa Ramalho, presto os meus maiores agradecimentos, pela sua presença constante, que me permitiu orientar-me e ter a firmeza necessária para continuar a desbravar caminho. Pelo exemplo que é e pelo privilégio de ter tido nesta viagem o seu acompanhamento, baseado na exigência, rigor, humanidade, experiência e sabedoria.

A todos os jovens adultos, pela sua colaboração, através da qual emergiu a sua tão rica experiência de vida, que é a parte central desta investigação e a todos aqueles que ajudaram no estabelecimento de contacto com esses jovens.

Aos Professores do Mestrado, pela oportunidade de com eles aprender e, por isso, de continuar a querer aprender ainda mais e, também, à Doutora Rita Francisco, pela disponibilidade e orientações ao nível da utilização do *software* informático.

Aos elementos da turma do Mestrado, pela oportunidade de partilha que tivemos e por terem feito parte desta caminhada.

Àqueles colegas de trabalho que mantiveram interesse em acompanhar a evolução do estudo, transmitindo-me motivação.

Ao meu grupo de dança contemporânea, Modernus, que me leva a dançar, também, neste palco de sonhos e concretizações que é a vida.

A todos os meus Amigos, mas em especial à Sónia, à Telma e à Liliana, por me fazerem sentir que a vida é uma construção conjunta e por zelarem pela manutenção do equilíbrio que une as partes.

E porque Tudo começa na Família e este trabalho é sobre ela, agradeço, por Tudo; pela leitura atenta e aconselhamento precioso do meu Pai sobre este trabalho, pelo incentivo diário da minha Mãe e Irmãos... Cada um me ajudou muito e o seu contributo constituiu uma peça fundamental para a completude desta etapa de vida.

Muito obrigada!

*“Be the change you wish to see in the world”*

Mahatma Gandhi

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>I. Enquadramento teórico.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Transição para a idade adulta, conjugalidade e parentalidade.....</b>	<b>3</b>
1.1.O longo caminho para a idade adulta.....	3
1.2.Conjugalidades: o antes e o agora.....	8
1.3.A demora da parentalidade num mundo acelerado.....	10
<b>2. Fatores que influenciam as expectativas dos jovens adultos face à conjugalidade e à parentalidade.....</b>	<b>13</b>
2.1. O contexto familiar: de onde vimos e para onde vamos?.....	13
2.2. Saber mais, ganhar mais: a ambição académica e o investimento na carreira..	16
2.3.O contexto religioso: como cremos e o que queremos.....	20
<b>II. Metodologia.....</b>	<b>24</b>
<b>1. Enquadramento metodológico.....</b>	<b>24</b>
1.1. Questão inicial.....	24
1.2. Objetivos.....	26
1.3. Desenho da investigação.....	27
<b>2. Estratégia metodológica.....</b>	<b>28</b>
2.1. Seleção e caracterização da amostra.....	28
2.2. Instrumentos utilizados.....	31
2.2.1. Questionário Sociodemográfico.....	31
2.2.2. Guião de Entrevista Semiestruturada.....	32
<b>3. Procedimento de recolha de dados.....</b>	<b>33</b>

4. Procedimento de análise de dados.....	35
III. Apresentação e discussão dos resultados.....	37
IV. Considerações finais.....	67
Referências bibliográficas.....	71

### Índice de tabelas

Tabela 1. Caracterização da amostra.....	30
--	----

### Índice de figuras

Figura 1. Mapa conceptual do estudo.....	25
Figura 2. Importância da conjugalidade.....	40
Figura 3. Importância da conjugalidade em função da crença religiosa.....	41
Figura 4. Idade desejada conjugalidade.....	42
Figura 5. Importância da conjugalidade em função de os pais serem ou não um casal.....	43
Figura 6. Importância da parentalidade.....	44
Figura 7. Importância da parentalidade em função da crença religiosa.....	47
Figura 8. Opções de conjugalidade.....	48
Figura 9. Opções de conjugalidade em função da crença religiosa.....	50
Figura 10. Opções de conjugalidade em função de os pais serem ou não um casal.....	52
Figura 11. Opções de conjugalidade dos filhos de pais em casamento religioso.....	52
Figura 12. Fase da vida desejada para iniciar conjugalidade em função da ocupação.....	54
Figura 13. Fase da vida desejada para iniciar conjugalidade.....	55
Figura 14. Projetos escolares-profissionais.....	56
Figura 15. Fase da vida desejada para iniciar parentalidade em função da crença religiosa.....	59
Figura 16. Expectativas sobre si próprio enquanto pai-mãe.....	60
Figura 17. Idade desejada para iniciar parentalidade.....	61
Figura 18. Fase da vida desejada para iniciar parentalidade em função da ocupação.....	62

**Figura 19.** Contextos percebidos com maior influência nos projetos conjugais/parentais.....63

### **Índice de apêndices**

**Apêndice A.** Guia de aplicação dos protocolos

**Apêndice B.** Consentimento Informado

**Apêndice C.** Questionário Sociodemográfico

**Apêndice D.** Guião de Entrevista Semiestruturada

**Apêndice E.** Sistema hierárquico de categorias e sua frequência

**Apêndice F.** Frequência de palavras

## Introdução

A investigação sobre as expectativas e desejos dos jovens relativamente à conjugalidade e à parentalidade tem evidenciado alguns fatores que poderão ter influência nestas áreas, nomeadamente, a família, a estabilidade a nível económico (Gassanov, Nicholson, & Koch-Turner, 2008; Sironi, Barban, & Impicciatore, 2015; Willoughby, 2010), o grupo de pares ou a ambição académica (Plotnick, 2007). Interessa, com o objetivo de aprofundar o conhecimento nesta área, entender a relação entre as características do adulto emergente e o contexto em que ele se insere, procurando compreender a importância que os fatores contextuais têm nas suas expectativas relativamente à constituição de uma família.

Na pesquisa efetuada não foram encontrados estudos sobre a população portuguesa que evidenciem, por exemplo, o contexto religioso enquanto potencial variável importante no âmbito das expectativas dos jovens adultos no que respeita à conjugalidade ou à parentalidade, o que sugere em nosso entender a necessidade de aprofundar e estudar qualitativamente estes temas.

A família tem sido alvo de grandes debates, não só pelas diversas transformações das suas características, mas também pela mudança do contexto socioeconómico mundial, que levou a uma alteração da habitual sequência de eventos do ciclo de vida familiar. Transitou-se de uma postura tradicionalista e quase homogénea, protagonizada pelos indivíduos nascidos até à primeira metade do século XX, em que se saía da casa dos pais para casar e se tinha o primeiro filho antes dos 30 anos (Bras & Kok, 2003), para os mais diversificados percursos possíveis até à concretização do casamento, no período pós-industrial (Kleinepier & De Valk, 2016).

A vontade de estabelecer uma relação afetiva duradoura é transversal a jovens de todo o mundo, destacando-se a etapa do jovem adulto, na qual as atitudes e expectativas acerca deste projeto de vida mais se evidenciam (Arnett, 2004; Plotnick, 2007; Relvas, 2004) e irão influenciar as suas opções e conduta quotidiana (Salmela-Aro, Aunola, & Nurmi, 2007). Também os questionamentos sobre casar ou ter filhos começam a fazer sentido no início da transição para a idade adulta pois, nessa mudança, é comum ocorrerem diversos eventos como deixar de estudar, ingressar no mercado laboral, deixar de residir com os pais, iniciar um projeto de vida conjugal e ter filhos. Este período é caracterizado

por desejo de autonomização mas, em simultâneo e em termos práticos, é ainda de grande dependência financeira dos progenitores, pelo que o *timing* destes acontecimentos poderá ser afetado pelo contexto familiar, oportunidades a nível académico e profissional ou envolvimento religioso. Assim, esta transição concretiza-se de modo mais extenso e tardio do que nas gerações passadas, verificando-se em Portugal que grande parte dos jovens coabita com o companheiro antes de casar, adia a idade em que irá casar (30 anos em 2010 e 31,8 anos em 2015 - INE, 2016) e também adia a idade em que tem o primeiro filho. Na diversidade de percursos possíveis, surgem também outras configurações familiares, como viver sozinho antes da primeira união, optar por não ter filhos ou ter filhos fora do casamento (Billari & Liefbroer, 2010; Jablonski, 2009; Wagner, Tronco, & Armani, 2011; Wall & Aboim, 2003).

O prolongamento do tempo até ser adulto fez surgir, assim, uma nova fase de carácter psicossocial nos estádios de desenvolvimento: a Idade Adulta Emergente<sup>1</sup> (*Emerging Adulthood*) (Arnett, 2000), considerada inicialmente, dos 18 aos 25 anos mas, posteriormente, ampliada até aos 29 anos. Esta etapa, posicionada entre a adolescência e a reta final da terceira década de vida tem passado por diversas mudanças advindas das transformações socioeconómicas, embora lhe permaneça transversal a intensa exploração do meio envolvente, através da qual se edifica a identidade (Arnett, 2000; Tanner, 2006). Perceciona-se, assim, o adulto emergente como elemento pertencente a um sistema também em mudança e influenciado por inúmeros fatores externos, que poderão constituir grandes desafios, mas também grandes oportunidades.

A presente investigação está dividida em quatro Partes: I. Enquadramento Teórico, onde é apresentada a revisão de literatura sobre o tema; II. Metodologia, em que é referido o procedimento efetuado ao longo do processo de investigação; III. Apresentação e discussão dos resultados, onde se faz uma análise dos resultados obtidos através da metodologia de investigação e IV. Considerações Finais, em que é elaborada uma reflexão sobre o tema e se evidencia os contributos do estudo, bem como se identifica as suas limitações.

---

<sup>1</sup> A utilização das expressões ‘adulto emergente’, ‘jovem adulto’ ou ‘jovem’ será efetuada ao longo do texto, tendo em consideração o conceito de ‘Idade Adulta Emergente’ introduzido por Arnett (2000) e que abrange a faixa etária dos 18 aos 29 anos.

# I

## Enquadramento Teórico

### 1. Transição para a idade adulta, conjugalidade e parentalidade

A investigação tem-se revelado crescente no que diz respeito àquilo que os jovens desejam e antecipam face a uma união conjugal e à possibilidade de serem pais. Iremos pois, observar que as expectativas dos jovens se constroem em função das alterações dos modelos sociais e dos valores familiares, o que se repercute, por exemplo, nas mudanças do *timing* dos eventos do ciclo vital (Brückner & Mayer, 2005; Lesnard, Cousteaux, Chanvril, & Le Hay, 2016).

#### 1.1. O longo caminho para a idade adulta

Segundo Minuchin (1979), o grupo familiar constitui uma rede invisível que estrutura a forma como os indivíduos interagem e que permitirá trilhar um caminho de aprendizagem que leva ao aperfeiçoamento das competências interpessoais. À família competem duas funções essenciais: proteção e socialização, privilegiando a autonomização de cada um dos seus membros e o seu desenvolvimento dentro da sociedade e cultura a que pertencem (Relvas, 2004). É neste sistema que são elaboradas e aprendidas as dimensões significativas da interação, como a linguagem, a comunicação e as relações interpessoais (Alarcão, 2002).

Cada família é uma e única, constituindo um todo (Relvas, 2004) e é neste sistema, em que há um vínculo afetivo ímpar, que se vai tornando mais consistente o sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela família e não a outra qualquer (Alarcão, 2002). Apela-se, assim, à Teoria Geral dos Sistemas, em que cada família é vista como um sistema em evolução e auto-regulação e parte integrante de outros sistemas (comunidade, sociedade), sendo ela própria composta por subsistemas, dos quais o menor, é o indivíduo

e em que a mudança de um deles influencia o sistema familiar no seu todo (Minuchin, 1979). Para Koestler (1981), enquanto parte de um sistema maior, o subsistema tem a capacidade de, ao desenvolver um sentimento de pertença, em simultâneo construir o seu caminho para a diferenciação e a autonomia. A procura de autonomia em direção à idade adulta não é um processo linear, pois nele vão surgir afastamentos e reaproximações que interferem no equilíbrio entre as condições da família e as necessidades do jovem adulto (Alarcão, 2002; Robin & Foster, 2003). No ciclo de vida do sistema familiar podem ser identificados vários momentos de transição, que se distinguem relativamente às exigências que lhes são colocadas (Duvall, 1977, cit. por Relvas, 2004), sendo um deles o das ‘famílias com jovens adultos’, que será aquele que iremos abordar.

Pappámikail (2011) descreve a juventude como uma fase da vida que se situa entre a infância e a idade adulta e à qual são atribuídos múltiplos sentidos e representações ambíguas. Pais (1990) propõe que a juventude seja observada em função de duas perspetivas: como unidade, enquanto fase do ciclo vital mas, também, como classe heterogénea, pois há diferentes papéis que distinguem os jovens entre si. Segundo Cruz, Seruya, Reis e Schmidt (1984: 288), “a juventude é socialmente heterogénea do ponto de vista da sua composição e dos seus limites etários”, aparecendo assim, categorizada de modo diversificado, atendendo aos seus interesses, origens sociais, perspetivas e ambições. Pappámikail (2011) refere-se a esta fase como um conjunto de transições sociais em que a maioria dos jovens deseja ter uma vida independente, entrar no mercado de trabalho ou ter filhos, por forma a alcançar o estatuto social de adulto. Cruz et al. (1984) afirmam que, nesta fase, os principais objetivos e interesses referem-se à evolução académica ou profissional, ao casamento, à constituição de uma família, às atividades de lazer e às preocupações com aspetos materiais.

A pesquisa de Salmela-Aro et al. (2007) no Norte da Europa concluiu que os jovens projetam o seu futuro de acordo com três áreas distintas: evolução profissional e académica; casamento e constituição de uma família; atividades de lazer e preocupações com aspetos materiais. Para Fernandes et al. (1996), os jovens nesta fase do ciclo de vida não estão alheios à sua situação social e aos fatores que conduzem ao adiamento de projetos pessoais, como estarem submetidos a uma escolarização prolongada e a um início mais tardio da atividade laboral, devido a um mercado de trabalho cada vez mais complexo e competitivo, o que leva ao prolongamento do período de dependência dos jovens em

relação à família de origem (Billari & Liefbroer, 2010). Apesar do contexto de desemprego ou de emprego precário, verifica-se que os jovens do Norte da Europa ambicionam alcançar, a curto prazo, a independência habitacional em relação aos pais, enquanto nos países do Sul da Europa, devido a uma estrutura familiar culturalmente mais tradicional ou a um contexto social que privilegia a independência financeira antes de casar ou ter filhos, é mais comum o adiamento do processo de transição para a idade adulta (Andrade, 2010; Buchmann & Kriesi, 2011; Guerreiro & Abrantes, 2004; Machado et al., 2014; Sobotka, Skirbekk, & Philipov, 2011). O apoio prestado pela família contribui para maior harmonia na transição para a idade adulta pois, ao estar presente o objetivo de satisfação das necessidades dos seus elementos, assegura-se a preservação e o crescimento de cada um deles (Robin & Foster, 2003).

A transição para a idade adulta foi considerada como uma fase única do desenvolvimento, não podendo classificar-se como adolescência tardia ou idade adulta jovem, nascendo assim conceitos como ‘Adulto Novato’ (Levinson, 1977) ou ‘Adulto Emergente’ (Arnett, 2000). Foram definidas tarefas de desenvolvimento essenciais para a completude desta etapa, que implicam maior autonomia e responsabilidade sobre os seus atos ou o distanciamento físico e emocional do jovem em relação à família de origem e que são vivenciadas através dos chamados ‘marcos de transição’, permitindo uma maior auto-definição como ser adulto. Esses marcos são: concluir os estudos; trabalhar a tempo inteiro; adquirir independência económica e residencial em relação aos pais; coabitar ou casar e ter filhos (Arnett, 2001, 2004; Bell & Lee, 2006; Benson & Furstenberg, 2003; Clark, 2007; Crocetti, Scrignaro, Sica, & Magrin, 2012) e são considerados por serem concretizáveis mais frequentemente na fase da idade adulta emergente do que noutras fases do ciclo vital (Arnett, 2004; Plotnick, 2007).

Dentro das teorias do desenvolvimento, Erik Erikson (1963, cit. por Gleitman, 1998) também estudou esta fase, as suas especificidades e a sua influência a nível social e familiar. Este autor identifica oito idades sequenciais na vida do ser humano com amplitude temporal, em que existem algumas aquisições psicossociais necessárias à sua resolução. Em cada etapa haverá uma crise, com possibilidade de progressão ou regressão. Na etapa que aqui evidenciamos, a Idade Adulta Jovem, Erikson (1963, cit. por Gleitman, 1998) refere que o indivíduo está preparado para a intimidade e para estabelecê-la com um ser amado, assim, a crise que sobressai neste período é a da intimidade *versus* isolamento.

Levinson (1977) descreve a idade adulta como uma sequência de fases do desenvolvimento biopsicossocial, as Eras, durante as quais se constroem 'estruturas de vida' resultantes das escolhas do indivíduo, que alternam com períodos de transição que abalam e modificam as estruturas já existentes. As Eras que englobam a faixa etária da entrada na idade adulta são: a Pré-Idade Adulta, que ocorre desde o nascimento até aos 22 anos e a Idade Adulta Jovem, dos 17 aos 45 anos (que engloba a Transição da Idade Adulta Jovem, dos 17 aos 22 anos e a Transição da Meia-idade, dos 40 aos 45 anos). Durante a Era da Idade Adulta Jovem, o indivíduo deverá ver-se como Adulto Novato, dando dois passos essenciais: abandonar o universo pré-adulto e seguir em direção ao mundo adulto. Compreende-se o antagonismo desta fase em que, por um lado, os jovens devem ampliar as suas perspetivas e explorar as opções possíveis antes de assumir compromissos e, por outro, também lhes pode ser exigida a tomada de decisões, como se se tratasse de adultos (Levinson, 1977). Levinson definiu ainda a era da Entrada no Mundo Adulto, dos 22 aos 29 anos, em que ocorre uma mudança em relação à família de origem caracterizada por maior autonomização.

Arnett (2000) sugeriu a delimitação desta nova fase no ciclo de vida psicossocial do ser humano, a Idade Adulta Emergente, dado as teorias do desenvolvimento já não se adequarem a uma realidade que se encontra em constante evolução. Propôs um modelo de análise fundamentado em perspetivas clássicas como a de Erikson, mas não desvalorizando a importância de aspetos específicos de natureza demográfica, identitária e subjetiva, que influenciam a entrada na idade adulta.

Esta etapa engloba o período dos 18 aos 29 anos, cuja delimitação etária foi tida em consideração ao longo da presente investigação e na qual os indivíduos já não podem ser considerados adolescentes mas também ainda não adquiriram as características normativas da idade adulta (Arnett, 2000, 2004). Na adolescência os indivíduos estão, na sua maioria, a viver em casa dos pais, a estudar e não estão casados nem têm filhos, enquanto os adultos a partir dos 30 anos, estão maioritariamente casados, já são pais e não estão a estudar (Arnett, 2000).

Podem considerar-se a existência deste estágio adicional no ciclo vital, que se caracteriza por procura da identidade, instabilidade, egocentrismo, sensação de indefinição e exploração de possibilidades (Arnett, 2001, 2004; Tanner, 2006) e que engloba aspetos de natureza social que se repercutem ao nível psicológico. O foco em si próprio é motivado

pela diversidade de possibilidades de escolha que surgem perante o jovem e que lhe permitirá o alcance da auto-suficiência afetiva, psicológica e económica, necessárias à construção da etapa da idade adulta (Arnett, 2001).

Dado que ocorre um adiamento das responsabilidades inerentes ao estatuto de adulto (Arnett, 2004; Lee, 2013), suportado pelo apoio financeiro e habitacional dos pais, este período possibilita uma exploração menos condicionada das diversas áreas profissionais, o que leva ao adiamento de um dos marcos que caracterizam esta fase, a independência económica relativamente à família de origem (Andrade, 2006; Guerreiro & Abrantes, 2004; Kalmijn, 2007). Em Portugal a idade adulta emergente verifica-se no alongamento da trajetória escolar e no adiamento da fase de ingresso no mercado laboral, resultando no aumento da média de idades do primeiro casamento ou do momento escolhido para ter filhos (INE, 2016; Pais, 2001). Por vezes ocorrem experimentações que consistem em alterações da área de estudos ou no regresso aos estudos após uma fase de experiência laboral, bem como períodos de coabitação que poderão, ou não, levar a uma união duradoura. É nesta fase que se esboçam os pilares dos afetos, da cognição e do comportamento que poderão direcionar futuramente a qualidade das relações conjugais (Holman, 2001; Stanley & Markman, 1992, cit. por Whitton, Rhoades, Stanley, & Markman, 2008). O adiamento de projetos familiares pode estar associado a uma perspectiva biotápica da vida por parte dos jovens, em que ocorre um primeiro período sem grandes responsabilidades e dedicado a experimentação e aventura, sucedido por uma fase de maior exigência e estabilidade, onde os projetos familiares começam a ganhar o seu lugar (Andrade, 2006; Guerreiro & Abrantes, 2004, 2007).

De modo geral, a manifestação da individualidade determina o rumo do grupo familiar, ocorrendo constantes negociações entre ambos os sistemas. É então, neste contexto, que se espera que a família dê resposta às necessidades individuais do jovem e que potencie as suas capacidades no caminho para o mundo adulto, para não comprometer a formação do seu carácter e da sua maturidade (Koepke & Denissen, 2012).

## **1.2. Conjugalidades: o antes e o agora**

Wright, Simmons e Campbell (2007) referem que as relações de intimidade são fundamentais na vida do ser humano, dado que há uma necessidade primordial de as pessoas amarem e serem amadas, logo de permanecerem em relação, sendo influenciadas pelas ligações que construíram desde os primeiros dias de vida no seio familiar. No entanto, Giddens (2001, cit. por Jablonski, 2009) constata que a família enquanto instituição tem sofrido uma metamorfose, como consequência de mudanças sociais, históricas e culturais cimentadas na segunda metade do século XX, em que ocorreram alterações na condição feminina e na masculina, que conduziram a novas perspetivas sobre as relações interpessoais e as configurações familiares.

Segundo Aboim (2006), apesar de o casamento ser o modo mais habitual de oficialização das uniões conjugais, nem sempre teve a mesma relevância. Inicialmente surgiu como instituição que regulamentava as atividades de ordem biológica, como a sexual e reprodutiva, de modo a assegurar a perpetuação da espécie humana, para mais tarde, passar a representar outras funções de carácter económico e social (Saraceno, 2003). Até meados dos anos 60 do século XX, o padrão familiar tradicional era o proposto por Singly (2000) em que, ao serviço da organização familiar, eram atribuídos papéis bem distintos e hierarquizados aos homens e às mulheres, sendo o matrimónio uma instituição altamente valorizada e, por isso, indissolúvel. De acordo com esta perspetiva, o casamento era estabelecido esperando que o homem fosse alguém forte, competente, racional, eficaz na resolução de problemas, protetor e bom provedor da família e a mulher deveria ser uma dona de casa irrepreensível, afetuosa, boa mãe e cuidadora da família (Coleman, 1988; Zamagni & Zamagni, 2014).

As funções sociais foram sendo questionadas através da luta das mulheres na procura de igualdade entre sexos, da massificação da sua inserção no mercado laboral e da sua emancipação (de Oliveira, 1998). Assim, o padrão familiar que era comum até meados da década de 60 (Singly, 2000) veio dar lugar a uma diversidade de tipologias familiares (Billari & Liefbroer, 2010; Jablonski, 2009; Wagner et al., 2011; Wall & Aboim, 2003) que se manifestaram nas seguintes alterações: aumento do número de divórcios; aumento do número de famílias monoparentais; diminuição do número de filhos por casal, devido a uma posição mais forte da mulher a nível profissional, bem como a nível do investimento

académico; aumento do número de filhos de pais que não estão casados; aumento do número de casais a viver em união de facto (Lesthaeghe, 2010) e número mais elevado de indivíduos a viverem sozinhos (INE, 2016; Wall & Aboim, 2003).

Hart (1987, cit. por Haralambos & Holbom, 1994) define o casamento como um contrato social entre dois adultos em que há um reconhecimento dos respetivos direitos e deveres de partilha de residência, de economia, de parentalidade e de intimidade. Mas mais recentemente, os jovens começaram a valorizar o companheirismo, a satisfação emocional e as características da personalidade do potencial esposo em detrimento da ambição de um bom salário ou da aquisição de *status*, quando perspetivam a realização do casamento (Manning, Longmore, & Giordano, 2007; Markman & Halford, 2005; Narciso, 2001; Qadeer, 2012). É assim atribuído um novo significado ao casamento e a conjugalidade torna-se menos uma unidade essencial de sobrevivência económica e de pertença identitária e, cada vez mais, uma instituição onde se concentram expectativas afetivas, referentes à qualidade da relação conjugal e de realização pessoal (Alarcão, 2002; Esping-Andersen, 2016; Féres-Carneiro, 2001; Jablonski, 2009; Saraceno, 2003; Zordan, Falcke, & Wagner, 2009).

O casamento transformou-se, impondo-se a exigência e diversidade dos percursos individuais, mas não se deslocando do seu lugar fundamental na vida das pessoas (Aboim, 2006), sendo percecionado como um símbolo da liberdade de escolha individual característica das sociedades modernas (Leite, 2003). Singly (2000) refere-se a este modelo de família como “individualista e relacional” em simultâneo, pois conjuga o compromisso entre as necessidades individuais de autonomia e o desejo de continuar a viver, na esfera privada, com uma ou mais pessoas próximas. Nesta alteração de valores e representações sociais do casamento e das suas finalidades (Cherlin, 2004) sobressai uma visão mais laica e de desvalorização da sua importância sacramental e institucional (Leite, 2003; Witte, 2012).

A intenção de construir uma relação significativa e estável é comum à maioria dos jovens (Relvas, 2004) e, apesar de um gradual aumento do número de uniões de facto (Leite, 2003; Manning, 2013; Wall & Aboim, 2003), uma parte considerável manifesta vontade de casar antes de ter filhos (Garssen, de Beer, Cuyvers, & de Jong, 2001). A coabitação acaba por assumir, para muitos jovens, um lugar de precedência do casamento ou, até, de teste à compatibilidade e ensaio para o mesmo, não o substituindo, mas sendo

um caminho que a ele conduz (Manning et al., 2007; Manning & Smock, 2002), o que confirma o estatuto social da instituição matrimonial, com os seus direitos legais, privilégios e obrigações e o respeito por parte da sociedade que, através dele, se adquire (Manning et al., 2007; Markman & Halford, 2005; Narciso, 2001; Qadeer, 2012). Relativamente à coabitação, há ainda a referir alguma incerteza na perspetiva dos jovens, uma vez que não está institucionalizada como o casamento, por não ter um evento formal que marque o início da união conjugal (Manning et al., 2007; Manning & Smock, 2002, 2005).

Na análise da conjugalidade, podemos observar uma desinstitucionalização do casamento (Cherlin, 2004) que não equivale a uma rejeição, pois surgem variados estilos de evolução conjugal que continuam a culminar no matrimónio (Aboim, 2006). Apesar da gradual e generalizada aceitação social da coabitação sem casamento, nos diversos países da Europa observa-se um ritmo diversificado quanto à recetividade em relação a esta, com os países do Norte a demonstrarem níveis mais elevados, em contraste com os países do Sul (Buchmann & Kriesi, 2011; Rosina & Fraboni, 2004).

Verifica-se também uma permanência prolongada na casa da família de origem (Buchmann & Kriesi, 2011), tendo como consequência a expansão da etapa do jovem adulto e o adiamento da concretização de projetos familiares. Apesar de todas as transformações sociais e das várias possibilidades de configuração familiar existentes, a investigação confirma que perdura a perspetiva do casamento como ideal e a importância que ele tem na promoção do bem-estar e da estabilidade pessoal (Alarcão, 2002), posicionando-o como uma das tarefas mais importantes na transição para a adultícia e de maior complexidade do ciclo de vida (Arnett, 2001, 2004; Bell & Lee, 2006; Benson & Furstenberg, 2003; Clark, 2007; Crocetti et al., 2012).

### **1.3. A demora da parentalidade num mundo acelerado**

As sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, as famílias, têm sofrido grandes alterações em relação às gerações anteriores, fruto do período de transformação social, em que a mulher imergiu no mundo laboral e começou a valorizar a escolarização,

levando a que ficasse numa posição de maior exigência em relação aos seus direitos em geral e, ao casamento, em particular (Féres-Carneiro, 2001; Jablonski, 2009).

Na década de 60 do século XX, as mulheres começaram a pôr em causa a ideologia que preconizava que deveriam sacrificar-se pelos filhos e pela família e que a maternidade fosse a sua única fonte de realização pessoal. Surgiu, assim, uma postura individualista centrada na auto-realização, que atribuía tanta importância ao percurso familiar como ao individual, o que levou ao adiamento da parentalidade (Hall, 1998). A percentagem de mulheres integradas no mercado laboral aumentou e começou a ser exigido aos homens um papel de maior relevância na vida doméstica e na prestação de cuidados aos filhos. Deste modo, a mulher conseguiu conquistar novos horizontes de realização pessoal, familiar e profissional, deixando de ser definida apenas como esposa e mãe.

Como refere Hall (1998), o Feminismo, juntamente com outros movimentos sociais, foi fundamental para repensar o Homem moderno e para criar uma conjuntura que valoriza as relações pessoais e as novas configurações familiares (Wall & Aboim, 2003) em que existem casais com ou sem filhos, pessoas a viverem sozinhas, ou agregados monoparentais, o que advém do número crescente de divórcios e de indivíduos viúvos ou solteiros, que não constituíram uma relação conjugal.

O conceito de parentalidade tem vindo a transformar-se ao longo do tempo pois, naturalmente, a decisão de vir a ser mãe ou pai é condicionada pelo contexto sociocultural, familiar e económico em que o indivíduo se encontra inserido (Bayle, 2005; Heilborn & Cabral, 2006), podendo o casal escolher ter ou não ter filhos e não resignar-se a considerar a parentalidade uma obrigação biológica (Guedes, Carvalho, Pires, & Canavarro, 2011; Scavone, 2001; van de Kaa, 2011). Segundo Bayle (2005) a parentalidade é um percurso que se constrói, mais do que um papel que se representa, pois é o resultado de um processo de maturação e de reestruturação do aparelho psico-afetivo, que permite ao sujeito a possibilidade de dar resposta às necessidades psicológicas, físicas e afetivas dos seus descendentes, de modo que socializem, tornando-se progressivamente mais autónomos. Para outros autores, a parentalidade inicia-se muito antes, no momento em que se projeta a ideia de, um dia, o indivíduo se tornar pai ou mãe (Houzel, 2004), sendo um momento em que há uma reorganização qualitativa do *self*, em que o sujeito elabora a sua identidade parental, a par do caminho que já tem vindo a construir no que diz respeito aos outros papéis que representa na sociedade. Esta reestruturação tem um carácter dinâmico e

contínuo, na medida em que se vai moldando perante os obstáculos e necessidades que vão surgindo ao longo do processo e em cada fase do desenvolvimento dos filhos.

As motivações para a parentalidade abrangem aspetos de ordem social que consistem numa afirmação da identidade própria e de reconhecimento do estatuto do indivíduo e um desejo de continuidade geracional. Existe também uma dimensão subjetiva e emocional para tornar-se pai ou mãe, que inclui a necessidade de estabelecimento de uma relação única com o filho e que permitirá o alcance da realização pessoal e de respostas para os questionamentos sobre o sentido da vida (Canavarro, 2001; Guedes et al., 2011; Scavone, 2001; Travassos-Rodriguez & Féres-Carneiro, 2013; van de Kaa, 2011).

O conceito de parentalidade surge, nas sociedades modernas, numa fase mais tardia do ciclo vital, pois a maioria dos jovens espera viver a parentalidade após o estabelecimento de uma relação conjugal e a finalização do processo de aquisição de competências educativas e profissionais (Dias, Jager, Patias, & de Oliveira, 2013; Jablonski, 2009; Machado et al., 2014). A conjugalidade e a parentalidade são acontecimentos que, por norma, ocorrem segundo uma ordem cronológica, na qual o ser mãe e o ser pai dizem respeito a um plano conjunto e natural de duas pessoas que deve ocorrer na fase adulta (Heilborn & Cabral, 2006). Verificou-se que no ano de 2015 em Portugal, 50,7% dos nados-vivos nasceram fora do casamento, sendo que, a percentagem das situações em que os pais coabitavam sem casamento aumentou de 32,0% desde 2010 para 34,4% e nos casos em que os pais não coabitavam, de 9,2% para 16,3%, o que parece indicar que o projeto da parentalidade pode ser distinto do do casamento (INE, 2016). Tal posição foi corroborada num questionário realizado em Portugal (Machado et al., 2014) e apresentado a estudantes com uma mediana de idades de 22 anos, em que se verificou que a quantidade de jovens dessa amostra que tinha projetos ao nível da parentalidade (85,7%) era superior à que tinha projetos de conjugalidade a nível do casamento ou da união de facto (71,0%).

É essencial ter presente que uma reflexão sobre a parentalidade tem de ser contextualizada pela própria dinâmica da sociedade, onde a influência de padrões culturais, crenças e valores é determinante.

## **2. Fatores que influenciam as expectativas dos jovens adultos face à conjugalidade e à parentalidade**

Alguns autores têm investigado os fatores que poderão exercer influência sobre os projetos dos jovens nas áreas da conjugalidade e da parentalidade, como o contexto familiar e o nível sócio-económico (Gassanov et al., 2008; Sironi, et al., 2015; Willoughby, 2010) ou a ambição académica (Plotnick, 2007). Outras abordagens procuram maior conhecimento sobre a conjugalidade em geral (Willoughby, Hall, & Luczak, 2015), desde os motivos que levam à escolha entre casamento e coabitação sem casamento, até às expectativas em relação a estas opções (Gassanov et al., 2008; Manning & Smock, 2002).

A fase da idade adulta emergente é decisiva para o estabelecimento de relações de intimidade duradouras (Arnett, 2000), mas o jovem adulto está dependente de alguns fatores que levarão, ou não, a optar por um casamento ou a decidir ter filhos. Da revisão de literatura efetuada, considerou-se que alguns fatores merecem relevo no presente estudo.

### **2.1. O contexto familiar: de onde vimos e para onde vamos?**

Os valores familiares, a socialização, a estrutura da família e o seu estatuto socioeconómico exercem influência significativa sobre o percurso de vida dos jovens, incluindo as aspirações relativamente à sua futura formação familiar (Berzin & De Marco, 2010; Crissey, 2005; Furstenberg, 2010). Na perspetiva de Bowen (1984, cit. por Alarcão, 2002) inserida na teoria sistémica, há influência recíproca dos elementos de uma mesma família ao nível dos pensamentos, emoções e ações, ocorrendo deste modo, a transmissão intergeracional entre pais e filhos, também em relação às crenças sobre o casamento (Cunningham & Thornton, 2004; De Valk & Liefbroer, 2007; Heaton, 2002) e, se houver concordância parental acerca da escolha do parceiro amoroso dos filhos, estes terão maior probabilidade de se sentir preparados para casar (Holman & Li, 1997).

A capacidade de influência parental também é afetada por fatores socioeconómicos, por exemplo, pais que disponham de mais elevados recursos poderão garantir despesas relacionadas com a permanência dos descendentes no sistema educativo, suportando melhor as suas transições para a idade adulta (Furstenberg, 2008; Schoen, Landale,

Daniels, & Cheng, 2009; Smock, Manning, & Porter, 2005) e levando ao adiamento do casamento. Nos grupos economicamente desfavorecidos, os jovens recebem menos apoio financeiro por parte dos pais, o que leva a uma transição mais célere para a adultícia (Berzin & De Marco, 2010; Lee, 2013; Schoen et al., 2009) e ao desenvolvimento de expectativas não-normativas sobre a vida familiar como por exemplo, ambicionar coabitar sem casar (Bumpass & Lu, 2000; Heilborn et al., 2002; Manning et al., 2007; Wiik, 2009) ou considerar ter filhos precocemente e não, necessariamente, dentro de um casamento. Nestes contextos a parentalidade é sobrevalorizada e identificada como forma de obter reconhecimento social, sobretudo porque não há alternativas académicas ou profissionais que possibilitem ascensão social (Dias et al., 2013). Pelo contrário, jovens de estratos médios da população, consideram a parentalidade um obstáculo à obtenção de um mais elevado estatuto material e social (Heilborn & Cabral, 2006).

Para além das variáveis atrás referidas, há investigação que confirma que jovens que vivenciaram um divórcio parental têm atitudes mais negativas face ao casamento (Dennison & Koerner, 2006; D'Onofrio et al., 2007, cit. por Jablonski, 2009; van Schaick & Stolberg, 2001; Whitton et al., 2008), referindo muito frequentemente não pretenderem casar, diferentemente de filhos de pais que permanecem juntos, os quais colocam muito frequentemente a hipótese de casar um dia (Manning et al., 2007; Shurts & Myers, 2012; Simons, Burt, & Tambling, 2013). Perante o exposto, torna-se importante salientar o impacto do divórcio ao nível do desenvolvimento psicossocial dos filhos e do seu estabelecimento de relações de proximidade pois, por vezes, este evento pode lesar a sensação de segurança face a relações futuras (Dennison & Koerner, 2006; Fonseca, 2008; van Schaick & Stolberg, 2001; Wallerstein & Lewis, 2004).

Hunt (2006), na sua investigação sobre uma amostra de estudantes universitários, reforça a ideia de que os jovens adultos oriundos de famílias com pais divorciados têm mais receios, tornando-se apreensivos quanto à possibilidade de experienciarem uma rutura semelhante e são menos otimistas sobre o casamento, mas mostram-se mais recetivos a formas alternativas de união familiar. Outros investigadores estudaram as consequências que o divórcio parental poderá ter noutros aspetos sobre os descendentes, como por exemplo, maior probabilidade de baixo sucesso escolar, de terem rendimentos mais baixos, de casarem em idades mais jovens e de coabitarem antes do casamento (Amato & Booth, 2001, cit. por Willoughby, 2010; Sassler, Cunningham, & Lichter, 2009).

Observa-se com maior frequência um ponto de vista mais positivo sobre o casamento em jovens que cresceram em famílias intactas (Manning et al., 2007; Shurts & Myers, 2012; Simons et al., 2013) do que naqueles que cresceram noutros tipos de configuração familiar (Manning et al., 2007; Willoughby, 2010) e, por sua vez, jovens com progenitores em união de facto aceitarão mais facilmente uma união futura sem casamento (Manning et al., 2007; Sassler et al., 2009; Smock, Manning, & Dorius, 2013). Deste modo, verifica-se que as atitudes dos pais influenciam as atitudes dos filhos relativamente ao casamento ou à coabitação.

O divórcio parental revela-se um fator importante, mas existem outras variáveis familiares de grande importância e, entre elas, encontra-se o conflito parental anterior ao divórcio (Kirk, 2002; Steinberg, Davila, & Fincham, 2006) e posterior a este (Dennison & Koerner, 2006; Morris & West, 2001). Assim, elevado grau de desacordo entre os pais está associado a atitudes mais negativas face ao casamento e mais positivas acerca da coabitação sem casamento entre os jovens que presenciaram esse ambiente de conflito (Amato & Booth, 2001, cit. por Willoughby, 2010; Dennison & Koerner, 2006; Thorsen, 2016). As razões que levaram ao divórcio podem também ter um papel determinante, na medida em que, por exemplo, se os jovens acreditam que os pais se separaram apenas por motivos de incompatibilidade, poderão, ainda, idealizar que irão casar quando encontrarem o par ideal (Jablonski, 2009).

Autores como Kirk (2002) ou Stern e Medina (2000) sugerem que a qualidade da relação parental e o grau de conflito entre os pais, quer juntos quer separados, afeta os relacionamentos dos jovens adultos, levando a que, por exemplo, num ambiente familiar conflituoso e negligente, a gravidez se transforme, até, num projeto de vida desejável e viável, constituindo um impulso para a saída daquele contexto. Uma boa relação pais-filhos é essencial na comunicação intergeracional e pode facilitar a transmissão de normas e valores, independentemente da relação entre os progenitores. Os jovens podem ter menor propensão para adotar o tipo de união familiar preferida pelos seus pais, quando a relação com estes é marcada por muitas dificuldades (De Valk & Liefbroer, 2007). Outros estudos examinaram os efeitos da tipologia familiar nas expectativas sobre a parentalidade. Por exemplo, viver só com a mãe ou só com o pai, quer tenha sido sempre assim ou só após uma separação, divórcio ou viuvez, leva a atitudes mais positivas em relação à coabitação do que em relação ao casamento (Martin, Martin, & Martin, 2001) e em famílias

numerosas em que os pais não são casados, verifica-se maior tendência para os filhos virem a ter descendentes sem serem, necessariamente, casados (Kirby, 2001; Plotnick, 2007).

Da pesquisa efetuada sobre a constituição familiar, evidencia-se a importância da formação de expectativas dos jovens em relação à conjugalidade em consequência da experiência de relação conjugal que presenciaram nos seus pais, seja positiva, seja negativamente (Amato & DeBoer, 2001, cit. por Willoughby, 2010; Gabardi & Rosen, 1991, cit. por Ottaway, 2010; Li, 2014; Steinberg et al., 2006).

## **2.2. Saber mais, ganhar mais: a ambição académica e o investimento na carreira**

Na maior parte das sociedades urbanas contemporâneas surgiram novos padrões na passagem dos jovens para a vida adulta e que têm levantado questões relativamente aos seus motivos. Um dos que mais surgem na literatura remete para o grande envolvimento a nível académico de cada vez mais jovens, o que leva a uma extensão da permanência no sistema educativo, motivada pelas expectativas associadas à realização profissional, que permitirá alcançar independência financeira em relação aos pais (Andrade, 2010; Arnett, 2000).

Tanner (2006) refere que a idade adulta emergente diferencia-se das outras fases pela diversidade de acontecimentos que poderão preparar os indivíduos com recursos pessoais, sociais e financeiros e que irão ajudá-los a transferir-se da dependência para a independência e da regulação parental para a auto-regulação. A mesma autora refere ainda que os indivíduos nesta fase, sendo ou não estudantes universitários, vivenciam contextos de instabilidade, sensação exagerada de independência e necessidade de exploração de possibilidades. A maior parte dos adultos emergentes estabelece como objetivo concluir a sua formação académica, alcançar estabilidade num emprego e ter independência financeira (Carroll et al., 2007; Cherlin, 2004; Gassanov et al., 2008; Manning & Smock, 2002; Sironi, et al., 2015; Willoughby, 2010), o que acaba por condicionar o momento em que iniciam a vida conjugal. Assim, o momento de finalização dos estudos e de integração no mercado de trabalho deixou de ser previsível, pois existe maior competitividade a nível

da integração e estabilização no mundo laboral, muitas vezes devido a dificuldades em conseguir uma oferta de emprego compatível com a formação adquirida (Guerreiro & Abrantes, 2007). Desde 2005, o número de estudantes no Ensino Superior, a nível mundial, tem aumentado, com maior incidência em países asiáticos; tem-se mantido nos Estados Unidos da América e diminuído na Europa (Council of Europe, 2016). De modo geral, o aumento das habilitações académicas é considerado um investimento e uma forma de o jovem conseguir ser um adulto bem-sucedido (Türken, Nafstad, Phelps, & Blakar, 2016).

A realização académica e as ambições dos jovens têm um papel importante relativamente a sentirem-se ou não preparados para casar; à idade pretendida para casar ou mesmo ao desejo de casar. Muitos adultos emergentes consideram mais importante aumentar o seu grau de escolaridade do que pensar, a curto prazo, num casamento (Carroll et al., 2007; Gassanov et al., 2008; Shurts & Myers, 2012; Willoughby, 2010), chegando, até, a considerar a realização académica como um requisito para se estar pronto para o matrimónio e para assumir os papéis de esposos e pais (Carroll et al., 2007; Gassanov et al., 2008).

Quando o investimento na carreira académica e na aquisição de capacidades profissionais promete um retorno de nível razoável ou elevado, o jovem adulto tende a refrear o desejo de conjugalidade e parentalidade e a adiar a sua concretização (Andrade, 2010; Arnett, 2001; Buchmann & Kriesi, 2011; Machado et al., 2014; Manning et al., 2007; Manning & Smock, 2002; Plotnick, 2007; Sobotka et al., 2011). A pesquisa revela também que ter um grau mais alto de escolaridade afeta as expectativas e as atitudes face ao casamento, adiando-o, enquanto conseguir um emprego estável, em particular no caso dos homens, tende a acelerar a sua concretização (Gassanov et al., 2008; Guzzo, 2006; Smock et al., 2005). Após uma fase prolongada de dedicação à vida escolar, nesta fase da vida ocorrem experimentações também a nível profissional por parte dos jovens adultos, com inserções mais ou menos prolongadas em estágios, trabalhos precários ou em regime de *part-time* ou serviços de voluntariado (Arnett, 2000; Arnett & Tanner, 2006; Guerreiro & Abrantes, 2007), que lhes permitirão reconhecer as áreas ou atividades para as quais poderão sentir-se vocacionados. Segundo Jablonski (2009) o casamento passou a ser considerado como uma opção a tomar numa etapa posterior à da adolescência e após um investimento na aquisição de competências académicas e atingido o objetivo de realização profissional.

Um estudo de Patias e Dias realizado no Brasil (2013) ilustra a forma como jovens do sexo feminino, sem filhos, definem o sucesso, os seus planos futuros e os fatores entendidos como obstáculos à sua concretização. A maioria referiu que alguém com sucesso teria um nível de escolaridade elevado e que o facto de poder vir a ser mãe a curto prazo, não teria um efeito positivo na sua vida. Percebeu-se, no entanto, neste estudo, que as jovens com comportamentos de risco consideravam que o seu investimento a nível escolar seria importante e ter filhos não representaria nenhuma dificuldade podendo, até, ajudar a melhorar a sua performance escolar. O papel educativo e construtivo da Escola no futuro dos jovens é preponderante, já que é uma instituição de grande importância na sua formação enquanto cidadãos e que leva a consolidar ou questionar muito do conhecimento que adquirem no seio familiar. A Educação constitui uma forma de prevenção da exclusão social, porém, por vezes faz sobressair as desigualdades, dado que a maioria dos jovens que tendem a abandonar precocemente o sistema educativo na Europa é proveniente de famílias economicamente desfavorecidas, vive em condições habitacionais deficitárias, tem pais desempregados ou com baixa escolaridade ou pertence a minorias étnicas (Bempechat & Shernoff, 2012; Council of Europe, 2016). Este conjunto de condições precárias levou a considerar que os progenitores com baixo nível de escolaridade poderiam sentir-se com menos capacidades ou conhecimentos para intervir nos assuntos escolares dos filhos, acabando por afastar-se do contexto educativo (Bempechat & Shernoff, 2012; Henry, Cavanagh, & Oetting, 2011). Por vezes, jovens com menos oportunidades acumulam outras responsabilidades relacionadas com a família de origem ou já têm filhos a seu cargo, ao contrário dos jovens com estatuto socioeconómico médio e alto, o que os distancia da Escola.

Uma investigação realizada por Pappámikail em Portugal no ano de 2004 concluiu que o grupo familiar atua como uma rede de suporte, especialmente até ao momento em que o jovem adquire uma posição estável no mercado laboral. Este suporte é não só económico, mas também emocional, não interferindo demasiado nas opções do jovem em termos de projetos pessoais, académicos ou profissionais. Os jovens adultos provenientes de famílias das classes média e alta experienciam condições de vida mais confortáveis e vantajosas proporcionadas pelos pais, que têm meios para fazer face aos encargos inerentes ao seu percurso educativo e para incluí-los em atividades extracurriculares que estimulem a aquisição de conhecimento (Henry et al., 2011), o que incentiva à prossecução dos estudos

e ao adiamento do momento de entrada num projeto de vida conjugal e parental (Andrade, 2010; Silva, 2013), até à aquisição de maior estabilidade financeira. Em termos de opção conjugal, de modo geral, a investigação conclui que jovens com baixa escolaridade tendem mais à coabitação sem casamento (Bumpass & Lu, 2000), em oposição àqueles que adquirem níveis mais elevados de escolaridade, pois manifestam mais frequentemente preferência pelo casamento (Manning et al., 2007).

A escolha de maior investimento a nível académico pode ser influenciada pelo facto de os pais, eles próprios, terem níveis de escolaridade elevados, colocando expectativas altas sobre o percurso académico e objetivos de carreira dos filhos (Dubow, Boxer, & Huesmann, 2009; Glick & White, 2004), o que conduz ao adiamento da conjugalidade por incompatibilidade de dois caminhos em que lhes é exigido grande esforço pessoal. Há que notar que as mulheres, por norma, casam ligeiramente mais cedo do que os homens (Arnett, 2004; INE, 2016; Uecker & Stokes, 2008; Willoughby, 2010), mas as que têm pais com elevados graus académicos poderão sentir-se por eles pressionadas no sentido de se focarem mais na ambição académica e profissional, por terem conhecimento de que será mais difícil conciliar as exigências de uma carreira com as responsabilidades associadas ao papel de mãe (Wiik, 2009).

Há estudos na área geográfica europeia sobre o efeito do grau de escolaridade dos progenitores nas escolhas de formação familiar dos filhos, mas com resultados inconsistentes, pois tanto referem que um elevado nível de escolaridade dos pais não tem influência sobre a probabilidade de optar por uma união sem casamento (Thorsen, 2016), como também mostram a atitude precisamente contrária, ou seja, a opção pelo matrimónio (Guzzo, 2006; Hoem & Kostova, 2008; Schröder, 2006), possivelmente pela necessidade de confirmação do reconhecimento social em função do nível de escolaridade dos pais (Hoem & Kostova, 2008).

Alguns autores referem que jovens, filhos de pais com altos níveis de escolaridade, alcançarão maior evolução académica (Esping-Andersen, 2016), pois já terão passado por um processo de valorização da vida escolar, construindo desde cedo os seus objetivos em relação à carreira profissional (Billari, Hiekel, & Liefbroer, 2015; Dubow et al., 2009; Raymore, Barber, & Eccles, 2001), o que levará a uma permanência mais longa no sistema educativo. De modo geral, os jovens que investem a maior parte do seu tempo a estudar e têm mais altas expectativas a nível económico-profissional, poderão considerar esse trajeto

incompatível com um projeto de constituição de uma família, prorrogando-o (Machado et al., 2014; Sobotka, et al., 2011).

### **2.3. O contexto religioso: como cremos e o que queremos**

A religião surgiu com a evolução da Humanidade e, segundo o Dicionário de Oxford (2016), consiste na crença na existência de um Deus ou deuses e nas atividades que estão relacionadas com a sua adoração, ou a crença nos ensinamentos de um líder espiritual. A religião é definida como um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos designados por forma a facilitar a proximidade ao sagrado ou ao transcendente (Koenig, 2009; Moreira-Almeida, Koenig, & Lucchetti, 2014).

A religião pode ser mensurável através da religiosidade, a qual se refere à forma como se coloca a religião em prática, através de rituais que dão um sentido à vida e estabelecem ligação entre membros que partilham valores semelhantes (Chawla, Neighbors, Lewis, Lee, & Larimer, 2007). Devido às suas diferentes dimensões, a religiosidade é definida de modo distinto por vários autores. Al-Goaib (2003, cit. por Achour, Grine, Nor, & MohdYusoff, 2015) definiu religiosidade como o compromisso estabelecido com os comportamentos devocionais e os ensinamentos religiosos. A religiosidade também está ligada à relação que o homem estabelece com Deus (Mohsen, 2007, cit. por Achour et al., 2015), que poderá ser demonstrada nos rituais da oração, jejum, peregrinação ou ações de caridade (Achour et al., 2015; Hill et al., 2000, cit. por Hall, Edwards, & Wang, 2016). Também pode ser considerada um sistema organizado de crenças postas em prática em locais de adoração (Zullig, Ward, & Horn, 2006) ou a participação e envolvimento individual em atividades religiosas ou realizadas por grupos de jovens (Nasim, Utsey, Corona, & Belgrave, 2006).

Os resultados de um inquérito realizado em 2011 por investigadores da Universidade Católica Portuguesa e que pretendia compreender como os portugueses se posicionam no contexto religioso, através de uma amostra de 3978 indivíduos residentes em Portugal Continental com 15 ou mais anos de idade, mostraram que 9,6% se consideram não crentes (incluindo-se os indiferentes, agnósticos e ateus); 79,5% definem-se como católicos; 2,3% como protestantes e 0,7% como pertencentes a outras religiões

(Teixeira, 2012). Esta sondagem teve em consideração outro estudo realizado pela UCP em 1999, tendo-se evidenciado tendências crescentes a partir desse ano: a dos indivíduos que não têm religião e a dos que aderem a posições religiosas não-católicas e uma redução da população que se declara católica. Confirma-se, deste modo, um crescimento da secularização e de manifestações de diversidade a nível religioso.

Verifica-se que a religião tem tido um papel preponderante nas auto-perceções dos jovens, no seu contacto com o grupo de pares, no seu desenvolvimento social (Smith & Denton, 2005) e contribui para a formação da preparação para a parentalidade e para o casamento, dado que permite a aproximação de um conjunto de contextos e ações que estão relacionados com a constituição familiar (Ibrahim, 2014; Witte, 2012). A idade adulta emergente é, de modo geral, um período decisivo no que diz respeito ao desenvolvimento da identidade, mas também para o crescimento religioso e espiritual, normalmente caracterizado pela procura do sagrado com evidência na experiência vivida (Wallis, 2015). É também durante esta fase que os jovens repensam a religião e definem a sua posição religiosa (Hall et al., 2016; Wallis, 2015).

Em 2009, Smith e Snell identificaram seis tipos de posicionamento face à religião, na idade adulta emergente, tendo por base um inquérito aplicado a 2458 jovens: os tradicionalistas, que conhecem a doutrina religiosa e a aplicam na prática (15%); os crentes seletivos, que crêem em algumas partes da religião (30%); os espiritualmente abertos à ideia de uma fé e prática religiosa (15%); os indiferentes religiosos, que manifestam pouco interesse na religião (25%); os desconectados da religião (5%) e os não-religiosos, que rejeitam e criticam a religião (10%). Embora os jovens adultos possam parecer distantes da instituição religiosa (Smith & Snell, 2009), mantêm o seu interesse pela fé e pela espiritualidade, apenas adiando o compromisso com rotinas religiosas e a formação familiar no seu percurso pela busca de independência (Setran & Kiesling, 2013; Wallis, 2015). De acordo com Araújo (2002) houve fatores que promoveram o aparecimento gradual de novos modelos familiares e o distanciamento de padrões habituais, como um aumento do grau de escolaridade dos indivíduos, maior número de separações conjugais, melhores condições financeiras e opções religiosas alternativas.

Estudar as consequências do envolvimento religioso ao longo da vida é relevante para compreender o seu papel na construção das estratégias de formação familiar. Existe uma forte ligação entre as diferentes instituições religiosas e a família, podendo a religião

ser vista como uma forma de socialização antecipatória e indireta para a formação familiar, pois preconiza uma atitude de valorização da família, visível em cursos de formação sobre parentalidade, nos momentos de aconselhamento familiar ou no grande número de equipamentos educativos de cariz religioso (Bartkowski, Xu, & Levin, 2008). No contexto histórico, verificam-se diversos movimentos religiosos de origem judaico-cristã de apoio à instituição familiar: na doutrina Católica considerou-se durante muito tempo a procriação como o objetivo primário da relação sexual conjugal; no Protestantismo valoriza-se as relações familiares (Greeley, 1989; Lenski, 1963) e, nos Estados Unidos da América, a cultura Mormon levou a uma ‘redução’ da etapa do jovem adulto para os seus membros, dado que há uma pressão para casarem e terem filhos cedo (Arnett, 2000).

Os jovens envolvidos numa rede religiosa podem ter maior probabilidade do que jovens não-religiosos de estabelecerem uma interação social com outros que também valorizam a parentalidade, mas tendo em conta os seus valores religiosos, morais e sexuais (Dayrell, 2003). A participação em atividades religiosas permite aos jovens criarem laços, nessa tarefa de socialização, de compromisso, auxiliando o reforço da identidade coletiva e também individual, fortalecendo comportamentos sociais relacionados, não só com a religião, mas também com a família (Dayrell, 2003).

As características religiosas da família de origem ajudam a formar as atitudes e preferências em relação à parentalidade e aos planos pessoais, como refere Pearce (2002). Segundo esta autora, a propensão de um jovem adulto para valorizar a parentalidade poderá estar relacionada com: a exposição à religião; a filiação religiosa dos pais; as experiências adquiridas através da participação religiosa parental e a importância que a religião tem na vida quotidiana familiar.

As atitudes em relação à coabitação conjugal e ao casamento, por parte dos jovens, são influenciadas pelos níveis de religiosidade e de tradicionalismo que envolvem a sua vida. A força das convicções religiosas dos jovens e das suas famílias está associada positivamente às suas expectativas em relação a um casamento formal (Crissey, 2005; De Valk & Liefbroer, 2007; Jansen, 2002; Mosko & Pistole, 2010; Régnier-Loilier & Prioux, 2008), levando a que casem mais cedo (Jansen, 2002) e a revelar-se mais concordantes com a manutenção do casamento e desfavoráveis à convivência não matrimonial, quer como modelo alternativo, quer como fase antecipatória (Saraceno, 2003). Algumas especificidades como baixo nível de escolaridade, grande compromisso religioso e divisão

de tarefas por gênero são associadas a atitudes mais tradicionais em relação à família e, mais tarde, poderão traduzir-se na preferência pelo casamento e em atitudes favoráveis à sua não dissolução (Manning et al., 2007; Starrels & Holm, 2000). Contrariamente, entre os pais menos religiosos e com valores menos tradicionais, há maior percentagem de divórcios ou separações e uma maior aceitação de coabitação sem casamento, o que se verifica também nos seus filhos (Manning et al., 2007).

Segundo alguns autores, o divórcio é percecionado como uma decisão tomada por indivíduos com uma postura menos tradicional e menos religiosa, a qual pode afetar a formação de atitudes face à coabitação e ao casamento (Manning et al., 2007). No caso de divórcio dos pais, este evento tem sido fortemente associado a um aumento da descrença na religião por parte dos filhos, bem como a uma crescente desvalorização da imagem de Deus e da participação religiosa (Ellison, Walker, Glenn, & Marquardt, 2011).

Em 2007, De Valk e Liefbroer concluíram, numa amostra de jovens turcos e marroquinos imigrados na Holanda, que as suas opções relativamente à futura constituição familiar são uma extensão da atitude dos pais, pelo que jovens provenientes de famílias com uma posição mais tradicional terão maior probabilidade de casar do que aqueles que têm uma perspetiva mais moderna e liberal.

## II

### Metodologia

Neste capítulo apresentar-se-á em primeiro lugar a questão inicial de investigação, os objetivos do estudo e o desenho da investigação. Segue-se a referência à estratégia metodológica utilizada, com a qual se pretendeu um aprofundamento do conhecimento, tendo em consideração a sua adequação ao tipo de estudo proposto. Posteriormente, prossegue-se com a descrição dos instrumentos e métodos utilizados para recolha e análise de dados.

#### 1. Enquadramento metodológico

##### 1.1. Questão inicial

“A questão inicial constitui o ponto de partida, a interrogação primeira, interrogação inicial essa que contém já em si o fim, bem como o processo que liga o princípio e fim” (Narciso, 2001: 272). A formulação da questão inicial dá uma orientação que leva o investigador à clarificação dos seus objetivos (Quivy & Van Campenhoudt, 1998), deste modo, face à relevância psicossocial do objeto de estudo, formulou-se a seguinte questão que deu origem à pesquisa:

- “Que expectativas têm os jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade?”

Após a formulação da questão inicial, surgiram outras questões específicas associadas a esta e para as quais se procura resposta ao longo da investigação, sendo elas:

- “Que importância têm a conjugalidade e a parentalidade para os jovens adultos?”

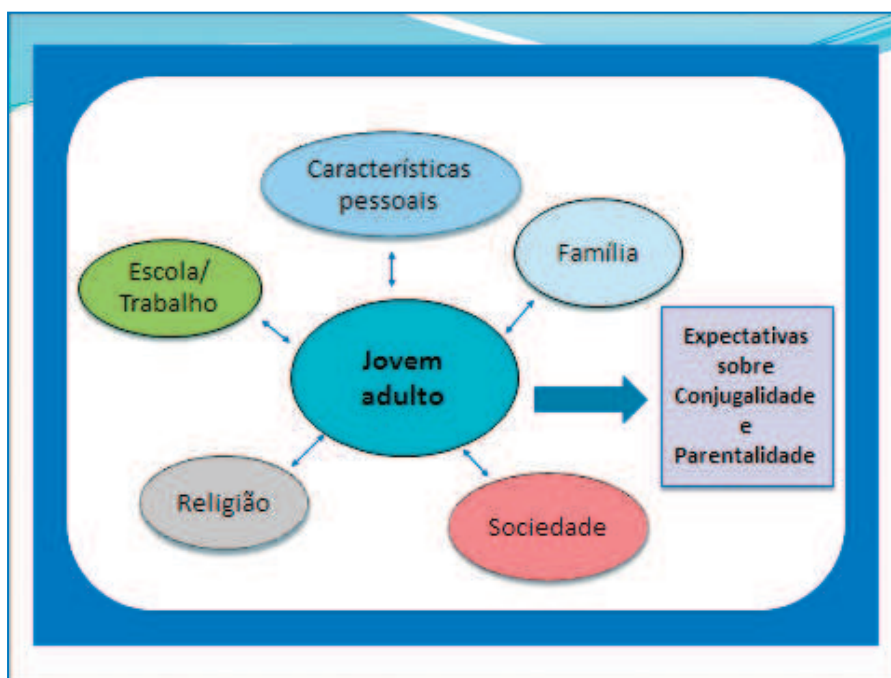
- “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos numa relação conjugal?”
- “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos como pais?”
- “Quais os contextos que os jovens adultos consideram ter influência nas suas expectativas sobre a conjugalidade e a parentalidade?”

Tendo por base as reflexões contidas no enquadramento teórico, chegou-se à construção de um mapa conceptual (Figura 1) que pretende ilustrar a relação entre as variáveis apresentadas, o que constitui o ponto de partida de toda a investigação.

“O mapa conceptual deve explicar - gráfica ou narrativamente - quais os constructos fundamentais ou variáveis a investigar e as relações entre eles, fornecendo informação sobre como deve ser feita a recolha dos dados, e como, e que análises devem ser efectuadas” (Narciso, 2001: 274).

Por conseguinte, esta investigação tem como pano de fundo os jovens adultos e os contextos em que se inserem e, mais especificamente, o modo como esses contextos poderão influenciar os projetos que têm em relação à possibilidade de constituição de uma família.

**Figura 1. Mapa conceptual do estudo**



## 1.2. Objetivos

A formulação de objetivos gerais e específicos teve origem na questão inicial e no mapa conceptual. Tendo em conta que se trata de uma investigação com carácter exploratório, os objetivos permitem delinear a estrutura do estudo, procurando respostas para as questões colocadas. Esperando que o presente estudo contribua para a reflexão sobre a tendência dos jovens adultos, relativamente às suas expectativas sobre uma vida a dois ou à hipótese de ter filhos, propusemo-nos investigar que contextos influenciam estes projetos, dada a diversidade de trajetórias que a vida pode tomar.

Foram definidos dois objetivos gerais para o estudo:

- Explorar as expectativas de jovens adultos acerca da conjugalidade e da parentalidade;
- Analisar o impacto dos contextos que os jovens adultos consideram influenciar as suas expectativas sobre a conjugalidade e a parentalidade.

Foram ainda definidos cinco objetivos específicos:

- Identificar fatores pessoais que influenciem as expectativas dos jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade;
- Identificar fatores familiares que influenciem as expectativas dos jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade;
- Identificar fatores religiosos que influenciem as expectativas dos jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade;
- Identificar fatores académicos/profissionais que influenciem as expectativas dos jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade;
- Identificar fatores sociais que influenciem as expectativas dos jovens adultos sobre a conjugalidade e a parentalidade.

### **1.3. Desenho da investigação**

A presente investigação segue uma linha de natureza qualitativa e exploratória, levando a que a compreensão do fenómeno em estudo se caracterize mais pela profundidade da informação do que pela quantidade da mesma (Silverman, 2013). Valoriza-se, assim, a interpretação da subjetividade da informação e não a sua contabilização estatística para generalização dos resultados a outras amostras (Strauss & Corbin, 1998), procurando alcançar interpretações referentes à experiência humana e uma melhor compreensão de processos específicos de determinadas circunstâncias (Denzin & Lincoln, 1994; Moore, 2014). Os métodos qualitativos são utilizados em investigação para observar fenómenos psicológicos e sociológicos de um ponto de vista construtivista, que destaca a responsabilidade do investigador na interpretação das ações ou do discurso dos indivíduos de acordo com os objetivos da investigação, evitando, assim, a imposição de pressupostos teóricos (Waszak & Sines, 2003).

Neste trabalho, optou-se por uma análise qualitativa e interpretativa dos dados, o que permite maior proximidade e interação com o entrevistado, estabelecendo objetivos do estudo e não hipóteses. A investigação qualitativa é adequada à análise de amostras pequenas e de casos concretos (Flick, 2005), mas também se revela compatível com a compreensão sistémica e global da realidade, em que os indivíduos estão inseridos, valorizando sempre as especificidades e processos que poderão advir da interação entre estas (Denzin & Lincoln, 1994). Na presente investigação pretendeu-se ampliar o saber acerca dos fenómenos relacionados com os projetos de vida a nível conjugal e parental de uma amostra de 18 jovens adultos, através de informação recolhida num momento único de entrevista, pelo que é uma investigação de tipo transversal.

Optou-se por uma análise de conteúdo temática de dados pois, através da liberdade teórica que a caracteriza, se tem acesso a uma ferramenta de investigação flexível e útil que pode direcionar para um conjunto de dados com informação relevante, até nos seus detalhes (Braun & Clarke, 2006). Na análise temática dá-se maior relevo à investigação sobre o contexto em que os indivíduos se inserem e ao significado que atribuem às suas próprias experiências do que aos resultados obtidos.

Utilizaram-se métodos abduativos, o que se traduz num adiamento da organização do material, até emergir a estruturação da questão pela ação dos sujeitos estudados (Flick,

2005). Neste tipo de abordagem, a informação vai sendo construída em simultâneo com a sua interpretação, ao invés de essa construção se resumir ao momento da recolha da informação; há portanto uma comunicação contínua entre o investigador e a informação obtida. O processo de investigação abductiva centra-se na construção e não na verificação da teoria, pois deriva da interação entre recolha, organização e análise dos dados e entre realidade empírica e teórica, tendo por base o estabelecimento de relações entre fenómenos (Flick, 2005), para chegar a teorias empiricamente fundamentadas. É um método profundamente dinâmico entre o entrevistador e o entrevistado, em que, ao longo de todo o processo é posta à prova a flexibilidade do investigador, pois há uma atualização contínua da informação, sendo ele próprio parte do processo de produção do saber (Flick, 2005).

Ao nível do procedimento metodológico, foram também utilizadas algumas estratégias da *Grounded Theory* pois, segundo Glaser e Strauss (1967), esta permite estabelecer uma maior conexão entre o quadro teórico e a realidade investigada e possibilita que a teoria gerada seja o resultado de um fluxo de “viagens” entre o terreno e a análise dos dados. As teorias construídas por meio deste tipo de abordagem facilitam o *insight*, ampliando a compreensão sobre o fenómeno em estudo (Strauss & Corbin, 1998). De acordo com McLeod (2001, cit por. Braun & Clarke, 2006), o fundamental da *Grounded Theory* é gerar uma teoria dos fenómenos plausível e útil, que esteja ancorada nos dados e que não seja apenas uma descrição dos mesmos.

A opção pela modalidade de entrevista semiestruturada esteve relacionada com o facto de esta permitir seleccionar temáticas para aprofundamento e, em simultâneo, um tratamento mais sistemático dos dados, em comparação com a modalidade de entrevista não-estruturada (Manzini, 2004).

## **2. Estratégia Metodológica**

### **2.1. Seleção e caracterização da amostra**

A recolha da amostra teve em conta os critérios de inclusão pré-estabelecidos e relevantes para o objetivo da investigação:

- Ter entre 18 e 29 anos (Idade Adulta Emergente - Arnett, 2000);

- Ter nacionalidade portuguesa;
- Ser residente na área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo;
- Não ser casado nem viver em união conjugal;
- Não ter filhos.

O cumprimento destes requisitos foi confirmado no processo da amostragem, mais especificamente no momento da entrevista, sendo que a não verificação de qualquer deles implicaria a exclusão do estudo.

A escolha de jovens dentro desta faixa etária prendeu-se com o facto de a idade adulta emergente (Arnett, 2000) se constituir como uma fase em que as decisões e os comportamentos relacionados com a conjugalidade e com a parentalidade se tornam mais presentes e relevantes na vida dos indivíduos (Arnett, 2004; Plotnick, 2007). O procedimento de seleção da amostra realizou-se pela técnica de amostragem por conveniência através da rede de contactos da investigadora. Após contacto direto e seleção dos jovens, estes foram convidados a participar no estudo, tendo-se obtido a confirmação da sua disponibilidade e agendado o momento para a realização das entrevistas. As decisões da amostragem visaram reunir indivíduos sobre os quais existisse forte probabilidade de gerarem enriquecimento para a investigação, pelo que se recorreu a jovens adultos que, preenchendo as condições de inclusão referidas, se caracterizavam por heterogeneidade a nível sociodemográfico. Neste sentido, o processo de amostragem utilizado foi não-probabilístico ou intencional (Flick, 2005).

Na análise de resultados, não será feita referência à identificação de pessoas, entidades ou locais, bem como haverá omissão dos nomes reais dos jovens adultos entrevistados, por forma a garantir o seu total anonimato e o respeito pelas normas éticas da confidencialidade.

**Tabela 1. Caracterização da amostra**

Participante	Sexo	Idade	Ocupação	Crença religiosa	Pais são casal	Casamento pais
1	Feminino	20	Estudante Ensino Superior	Católica	Sim	Religioso
2	Masculino	21	Estudante Ensino Superior	Muçulmana	Sim	Religioso
3	Feminino	19	Estudante Ensino Superior	Agnóstico/Ateu	Sim	Civil
4	Masculino	19	Trabalhador/a-estudante	Agnóstico/Ateu	Sim	Religioso
5	Masculino	23	Trabalhador/a	Evangélica	Não	Não aplicável
6	Feminino	19	Trabalhador/a-estudante	Agnóstico/Ateu	Sim	Religioso
7	Masculino	23	Estudante Ensino Superior	Católica	Sim	Religioso
8	Masculino	21	Desempregado/a	Evangélica	Sim	Civil
9	Feminino	21	Estudante Ensino Superior	Muçulmana	Não	Não aplicável
10	Feminino	21	Estudante Ensino Superior	Católica	Sim	Religioso
11	Feminino	24	Trabalhador/a	Evangélica	Sim	Civil
12	Masculino	24	Trabalhador/a-estudante	Católica	Não	Não aplicável
13	Masculino	21	Estudante Ensino Superior	Muçulmana	Sim	Religioso
14	Feminino	19	Estudante Ensino Superior	Agnóstico/Ateu	Sim	Religioso
15	Feminino	20	Trabalhador/a-estudante	Agnóstico/Ateu	Não	Não aplicável
16	Feminino	25	Desempregado/a	Evangélica	Não	Não aplicável
17	Feminino	24	Trabalhador/a	Muçulmana	Não	Não aplicável
18	Masculino	21	Estudante Ensino Superior	Agnóstico/Ateu	Não	Não aplicável

A amostra cujos dados sociodemográficos se encontram registados na Tabela 1 é constituída por 18 jovens de ambos os sexos (F = 10; M = 8), residentes na área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo, com idades compreendidas entre 19 e 25 anos ( $M = 21,4$ ) e nenhum participante está em situação de coabitação conjugal ou casamento. Destes indivíduos, 12 afirmam ter uma crença religiosa e 6 não têm crença ou não sabem posicionar-se a esse nível. Todos os participantes têm habilitações literárias completas ao nível do Ensino Secundário (do 10º ao 12º ano de escolaridade); 9 elementos encontram-se em situação de frequência universitária; 4 participantes são trabalhadores-estudantes; 3 são exclusivamente trabalhadores e 2 estão em situação de desemprego. Verificou-se ainda que, 11 dos entrevistados são filhos de pais em situação de união conjugal oficializada pelo casamento e 7 são filhos de pais separados ou divorciados.

O número de participantes do estudo foi sendo definido gradualmente, até surgir a necessidade de abranger novos temas (Flick, 2005).

## **2.2. Instrumentos utilizados**

Tendo em conta as questões e a acessibilidade da informação (Kitthananan, 2006) foram elaborados, especificamente para o presente estudo, um Questionário Sociodemográfico de resposta rápida e simples (Apêndice C) e um Guião de Entrevista Semiestruturada (Apêndice D) com perguntas de resposta aberta, para os quais se teve em consideração a revisão de literatura realizada e a sua adequação ao objetivo do estudo. O Questionário Sociodemográfico e o Guião de Entrevista Semiestruturada foram submetidos à apreciação de investigadoras na área da Psicologia e ensaiados em entrevista-piloto destinada a testar a eficácia do instrumento construído e a garantir que a linguagem seria apropriada à população-alvo, bem como que as perguntas do guião seriam claras, relativamente ao objetivo proposto. Após realização da entrevista-piloto foram efetuadas melhorias na forma de apresentação das questões previamente elaboradas.

### **2.2.1. Questionário Sociodemográfico**

Elaborou-se um Questionário Sociodemográfico (Apêndice C) para uma caracterização mais específica dos participantes, possibilidade de contextualização da informação recolhida na fase de interpretação dos resultados e identificação de critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos na amostra. Este Questionário é composto por perguntas de resposta fechada e rápida, que abordam variáveis de caracterização sociodemográfica dos participantes, designadamente: sexo; idade; concelho de residência; nacionalidade; origem étnica; estado civil; nível de escolaridade; estatuto ocupacional; existência de filhos; existência de uma relação conjugal e crença religiosa.

Na parte seguinte do Questionário Sociodemográfico incluem-se questões sobre o agregado familiar do participante, nomeadamente sobre com quem habita, se tem irmãos e quantos. Este Questionário Sociodemográfico compreende ainda questões sobre os pais do entrevistado, tais como idade, estado civil, nível de escolaridade, situação face ao emprego e profissão. O Questionário foi aplicado a todos os participantes, tendo sido manuseado e preenchido apenas pela investigadora.

### **2.2.2. Guião de Entrevista Semiestruturada**

Após a revisão da literatura e verificação dos temas em evidência na construção das expectativas acerca da conjugalidade e da parentalidade, foi elaborado de raiz um Guião a utilizar em entrevistas de caráter semiestruturado, com questões claras e abertas, que permitissem o acesso à experiência subjetiva e, por conseguinte, à reflexão sobre os temas da investigação, sem limitações.

Com este instrumento pretendeu-se um aprofundamento da compreensão da subjetividade implícita numa amostra de jovens adultos, tendo em conta os objetivos e a natureza qualitativa do estudo. Segundo Flick (2005: 95), se o “objetivo da recolha de dados são as afirmações concretas sobre um assunto, o meio mais eficiente é a entrevista semiestruturada.” De acordo com Manzini (2004), é possível planejar a recolha de informações para obter resposta às questões propostas e atingir os objetivos previamente estabelecidos, através da elaboração de um guião com questões. O guião não só permite recolher informações, como representa um meio através do qual o investigador se prepara para o processo de interação com o entrevistado.

A entrevista adequa-se à natureza exploratória e possibilita a recolha de dados e a comparação dos dados relativos aos vários sujeitos (Bogdan & Biklen, 1994). Segundo Quivy e Van Campenhoudt (1998), as entrevistas exploratórias não têm como finalidade confirmar hipóteses ou analisar informação objetiva, mas sim, possibilitar a reflexão ou a tomada de consciência das dimensões e dos aspetos de um dado problema. Este tipo de entrevista constitui um método flexível, que permite colocar questões semiabertas, dando ao entrevistado a possibilidade de ir relatando outras vivências e, apelando também, para a flexibilidade do investigador. O entrevistador poderá ir acompanhando as ideias do entrevistado, alterar a ordem pré-estabelecida para a colocação das questões ou colocar outras que não tenham sido previamente preparadas e possam também ser pertinentes para o estudo. Para Manzini (2004), a entrevista semiestruturada está focada num assunto sobre o qual foram planeadas algumas questões-chave e é complementada por outras questões inerentes às circunstâncias de momento. Por isso, o Guião não foi o centro exclusivo da entrevista, tendo sido as questões colocadas consoante o fluxo da ‘conversa’, de modo a haver uma sequência natural, para que os entrevistados não a sentissem como um momento

invasivo, mantendo-se uma harmonia entre o evoluir da entrevista e as questões preparadas.

As entrevistas tiveram duração média de 22 minutos, mas não foi estipulado um tempo máximo para cada uma permitindo, assim, que os sujeitos refletissem durante o tempo de que necessitassem sobre as questões colocadas.

O Guião é composto por questões relacionadas com seis grandes temas sobre diversas áreas da vida do entrevistado:

**Projetos escolares/profissionais:** *O que gostava de fazer no futuro (estudar, trabalhar, outro)? / Gostava de estudar até que ano?*

**Religião:** *Pensa que este envolvimento religioso (ou a ausência dele) tem algum impacto na forma como vê as relações de namoro e as relações de casamento/coabitação? Em que sentido?*

**Família:** *Como descreve a relação com a sua família?*

**Conjugalidade:** *No futuro imagina-se a/espera ter uma relação amorosa/ imagina-se a casar ou a viver em união de facto?*

**Parentalidade:** *No futuro imagina-se a/espera constituir família/ter filhos? Porquê?*

**Influências Sociais:** *O que pensa que influencia mais as suas ideias sobre a conjugalidade e a parentalidade (e.g. família, grupo de pares, envolvimento religioso características pessoais)? Em que aspeto?*

### **3. Procedimento de recolha de dados**

“A especificidade da entrevista de investigação é o seu objetivo último que é a recolha de dados para fins de pesquisa” (Leal, 2000: 59). Dado que se trata de uma entrevista em que se pretende averiguar aspetos do foro particular, é importante encontrar espaços adequados, silenciosos e com mobiliário confortável (Leal, 2000), por forma a

facilitar a expressão de ideias por parte dos entrevistados. Mas é também importante que a entrevista de investigação não provoque intensificação do sofrimento do sujeito entrevistado, porque não está prevista uma continuidade de entrevistas, ao contrário do que sucede em psicoterapia, em que a entrevista seguinte poderá ajudar no estabelecimento do seu reequilíbrio (Leal, 2000).

Numa primeira fase da investigação, realizaram-se entrevistas com jovens que cumpriam os critérios de seleção pré-estabelecidos. Os dados foram recolhidos em locais diferentes na área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo, em diversos dias, entre os meses de Março e Maio de 2016. O contacto pessoal com os entrevistados foi estabelecido individualmente, estando apenas presentes o participante e a investigadora, aquando do preenchimento do Questionário Sociodemográfico e da realização da entrevista. As entrevistas foram registadas em formato áudio para que posteriormente fosse efetuada a sua transcrição. O manuseamento dos protocolos de investigação (Questionário Sociodemográfico e Guião de Entrevista Semiestruturada) foi realizado somente pela investigadora.

A entrevistadora seguiu um Guia de aplicação dos protocolos (Apêndice A), que compreendia três partes diferenciadas, com instrução para os procedimentos a tomar.

Na primeira parte, a investigadora apresentou-se e fez uma breve explicação relativamente aos objetivos gerais da investigação. De seguida, fez um pedido de autorização de registo da entrevista em suporte áudio e informou que, depois de gravada, aquela seria transcrita e apagada. Foram tidas em consideração questões de natureza ética, pelo que os participantes foram informados relativamente à manutenção do anonimato e da confidencialidade durante todo o processo de recolha de informação e no tratamento dos dados. Os entrevistados foram ainda informados da sua total liberdade para, em qualquer momento, poderem optar por desistir de participar na investigação. Foi ainda combinado que, caso o entrevistado tivesse alguma dúvida sobre as questões colocadas, deveria informar de imediato a entrevistadora. Após esclarecimento de questões iniciais, foi ainda apresentada a declaração de Consentimento Informado (Apêndice B), datado e assinado por ambas as partes, ficando o entrevistado com o duplicado.

Na segunda parte, a investigadora procedeu ao preenchimento do Questionário Sociodemográfico (Apêndice C), de acordo com as respostas que recolheu dos entrevistados.

A terceira e última parte consistiu na introdução das questões constantes do Guião de Entrevista Semiestruturada e, posteriormente, deu-se a possibilidade de os entrevistados expressarem alguma ideia adicional ou efetuarem algum comentário. No final, fez-se um último agradecimento pela colaboração na investigação.

#### **4. Procedimento de análise de dados**

Após recolha de informação através das entrevistas, procedeu-se à transcrição integral das mesmas, para maior familiarização com os dados, tendo em conta os objetivos de investigação previamente estabelecidos (Flick, 2005). Transcrever os dados não é só fazer o seu registo de forma neutra ou transformar a informação recolhida em texto, é um passo essencial na construção da realidade.

“O processo de investigação qualitativa pode ser muito sumariamente representado como um caminhar da teoria para o texto e deste, de novo, para a teoria. No caminho da teoria para o texto, há uma posição teórica implícita em cada método que se aplica” (Flick, 2005: 11).

De seguida, as entrevistas foram lidas pela investigadora e, posteriormente, foi feito o registo dos principais temas encontrados (Riessman, 1993, cit. por Braun & Clarke, 2006) a partir de critérios de recorrência, semelhança e diferenciação. Deste modo, com base na estrutura do Guião de Entrevista Semiestruturada, iniciou-se a formulação das categorias nucleares, onde se agrupam e integram as subcategorias (Flick, 2005). Durante o processo de organização dos dados, foi identificada a informação com características semelhantes e criados padrões, o que permitiu chegar à análise axial na qual se estabelecem relações entre as categorias previamente identificadas (Fernandes & Maia, 2001). Os dados foram subdivididos em unidades de análise e agrupados em categorias, em função do objetivo da investigação e da sua pertinência para a mesma (Charmaz, 2006).

Deste modo, a codificação da informação foi realizada através de métodos dinâmicos e abduativos, que agregam, em simultâneo, capacidade analítica e criativa em busca das melhores respostas para os fenómenos em estudo (Daly, 2007).

Uma vez identificados os temas relevantes para a investigação, seguiu-se o processo de organização, codificação e análise do texto correspondente às entrevistas, recorrendo-se ao *software* NVivo11 Pro for Windows® (QSR, 2015), no qual foram introduzidas as entrevistas transcritas. Com a utilização do *software*, tornou-se possível construir uma Árvore de Categorias (Apêndice E) constituída pelas “categorias nucleares”, correspondentes às questões da Entrevista Semiestruturada, que abarcam as subcategorias com elas relacionadas. Assim, a Árvore de Categorias advém de um processo evolutivo e dinâmico de construção, que ocorre à medida da interação entre a recolha de dados e a pesquisa teórica.

Após introdução dos dados no *software* NVivo11 Pro for Windows® (QSR, 2015), estes foram submetidos ao processo de Análise Temática de Conteúdo, tendo em consideração os temas do guião da entrevista (Braun & Clarke, 2006). Este método permite a análise de conteúdo e uma codificação objetiva dos dados, em categorias mutuamente exclusivas, para ser aplicada de modo idêntico a todos os sujeitos que façam parte do estudo. No entanto, ressalva-se que a Análise de Conteúdo implica sempre uma margem de subjetividade, pelo que se deve definir os temas o mais objetivamente possível. Segundo Braun e Clarke (2006) nesta fase da investigação pode haver informação que não constitui nenhum tema importante, ou por insuficiência de dados para tal ou por existência de dados que levem apenas a considerar a informação como subtema a integrar num tema principal.

As 18 entrevistas foram comparadas entre si, identificando pontos em comum e diferenças, com o objetivo de se compreender como os entrevistados foram construindo as suas experiências subjetivas. Paralelamente procurou-se a comparação com outros fenómenos descritos na literatura como centrais para a temática em estudo, testando a relação entre os dados e a teoria.

### III

## Apresentação e discussão dos resultados

Através da revisão de literatura pôde verificar-se uma influência significativa de alguns fatores sobre as expectativas dos jovens adultos a nível conjugal e parental, como o grau de investimento a nível académico (Plotnick, 2007) ou a situação conjugal dos progenitores (Dennison & Koerner, 2006; Manning et al., 2007; Smock et al., 2013; van Schaick & Stolberg, 2001) e, através do método da entrevista semiestruturada a 18 jovens adultos, foi possível aceder a esses fatores e ao detalhe dos seus conteúdos. A análise temática abductiva das respostas das entrevistas permitiu a identificação de 75 categorias (Apêndice E) que se inter-relacionam e se organizam num sistema hierárquico e das quais emergiram seis categorias temáticas nucleares, identificadas como tendo maior potencial para o estudo. Segue-se a sua descrição:

1) **Projetos escolares ou profissionais** – esta categoria coloca em evidência as ambições dos jovens a nível escolar ou profissional e o grau de influência que a sua família tem nesses projetos;

2) **Religião** – nesta categoria estão incluídas respostas sobre o grau de influência da religião, na vida em geral, e nas relações amorosas dos jovens e a sua participação em atividades religiosas;

3) **Família** – categoria na qual os jovens atribuíram uma classificação à relação que têm com a família direta e com a família alargada, bem como se manifestaram acerca daquilo que o conceito de família significa para si;

4) **Conjugalidade** – incluem-se nesta categoria as respostas que confirmam se os jovens têm ou não desejo de conjugalidade e, por inerência, a forma como pretendem concretizar esse projeto (por meio de casamento civil, religioso ou coabitação sem casamento); o momento da vida desejado para iniciar uma vida a dois e a importância que atribuem à conjugalidade;

5) **Parentalidade** – esta categoria evidenciou o que os jovens referiram sobre desejarem ou não ser pais e as expectativas sobre si próprios, enquanto figuras parentais,

bem como a fase da vida desejada para realizar esse projeto e a sua visão sobre o que a parentalidade representa;

6) **Fatores percebidos como tendo maior influência nos projetos de vida** – categoria em que há referência dos jovens adultos aos contextos de vida que consideram ter maior importância na concretização dos seus projetos, ao longo do ciclo vital.

A apresentação e discussão dos resultados teve como objetivo relacionar os resultados com a informação relevante obtida na pesquisa de literatura, sendo estruturadas de acordo com os principais temas que surgiram no decurso da investigação e com as questões iniciais do estudo:

- 1- “Que importância têm a conjugalidade e a parentalidade para os jovens adultos?”
- 2- “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos numa relação conjugal?”
- 3- “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos como pais?”
- 4- “Quais os contextos que os jovens adultos consideram ter influência nas suas expectativas sobre a conjugalidade e a parentalidade?”

Salvaguardamos que, sendo a entrevista semiestruturada um método livre e exploratório, verificaram-se situações em que as questões não foram respondidas pela totalidade dos 18 sujeitos da amostra, pelo que, em alguns casos poderá existir uma referência inferior ou superior a 18 em determinada categoria, correspondendo esse valor ao número de vezes em que houve referência a essa categoria. A análise da informação será, sempre que entendido conveniente, ilustrada por narrativas obtidas através das entrevistas, sob nomes fictícios, por forma a garantir o total anonimato dos respondentes.

Relativamente à primeira parte da questão “Que importância têm a conjugalidade e a parentalidade para os jovens adultos?”, as respostas evidenciam a referência a vínculos afetivos, como ‘Encontrar alguém com quem se identifique’, com 5 referências (Figura 2):

*“Quero casar-me, quero ter um marido, quero ter filhos, se bem que acho que é cada vez mais difícil arranjar pessoas com os mesmos valores que os meus e pronto, não*

*quero lançar-me de cabeça numa relação que possa ser falhada à partida, logo.”*  
(Maria, 24 anos)

E, no pólo oposto, em termos afetivos, surgiram 2 referências à visão do casamento como um ‘Percurso com dificuldades’, exemplificada por:

*“Não sei, parece que o casamento é... não sei, uma nódoa negra na relação.”*  
(Orlando, 21 anos)

Estas perceções negativas podem influenciar de diversas formas as atitudes dos jovens e a visão que têm do casamento e das relações afetivas, de modo geral, levando a uma posição de rejeição do casamento ou de adoção de uma postura em que há pouco investimento nas relações. Apesar disso, o número de referências neste estudo a fatores positivos relacionados com a área afetiva, confirma que os indivíduos atualmente atribuem relevância a fatores referentes à satisfação pessoal e ao vínculo, na construção de uma união conjugal. Houve respostas de jovens concordantes com a perspetiva de Zordan et al. (2009: 60) que salienta que, no casamento contemporâneo, essencialmente devido à emancipação das mulheres, os indivíduos “não aceitam que o casamento não corresponda às suas expectativas de felicidade, prazer, compreensão mútua e companheirismo”, como por exemplo:

*“Eu acho que quando as pessoas se amam e se entendem, que casar é algo que as vai fazer mais felizes e que simboliza o amor que elas sentem uma pela outra. Aí, o casamento faz sentido. É basicamente isto.”* (Nuno, 24 anos)

Há algum distanciamento dos mais jovens em relação à visão de outrora do casamento, que tinha por objetivos principais a procriação e a constituição de uma família. Prevalece uma conceção do casamento ancorada no afeto entre os elementos do casal, o que é corroborado pela investigação de Araújo (2002) em que se verificou que alguns indivíduos mais jovens tendem a casar com o objetivo único de viver com o companheiro, usufruindo do seu afeto e da sua companhia, sem pretenderem, de imediato, dar início a um projeto de parentalidade.

Verificou-se (Figura 2) que, independentemente da existência ou não, de uma opção religiosa, os jovens da amostra consideram, na sua maioria, que a concretização de um projeto conjugal ‘Requer compromisso e responsabilidade’ (com 10 referências por ambos

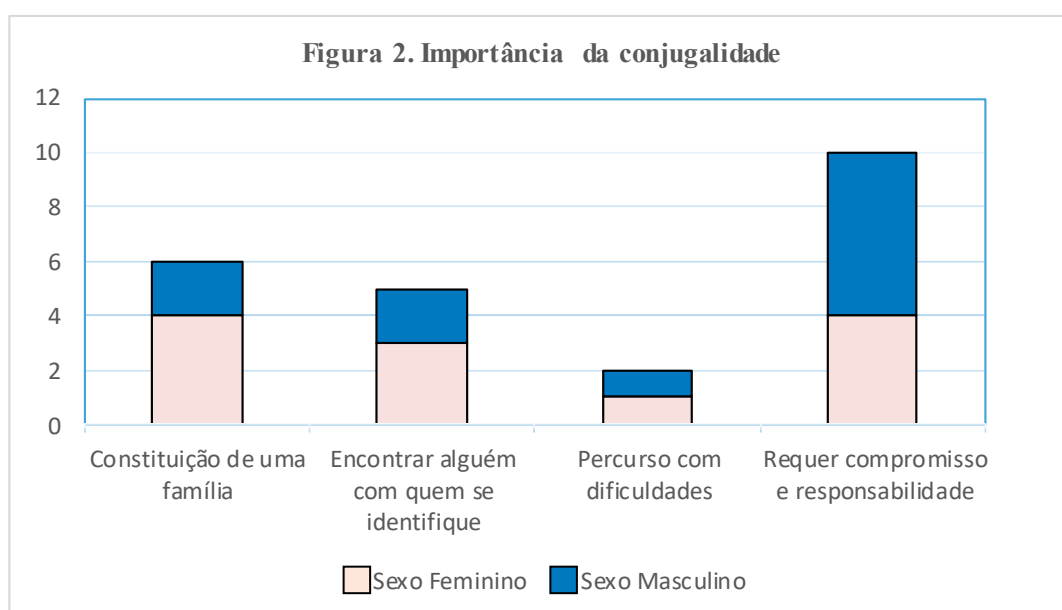
os sexos), o que vai ao encontro do que foi constatado no estudo de Dias et al. (2013), sobre os aspetos considerados importantes pelos jovens para que um casamento seja bem-sucedido: responsabilidade, divisão de tarefas e organização financeira para o sustento da família, indiciando uma maior racionalização do que é exigido pelo casamento, apesar de o fator emocional continuar a ter relevância. No nosso estudo, o ponto de ‘compromisso e responsabilidade’ foi o mais valorizado pelos elementos masculinos, possivelmente por influência do ideal estabelecido ao longo da História, que preconiza que o homem deve ser o provedor do sustento da família (Zamagni & Zamagni, 2014) e visível em:

*“É uma decisão que envolve muita responsabilidade (casar), não só para a tua vida. É algo importante, mas não sei se é para toda a gente. Só posso responder por mim próprio.”* (Gonçalo, 23 anos)

*“As pessoas quando casam têm de assumir um compromisso em relação a tudo. (...) a pessoa deve entregar-se completamente.”* (David, 19 anos)

Ainda no que diz respeito à importância da conjugalidade, o fator ‘Constituição de uma família’ obteve 6 referências, no total, para ambos os sexos, e manifestado em:

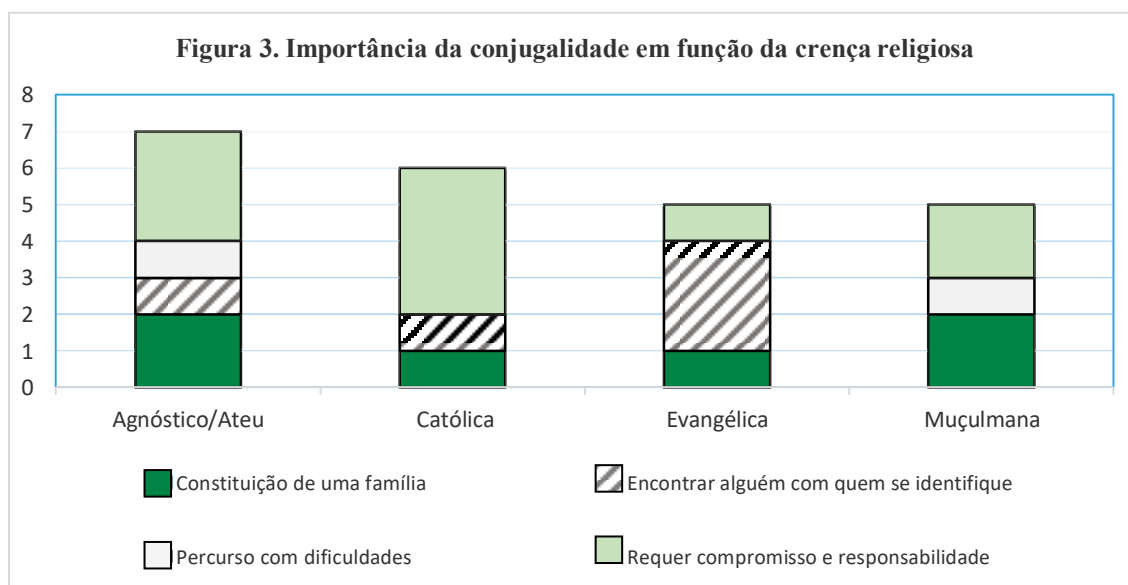
*“Claro que era uma coisa que eu gostava (casar), acho que é importante ter família e ter filhos.”* (Beatriz, 19 anos)



Os jovens evangélicos foram os que mais valorizaram a importância de ‘Encontrar alguém com quem se identifiquem’, (Figura 3) em detrimento de outros fatores, o que será expectável, tendo em conta que a crença evangélica em Portugal se caracteriza pelo tradicionalismo, o que foi ilustrado por estes jovens, pois para eles será importante encontrar alguém com quem possam partilhar os mesmos valores e hábitos religiosos, como se observa na seguinte citação:

*“Se eu arranjar um namorado não cristão, que eu não quero, vai pensar de outra maneira. Ninguém é perfeito, mas mesmo sendo cristão isso não vai deixar de acontecer, mas se fizermos o mesmo caminho, vamos pôr tudo nas mãos de Deus e logo aí vamos ter uma solução para os nossos problemas. Podermos orar juntos, isso é muito importante.”* (Isabel, 25 anos)

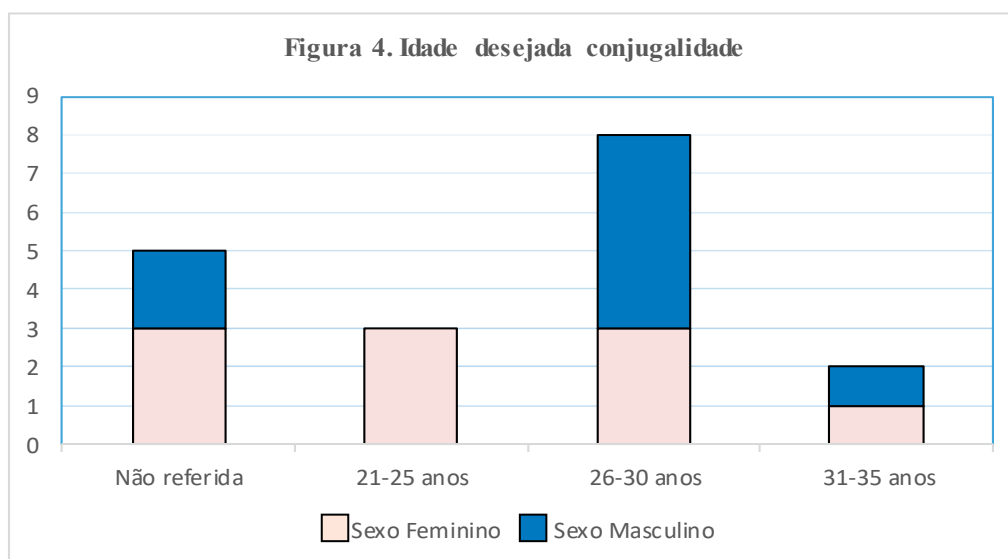
Dado que a religião é o contexto central de socialização para jovens religiosos, segundo Dayrell (2003) estes poderão ter menos oportunidades de estabelecer contactos com jovens não-religiosos, o que condiciona as suas escolhas de um futuro par.



Segundo vários autores, existem diferenças entre sexos quanto às expectativas face ao casamento, salientando-se que as mulheres demonstram ter atitudes mais positivas em relação ao casamento do que os homens (Carroll et al., 2007; Shurts & Myers, 2012; Willoughby, 2010). No entanto, nesta investigação não se verificaram diferenças

significativas entre sexos, tendo a maioria dos jovens manifestado expectativas semelhantes e positivas no que respeita à intenção de concretizar um projeto conjugal.

De modo geral, as mulheres esperam concretizar o casamento numa idade que se verifica ser inferior à idade esperada pelos homens, pela pressão cultural e social a que são submetidas, através de uma socialização mais orientada para o casamento do que a do homem (Arnett, 2004; Willoughby, 2010). Na nossa amostra, os participantes que referiram pretender estabelecer vida conjugal em idade situada entre 21 e 25 anos foram apenas do sexo feminino. Aqueles que tencionam adiar esse projeto para idades mais avançadas situaram-se de forma semelhante, relativamente aos dois sexos (Figura 4).



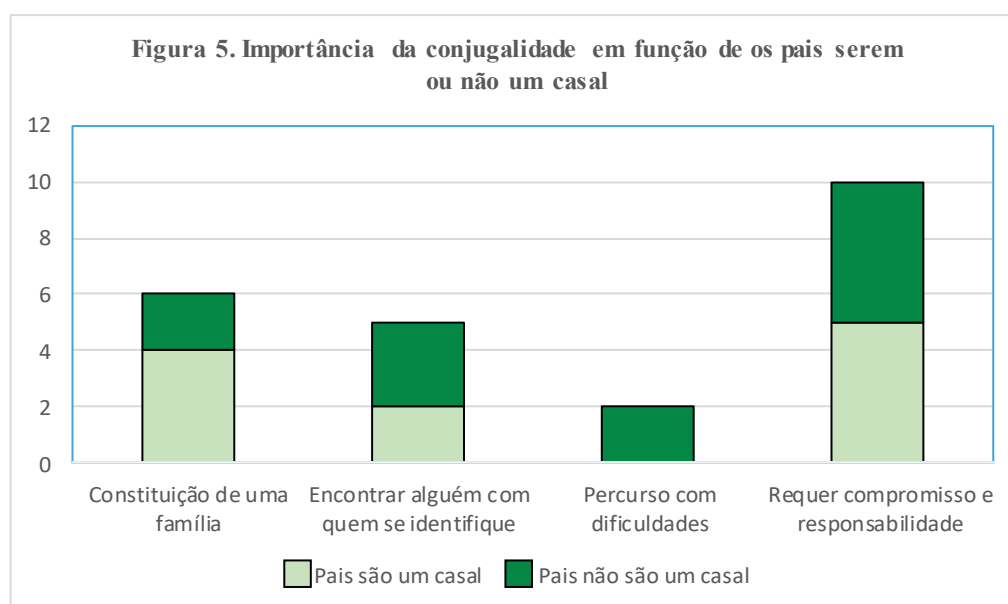
Jovens com pais casados poderão relatar expectativas mais elevadas sobre casar (Manning et al., 2007; Shurts & Myers, 2012; Simons et al., 2013) e menores expectativas sobre a coabitação sem casamento do que jovens cujos pais vivem em união de facto (Manning et al., 2007; Sassler et al., 2009; Smock et al., 2013). No caso de pais divorciados, existem fortes probabilidades de os filhos, ao observarem-nos, considerarem que o casamento não é permanente e que os casais não têm a capacidade de ultrapassar conflitos, pensando que as suas relações conjugais futuras não irão ser bem-sucedidas e construindo a convicção de que o compromisso nas relações oferece algum risco (Amato e DeBoer, 2001, cit. por Willoughby, 2010; Dennison & Koerner, 2006; Fonseca, 2008; van Schaick & Stolberg, 2001; Wallerstein & Lewis, 2004). Verifica-se a importância de analisar, não só, a existência e grau de conflito interparental ao longo do matrimónio, como

também após o divórcio, o que poderá ser pertinente para a edificação de crenças negativas relativamente ao casamento, por parte dos filhos. Os autores Dennison e Koerner (2006) constataram que, quanto mais intenso era o conflito parental após a dissolução do casamento, mais frequente era a existência de atitudes negativas dos jovens no que diz respeito a esse tipo de união conjugal.

No nosso estudo, os resultados apontam para a ausência de diferenças significativas entre as opiniões acerca do casamento de jovens cujos pais se divorciaram ou se separaram e as daqueles cujos pais se mantiveram casados (Figura 5), não apresentando, de modo geral, atitudes negativas face ao casamento. Quanto à existência ou não de conflito entre os progenitores dos jovens participantes neste estudo, não se obteve informação porque não foi uma variável investigada. Os filhos de pais separados podem ter dúvidas em relação ao futuro conjugal mas não revelam baixas expectativas, o que foi demonstrado pela intenção de todos os elementos do nosso estudo de darem início a um projeto conjugal no futuro e é visível na seguinte citação:

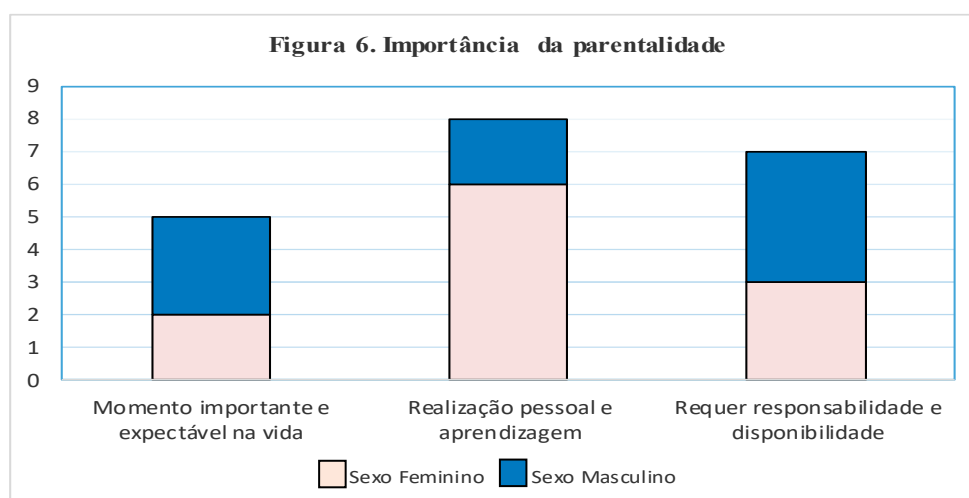
*“Sendo filha de pais divorciados, isso às vezes tem muita influência e eu sei e sinto que, muitas vezes, tenho um bocadinho de receio, porque tenho aquela experiência. Então e se as coisas correrem mal?... Mas ainda assim, não faz com que eu não queira, que eu não avance.*

*Eu quero ter a minha família, quero casar. Se correr mal, correu, faz parte. Eu penso bastante nisso e tenho medo. Não é medo, é receio, receio que as coisas não corram bem ou que corram como as dos meus pais correram. Mas (...) penso sempre: vai correr tudo bem e se não correr, a vida continua, há-de haver outro caminho.”*  
(Sara, 24 anos)



Apesar de, na fase da idade adulta jovem, os indivíduos pretenderem distanciar-se fisicamente dos pais, as circunstâncias e a estrutura da família não interferem com o desejo dos jovens de constituírem um projeto conjugal, mas influenciam as atitudes face ao casamento (Dennison & Koerner, 2008; Manning et al., 2007; Whitton et al., 2008). Jovens que vivem num contexto em que os pais não estão juntos, ou que lhes transmitem valores menos tradicionais, tendem a ter expectativas mais baixas em relação ao casamento oficial e mais elevadas no que diz respeito à coabitação sem casamento. Contudo, os jovens filhos de pais separados ou divorciados parecem valorizar a vida familiar da mesma forma que os outros jovens, por isso, não se pode estabelecer uma correlação direta entre o divórcio dos pais e o aparecimento de expectativas negativas face ao casamento por parte dos filhos, pois estas poderão ser consequência da perceção que têm da qualidade do casamento dos progenitores ou do conflito entre eles (Amato & DeBoer, 2001, cit. por Willoughby, 2010; Gabardi & Rosen, 1991, cit. por Ottaway, 2010; Li, 2014; Steinberg et al., 2006).

Quanto à segunda parte da questão e que se materializou na subcategoria ‘Importância da parentalidade’, as respostas dos jovens puderam ser incluídas e distribuídas noutras três (Figura 6): ‘Momento importante e expectável na vida’ (com 5 referências); ‘Realização pessoal e aprendizagem’ (com 8 referências) e ‘Requer responsabilidade e disponibilidade’ (com 7 referências). A parentalidade é considerada um fator determinante para se ser considerado adulto e os jovens assumem que a decisão de ser pai ou mãe requer que se seja uma pessoa responsável relativamente a si própria e implica também uma grande responsabilidade sobre outra pessoa (Andrade, 2006).



Na primeira subcategoria ‘Momento importante e expectável na vida’ os jovens referem-se à parentalidade como um momento importante no ciclo vital (Heilborn & Cabral, 2006) mas, de modo geral, ainda não sabem bem a que atribuir essa importância. Percecionam que é esperado por parte da sociedade que assim seja e, neste sentido, alguns projetam-no porque é uma tendência cultural, como se observou nos seguintes testemunhos, apenas revelando maior liberdade de escolha no que diz respeito à fase em que poderão concretizá-lo.

*“Eu creio que sim, ainda não compreendo o quê, mas ter filhos deve mudar um pouco a vida dos pais.” (João, 21 anos)*

*“Ter filhos é uma tendência que nós temos. Chega a uma determinada altura e nós começamos a pensar em ter filhos.” (Nuno, 24 anos)*

Alguns participantes revelaram que a etapa da parentalidade ‘Requer responsabilidade e disponibilidade’, logo ambicionam que seja uma decisão ponderada, em que devem estar reunidos recursos financeiros e também disponibilidade temporal, mental e emocional para os filhos. Esta fase da vida é, efetivamente, uma fonte da mais profunda mudança e desafio para o indivíduo e para a família, sendo a chegada de um filho um momento que altera vários domínios da existência familiar (Hernandez & Hutz, 2009; Murta, Rodrigues, Rosa, Paulo, & Furtado, 2011), desde a procura de equilíbrio da vida dos elementos do casal com o trabalho, com a família alargada e até com os amigos (Matos & Magalhães, 2014), pois a parentalidade exige uma grande disponibilidade para a satisfação das necessidades da criança, aliada à diminuição de tempo para o próprio, o que foi ilustrado em:

*“Isso (a parentalidade) é uma coisa que me assusta um bocado, porque acho que todas as mães sentem muita pressão em dar os cuidados e a educação que eles (filhos) necessitam. Mas espero bem dar a educação que eles precisam mesmo. É um ato de grande responsabilidade (...)” (Carla, 19 anos)*

*“(...) (Ser pai) acho que dá algum trabalho e merece a dedicação, não é? Uma pessoa, se é para ter (filhos), é para dedicar também, estamos a formar uma geração e também são nossos filhos, é uma coisa muito nossa.” (Luís, 23 anos)*

*“Porque eu acho que, quando uma pessoa é pai ou mãe sente aquilo que é o sentido de responsabilidade. Até agora, tínhamo-nos que preocupar com aquilo que nós vamos fazer: com o meu jantar, com o meu almoço, com o meu dia, mas agora não é só com o meu, mas com o do meu filho e com o da minha filha. A pessoa deixa de ter a*

*si própria como o seu único universo, mas tem mais duas ou três pessoas sob a sua tutela, para as quais terá de se responsabilizar e isso faz a pessoa crescer imenso, pessoalmente e também a forma como tem as relações com as outras pessoas. A pessoa deixa de ver as coisas de forma tão infantil, digamos assim.”* (Joaquim, 21 anos)

Houve 8 referências dos jovens entrevistados à concretização do projeto de parentalidade enquanto uma possibilidade de aprendizagem e uma via para a realização pessoal, maioritariamente por parte de elementos do sexo feminino.

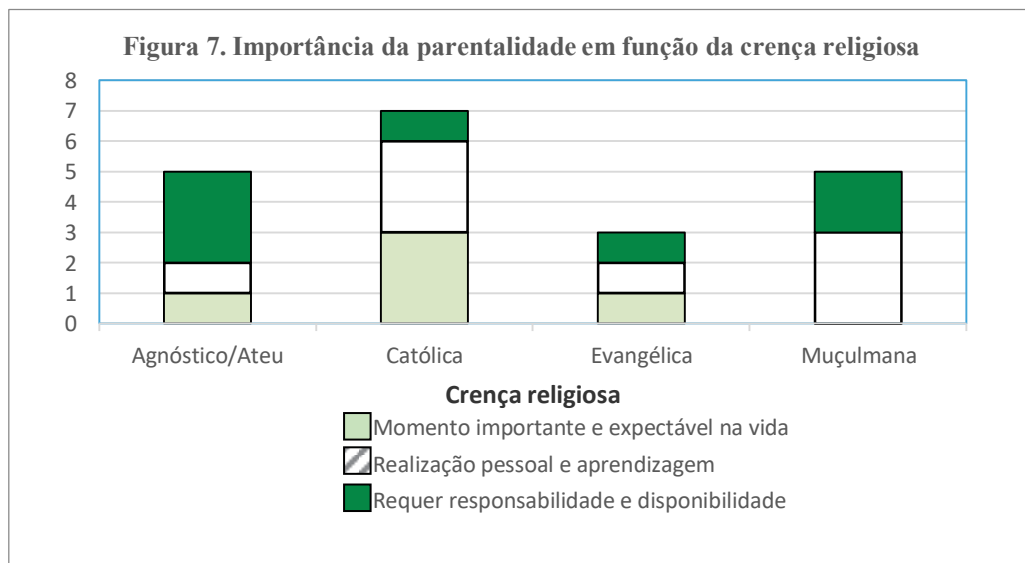
Canavarro (2001) sublinha que muitas mulheres sentem que ser mãe será essencial para a sua realização pessoal. O conceito de amor incondicional é altamente valorizado e esse amor é percebido como suficientemente forte para ultrapassar todas as adversidades e permitir a manutenção do bem-estar dos filhos (Heilborn & Cabral, 2006). Tal situação é ilustrada pelas seguintes afirmações sobre a parentalidade:

*“(...) acho que o amor de pai e filho é uma coisa que só se sabe quando se sente.”*  
(Ana, 20 anos)

*“Penso que tem toda a importância (ter filhos), porque a família é um pilar, a pessoa sente-se realizada.”* (Helena, 21 anos)

*“Eu (...), acho que os filhos são um dom de Deus, trazem muito à nossa vida. Acho que nenhum casal deveria passar sem ter filhos, acho que aprendemos muito, faz-nos crescer muito e também traz muitas alegrias e tristezas, traz tudo.”* (Maria, 24 anos)

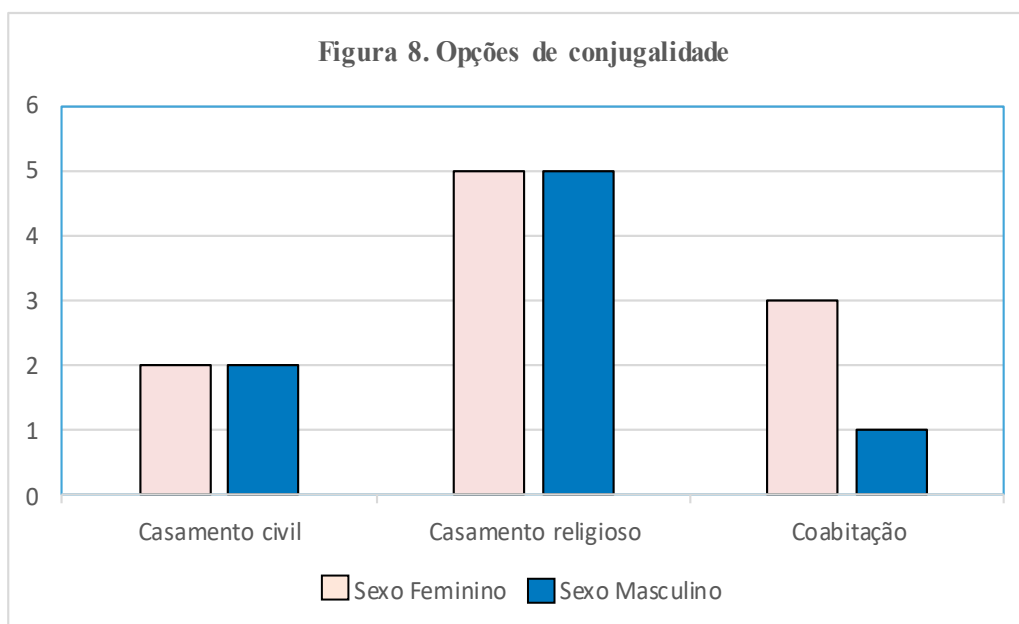
No nosso estudo, jovens de todas as crenças religiosas salientaram o valor da ‘Realização pessoal e da aprendizagem’ na experiência da parentalidade, surgindo logo de seguida, em termos de número de ocorrências, a categoria que refere que a parentalidade ‘Requer responsabilidade e disponibilidade’ (Figura 7).



A conjugalidade e a parentalidade parecem ter uma ordem cronológica culturalmente instituída, na qual a formação inicial de uma família e o tornar-se pai ou mãe constituem um processo expectável no desenvolvimento psicológico e social do ser humano que deverá ocorrer durante a fase adulta, após a frequência escolar e a concretização de projetos profissionais (Heilborn & Cabral, 2006; Jablonski, 2009; Machado et al., 2014), como é perceptível em:

*“Ambiciono aquilo que acho que, de alguma forma, toda a gente ambiciona, que é ter uma mulher, ter filhos, uma relação firme, estável, fiel, sem grandes aventuras, no bom sentido, não ter relações extraconjugais, como se costuma dizer, pronto, nesses termos, constituir uma família.” (Luís, 23 anos)*

Em relação à segunda questão do nosso estudo: “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos numa relação conjugal?”, verificou-se que todos os jovens ambicionam concretizar um projeto ao nível da conjugalidade, num futuro mais ou menos longínquo, com diversas variantes que passam por contrair matrimónio num casamento civil (22,2%) ou religioso (55,6%) ou, apenas, coabitar (22,2%) (Figura 8). A distribuição relativamente às opções de casamento civil ou religioso foi semelhante entre ambos os sexos, havendo um número ligeiramente maior (2) para o sexo feminino relativamente à opção de simplesmente coabitar, sendo de salientar que a nossa amostra tem mais 2 elementos do sexo feminino do que do masculino como se observa na Figura 8.



A tendência decrescente do número de casamentos nos últimos anos em Portugal (39 993 em 2010 e 31 478 no ano de 2014), na qual se inclui uma acentuada redução do número de casamentos católicos e uma diminuição menos expressiva do número de casamentos civis, foi quebrada em 2015, com um aumento de 334 casamentos católicos e de 552 casamentos civis face ao ano anterior, num total de 32 393 casamentos, mais 2,9% do que em 2014. Do total de casamentos entre pessoas de sexo diferente 35,9% foram celebrados pelo rito católico, 63,6% foram realizados só na forma civil e 0,5% segundo outras formas religiosas (INE, 2016).

Seguidamente, registamos diversas opiniões no que diz respeito ao tipo de união conjugal pretendido:

*“(...) sim, quero-me casar e para mim é muito mais importante o que eu vou sentir dentro de mim e a fé num casamento, do que a maneira material de como é que vai acontecer. Mas sim, neste momento os meus planos são casar futuramente.”* (Rita, 21 anos)

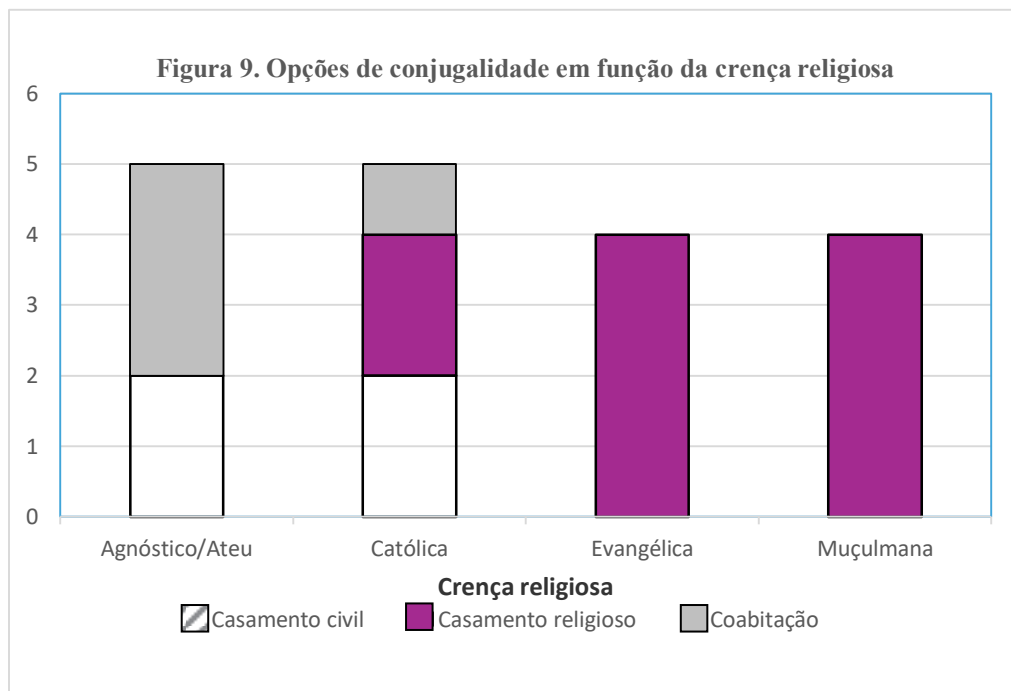
*“Sim, (casar) pelo civil (...). Quer dizer, se a minha futura mulher quisesse pronto, como é óbvio, podemos fazer cedências. Mas, ela não tendo crença e eu também não, acho que não haveria qualquer motivo para casar pelo religioso.”* (David, 19 anos)

*“Eu para mim, provavelmente, vou adotar mais essa estratégia de um dia viver com alguém, mas não casar. Não considero uma necessidade nem nenhum objetivo, apesar de querer constituir família e de um dia querer viver com alguém.”* (Carla, 19 anos)

As perspectivas sobre a coabitação podem estar relacionadas com atitudes e valores não tradicionais, dado que, habitualmente, os adultos que coabitam sem casar tendem a ser menos tradicionais e a ter níveis de envolvimento religioso mais baixos do que aqueles que estão casados e, os jovens que têm uma crença religiosa forte, também são mais tradicionais (De Valk & Liefbroer, 2007; Jansen, 2002) e têm expectativas elevadas relativamente ao casamento, as quais não passam pela coabitação simples (Crissey, 2005; Cunningham & Thornton, 2004; Jansen, 2002; Manning et al., 2007; Mosko & Pistole, 2010; Régnier-Loilier & Prioux, 2008). Os pais divorciados e pouco religiosos têm atitudes mais compreensivas face à ausência de casamento, verificando-se o mesmo nas opiniões dos seus filhos (Cunningham & Thornton, 2004; Sassler et al., 2009; Smock et al., 2013), como se observa na seguinte citação:

*“Penso numa união de facto. Casamento não sei... quer dizer, os meus pais nunca se casaram (...).”* (Orlando, 21 anos)

De modo geral, os jovens entrevistados salientaram a importância da união de duas pessoas com sentimentos positivos recíprocos mas, para os jovens crentes e praticantes, além da união civil, há também a necessidade do vínculo religioso e a intenção de oficializar a sua futura união perante a sociedade (Zordan et al., 2009). Por norma, os jovens crentes apresentam motivos que passam por uma valorização do casamento que é transversal às diferentes religiões e a ideia de que quem tem fé considera o casamento como um ato sagrado. Daí, a maioria dos jovens crentes do nosso estudo pretender casar e manifestar preferência por um casamento com cerimónia religiosa, em detrimento da coabitação sem casamento ou de um casamento apenas civil (Figura 9).



Não se pode deixar de mencionar que o casamento tem sido cada vez mais desinstitucionalizado, como se pode observar na citação abaixo, devido ao enfraquecimento das normas sociais que o definem (Cherlin, 2004; Manning et al., 2007) o que, em termos práticos, se traduz no seu retardamento e no aumento do número de pessoas que se unem através da coabitação sem casamento (Leite, 2003; Manning, 2013; Wall & Aboim, 2003), com ou sem casamento posterior.

*“Eu, sinceramente, acho que o casamento baseia-se só numa crença que as pessoas foram adotando. Acho que, tecnicamente, as pessoas que sejam namorados, que vivam no mesmo sítio, que já tenham constituído família, mesmo que não tenham casado, para mim, eu vejo-os como um casal igual a uma pessoa que tenha casado com outra.” (Carla, 19 anos)*

Os jovens desta amostra expressam maioritariamente intenção de casar, não passando pela coabitação prévia. Apesar do aumento da percentagem de pessoas em situação de coabitação conjugal em Portugal, que passou de 4,4% em 2001 para 8,1% em 2011 (INE, 2016), do adiamento do momento do casamento e da percentagem de divórcios (68,9% em 2010 face aos casamentos realizados nesse ano e 70,4% em 2013, último ano com informação publicada pelo INE, 2016) os jovens não estão a rejeitar o casamento e raramente estão a substituí-lo pela união de facto como situação definitiva (Manning et al.,

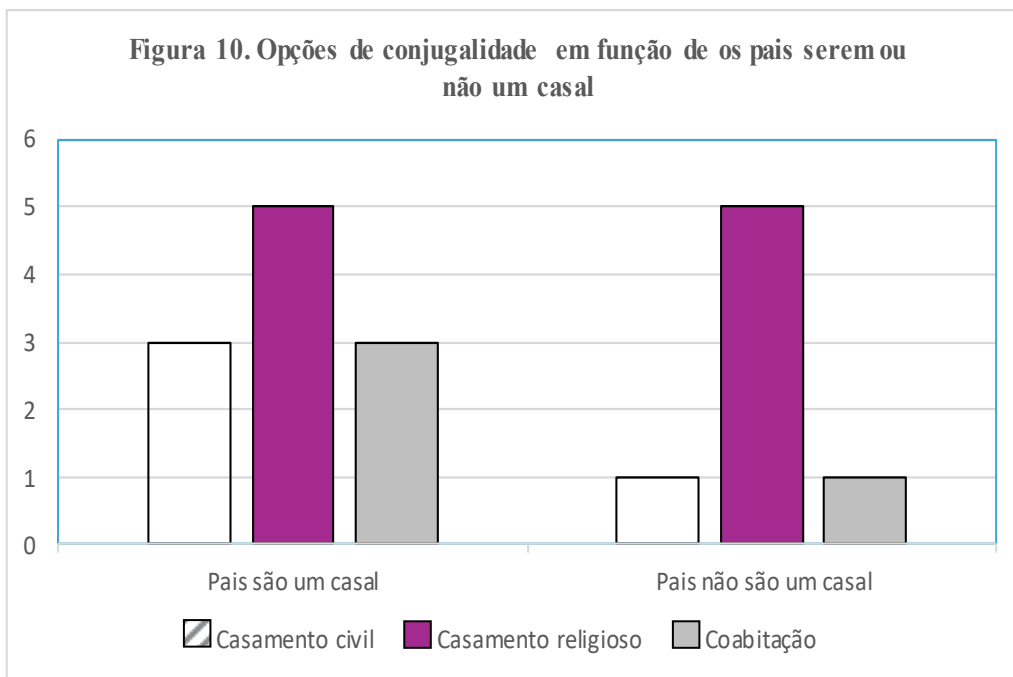
2007; Manning & Smock, 2002). A nível estatístico, em Portugal, em mais de metade dos casamentos realizados em 2015 os nubentes já possuíam anteriormente residência comum. Esta situação tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, evoluindo de 44,2% em 2010 para 54,5% em 2015 (INE, 2016).

Para alguns jovens, a coabitação transformou-se em parte integrante do caminho que leva ao casamento e que, dando oportunidade a uma experiência de vida em comum, permitirá a conclusão sobre a continuidade da ligação entre os elementos do casal, adiando o estabelecimento oficial da união. Tal facto não pôde ser confirmado no nosso estudo, pois pretendeu-se investigar as expectativas face à conjugalidade, não estando ao nosso alcance a possibilidade de averiguação de quantos dos jovens que manifestaram intenção de coabitar conjugalmente irão também casar, sendo necessário para tal um estudo de carácter longitudinal.

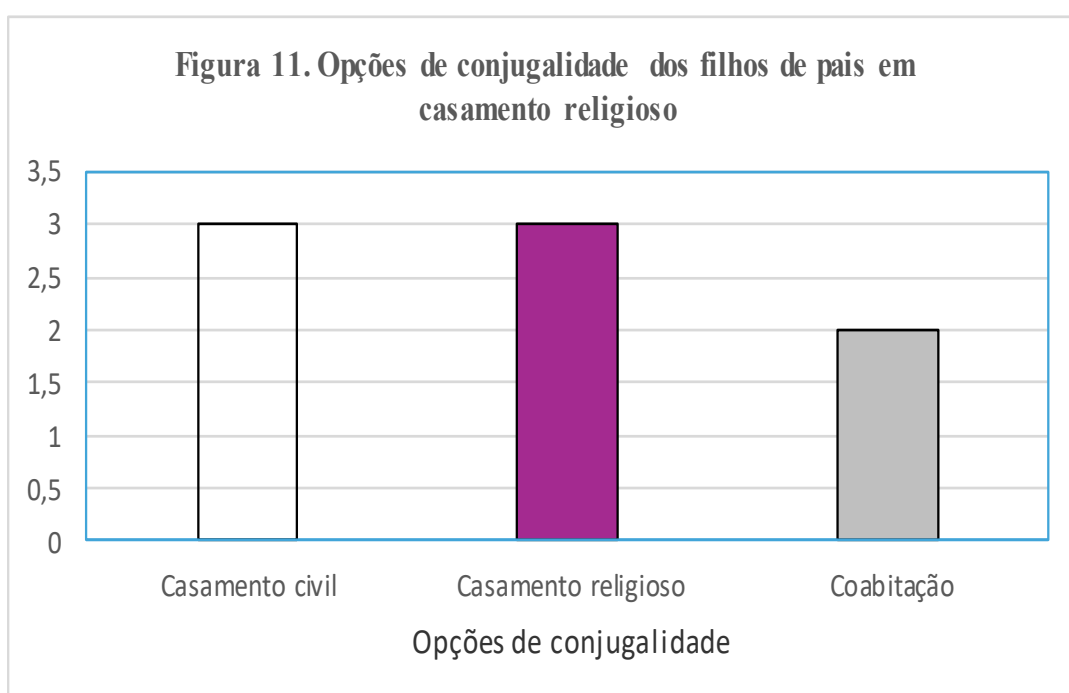
Apesar de um posicionamento cada vez mais favorável por parte dos jovens face à coabitação conjugal, estes continuam a demonstrar expectativas elevadas sobre um dia virem a casar (Manning et al., 2007), o que foi verificado também pelo resultado obtido na nossa investigação, em que 78% dos jovens manifestaram essa intenção. Em Portugal, a coabitação conjugal aumentou, embora seja menos frequente do que em países do Norte da Europa (Buchmann & Kriesi, 2011).

É perceptível que o casamento é uma instituição muito valorizada, apesar do decréscimo da sua percentagem até 2014 e do aumento do número de situações de coabitação conjugal em Portugal, pelo que não há dados consistentes sobre se a maior aceitação deste último tipo de configuração familiar (Hunt, 2006; Manning et al., 2007) tem influência direta nas expectativas dos indivíduos. A ambivalência dos jovens em relação à coabitação pode derivar em parte, da transmissão de valores tradicionais e, para outros jovens, da falta de institucionalização da coabitação, faltando um evento simbólico para marcar o início dessa união (Manning et al., 2007; Manning & Smock, 2002, 2005).

Na nossa amostra, nas situações em que os pais não constituíam um casal, 5 jovens revelaram intenção de contrair matrimónio com cerimónia religiosa, 1 de modo civil e 1 de viver em coabitação (Figura 10). Perante casos em que os jovens vivenciaram a separação dos pais e estando presente a possibilidade de opiniões menos positivas sobre o casamento, verifica-se que esse projeto de vida não deixa de fazer parte dos seus planos de vida (Dennison & Koerner, 2008; Manning et al., 2007; Whitton et al., 2008).



Verificou-se que 8 jovens da nossa amostra são filhos de pais casados com cerimónia religiosa e que, apesar do vínculo religioso conjugal dos progenitores, consideraram todas as hipóteses de conjugalidade (Figura 11), o que parece sublinhar a inexistência de uma relação direta entre o casamento religioso dos pais e o tipo de ligação conjugal que os jovens entrevistados perspetivam para o seu futuro, como se observa:



Em investigações precedentes verificou-se que jovens adultos que não frequentam o Ensino Superior tendem a manifestar preferência pela coabitação simples e que o sucesso académico leva a expectativas mais elevadas acerca do casamento formal (Bumpass & Lu, 2000; Manning et al., 2007; Manning & Smock, 2002), o que não é concordante com a informação obtida no nosso estudo, pois os jovens que estão a trabalhar e não prosseguiram os estudos na Universidade ou os jovens desempregados manifestaram expectativa de, um dia, casar em regime religioso.

Todos os entrevistados referiram a intenção de estar futuramente numa situação de conjugalidade, o que corrobora pesquisas anteriores, em que é referido que a maioria dos adultos emergentes tem atitudes positivas em relação ao casamento, apesar de pretenderem atribuir prioridade aos seus estudos (Carroll et al., 2007; Gassanov et al., 2008; Shurts & Myers, 2012; Willoughby, 2010).

Relativamente à segunda parte da questão “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos numa relação conjugal?”, foram observados vários padrões de resposta, em que o mais referido está relacionado com a fase posterior ao fim das suas obrigações académicas, com 9 referências. Seguidamente surge a opção ‘Após estabilidade financeira e profissional’ com 8 respostas.

Essas diferentes perspetivas são observáveis nos seguintes testemunhos:

*“Nunca pensei seriamente em questões de casamento porque sinto-me muito novo para isso e pronto, tenho 21 anos, ainda tenho muito tempo para pensar nisso. A minha prioridade agora é a minha formação académica.”* (Pedro, 21 anos)

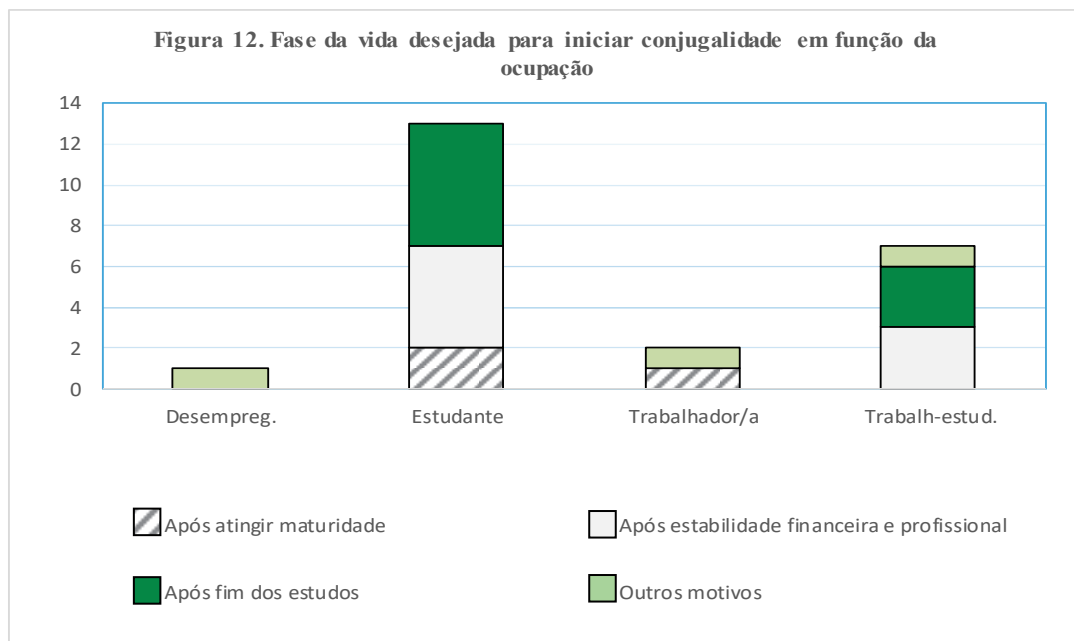
*“Eu gostaria muito de me casar quando terminasse a Licenciatura.”* (Rita, 21 anos)

*“Acho que ainda tenho muito para investir em mim e só depois quando tiver um trabalho e uma vida independente financeiramente, é que começo a pensar em constituir família com alguém.”* (Carla, 19 anos)

Na nossa amostra, 10 participantes referiram intenção de iniciar um projeto de conjugalidade entre os 26 e os 30 anos, o que poderá ter sido motivado pelo facto de a maioria estar a estudar no Ensino Superior e, por essa razão, ter escolhido idades em que a probabilidade de ter concluído esse ciclo académico é elevada. Anteriormente, verificou-se que o investimento a nível escolar retarda a chegada ao casamento e que ter um emprego

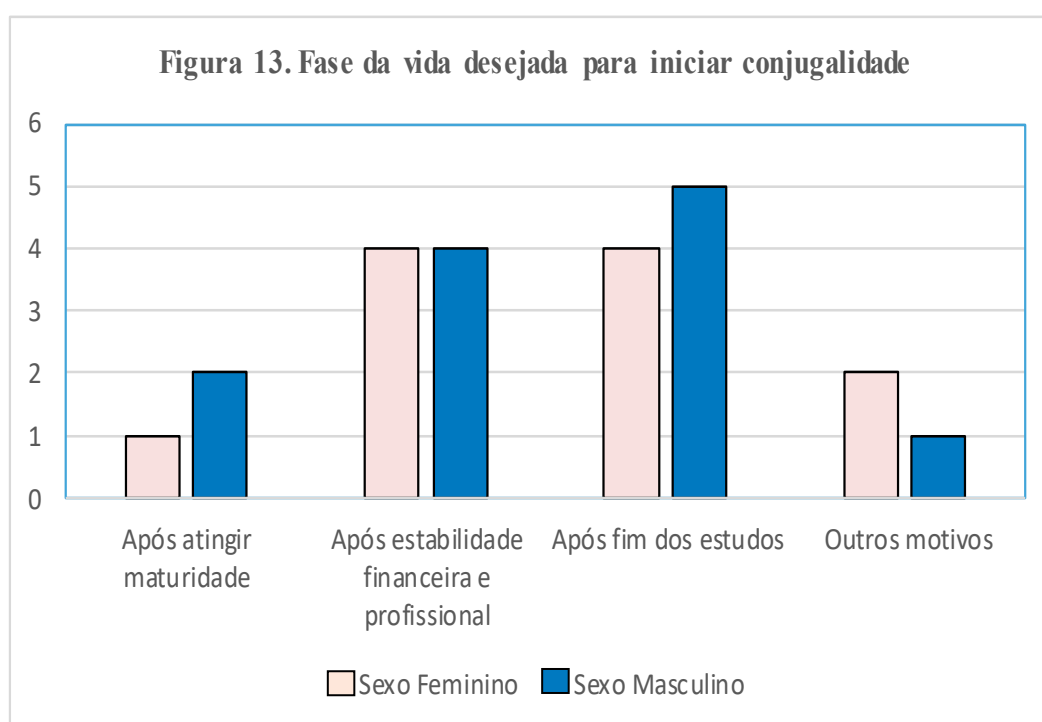
estável e poder proporcionar à família uma vida com qualidade tem o efeito oposto (Gassanov et al., 2008; Guzzo, 2006; Smock et al., 2005).

Algumas mudanças a nível social como a generalização da independência das mulheres ou a evolução geral a nível académico, levaram a uma demora e maior exigência na realização do casamento para muitos jovens adultos (Féres-Carneiro, 2001; Jablonski, 2009; Lesthaeghe, 2010). Os jovens que casam perto dos 20 anos são uma minoria e, habitualmente, cumpriram percursos educacionais mais baixos ou provêm de contextos altamente religiosos (Schoen, Landale, & Daniels, 2007; Uecker & Stokes, 2008). Nesta investigação, quanto ao momento desejado para iniciar uma vida conjugal, as categorias mais referidas por jovens ‘Estudantes’ e ‘Trabalhadores-estudantes’ foram: ‘Após o fim dos estudos’ e ‘Após estabilidade financeira e profissional’ (Figura 12).



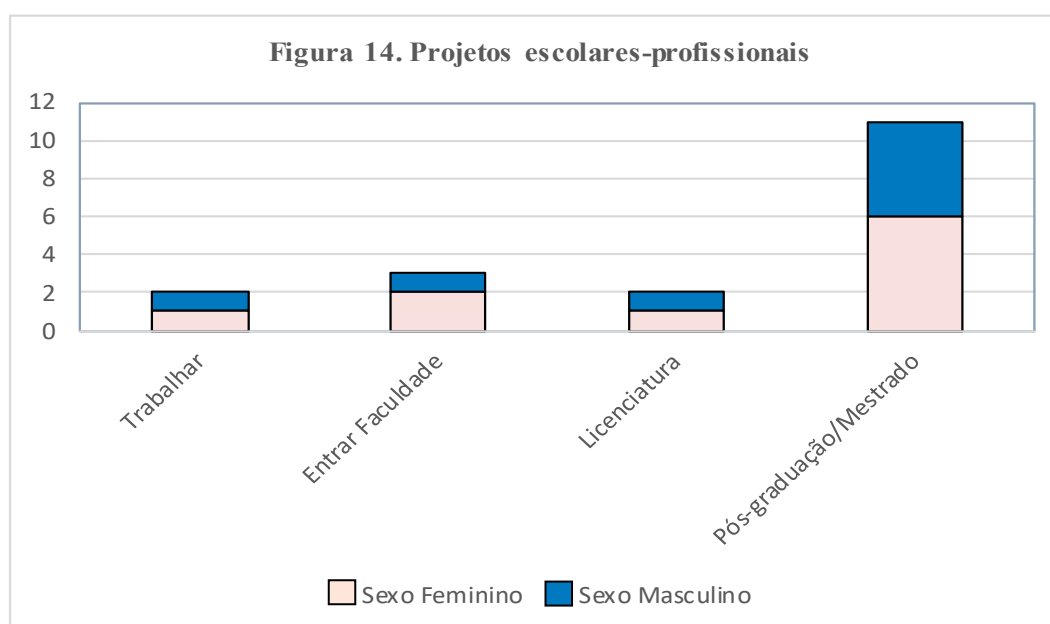
Vários autores verificaram que o adiamento do casamento é uma tendência de ambos os sexos (Cherlin, 2004; Lesthaeghe, 2010; Manning et al., 2007) e ocorre em função de os sujeitos pretenderem realizá-lo numa fase posterior ao término dos seus estudos ou apenas quando conseguirem tornar-se financeiramente independentes (Carroll et al., 2007; Cherlin, 2004; Gassanov et al., 2008; Manning & Smock, 2002; Sironi, et al.,

2015; Willoughby, 2010). O número de indivíduos em Portugal com o Ensino Secundário completo tem vindo a aumentar (de 15,4% em 2010 passou para 19,9% em 2015) (Pordata, 2016), o que é revelado também na nossa amostra em que 72,22% dos entrevistados frequentam o Ensino Superior. Desses, verificaram-se 9 respostas com referência à intenção de casar depois de acabar os estudos (Figura 13).



Da análise das entrevistas percebe-se que os jovens entrevistados ambicionam casar, maioritariamente entre os 26 e os 30 anos. A idade média do primeiro casamento em 2015 em Portugal situou-se em 32,5 anos para os homens e 31,0 anos para as mulheres, face a 30,8 anos e 29,2 anos, respetivamente, em 2010 (INE, 2016). Existe uma tendência generalizada para os jovens adiarem a idade para iniciar a conjugalidade, seja sob a forma de casamento ou de coabitação sem casamento (Cherlin, 2004; Lesthaeghe, 2010; Manning et al., 2007), sendo essas decisões produto da evolução económica e das alterações a nível cultural. Nesta investigação, vários jovens, todos estudantes, fizeram 17 vezes referência à importância de dar início a uma vida a dois em função do fim dos seus estudos e do estabelecimento de uma vida económica estável. Dos 18 jovens entrevistados, 16

manifestaram intenção de investir no seu percurso acadêmico e, no que diz respeito aos projetos a nível escolar e/ou profissional, mais de metade (61%) pretendem prosseguir com estudos pós-graduados para, posteriormente, integrarem o mercado laboral. Apenas 11,1% já estão a trabalhar e pretendem continuar a fazê-lo; 11,1% apenas pretendem trabalhar depois de terem a Licenciatura terminada e 16,7% dos entrevistados pretendem ingressar na Faculdade. A distribuição destas opções foi semelhante, no que diz respeito ao sexo feminino e ao masculino e é observável nos depoimentos após a Figura 14:



*“Neste momento (a nível laboral) não estou a fazer uma coisa de que gosto, mas é uma forma de me sustentar, até porque eu não sei exatamente o que é que eu quero. Eu gostava de tirar uma Licenciatura, mas não sei em quê.”* (Maria, 24 anos)

*“O que eu planeio fazer é: depois da Licenciatura e do Mestrado, pôr o que eu aprendi em prática, pois não estaria a ajudar ninguém se continuasse a estudar, a estudar...”* (Gonçalo, 23 anos)

*“Sim, eu digo que é a minha prioridade (os estudos), falta-me um ano para concluir a Licenciatura, eu estou a pensar em fazer pós-graduação e, eventualmente, fazer um Mestrado.”* (Pedro, 21 anos)

*“(...) eu ainda conto fazer um Mestrado, mais tarde. Paralelamente ao que eu estou a fazer, eu tenho também um percurso de Educação Religiosa e, portanto, o Mestrado que eu iria fazer teria a ver com essa área.”* (Joaquim, 21 anos)

Os jovens entrevistados encontram-se na fase inicial da vida adulta que se caracteriza pela integração no mercado laboral, conquista da independência, concretização do casamento e ter filhos, bem como explorar outras oportunidades para evolução pessoal (Arnett, 2000). A opção de iniciar uma vida conjugal com base no seu desenvolvimento pessoal ou ‘Após atingir maturidade’ foi referida 3 vezes e é ilustrada pela seguinte opinião:

*“Para mim não é tanto a idade, mas quão estável eu estou na minha vida. Sei que há situações na vida em que isto (vontade de casar) pode ocorrer do nada. (...) Não é mesmo uma questão de idade, é mesmo uma questão da altura em que isto vier. Não sou pessoa de pensar que há uma idade certa para casar.”* (Gonçalo, 23 anos)

Outras respostas, devido ao seu número reduzido, foram inseridas na categoria ‘Outros motivos’:

*“Desde que nós vamos buscar o Reino de Deus primeiro, Deus depois dá-nos tudo o resto. Quero dedicar-me e depois Deus dá-nos o que nos faz falta.”* (Isabel, 25 anos)

Observou-se que os jovens evangélicos e os muçulmanos concentraram a sua vontade em casar na faixa etária dos 26-30 anos, enquanto os católicos estão distribuídos por todas as faixas etárias, incluindo a que vai dos 31 aos 35 anos, que foi somente referida por 11,1% dos jovens, também estudantes do Ensino Superior. De modo geral, a tradição muçulmana incentiva os jovens a sair da casa dos pais para casar e a ter o primeiro filho pouco tempo depois (Collet & Santelli, 2012). Evidencia-se o facto de que, em relação à fase para iniciar a conjugalidade, os jovens de crença evangélica valorizaram o fator ‘alcance de maturidade’ como condição necessária para iniciar um projeto de vida conjugal em detrimento de outros fatores, como ter competências a nível académico ou profissional ou ‘atingir estabilidade financeira’. Em Portugal, a média das idades de saída de casa dos pais é 29 anos e, na globalidade da Europa, é 26 anos (Eurostat, 2016). Saliente-se que, na realidade do século XXI, o facto de se prolongar a vivência em casa dos pais não é sinónimo de dificuldades a nível da organização e gestão familiar por parte dos jovens (Newman & Aptekar, 2007). Portugal é um dos países da Europa com maior percentagem de jovens no ensino universitário a residir com os pais o que leva ao adiamento do projeto de parentalidade (Heilborn & Cabral, 2006; Machado et al., 2014) e é ilustrado pela citação que se segue:

*“Até eu achar que tenho a idade certa para me casar e para constituir a minha própria família, tenciono continuar a viver com eles (pais) e é algo que ainda não decidi, se continuarei a estudar (...) ou se entro logo para o mercado de trabalho.”*  
(Joaquim, 21 anos)

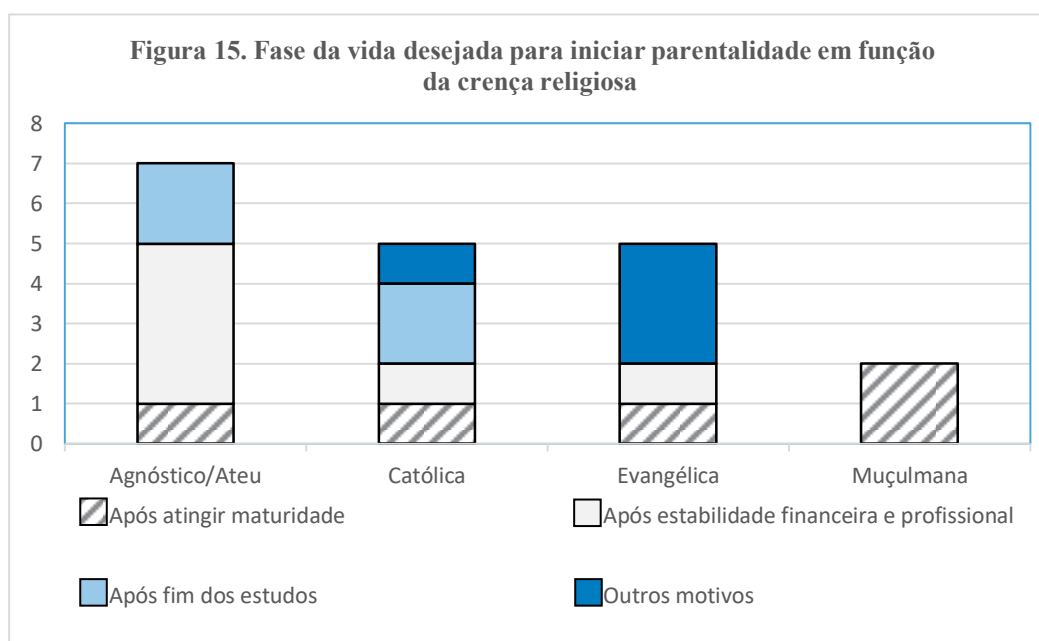
Já em relação à influência que os jovens consideram que a família tem nos seus projetos a nível escolar e profissional, verificou-se que 50% dos entrevistados consideram que os elementos da sua família direta têm uma grande influência, enquanto um terço considera que os progenitores apenas têm influência de grau médio nos seus projetos neste âmbito. O estudo de Plotnick (2007) verifica uma correlação forte entre a influência por parte dos progenitores no investimento dos filhos a nível educacional e a idade esperada por parte dos jovens para casarem e tornarem-se pais. Como também já foi observado por este autor, os jovens com melhores resultados e expectativas mais altas a nível escolar, por norma desejam casar e ser pais em idades mais tardias. Na análise das expectativas em relação ao casamento coexistem padrões diversificados, tradicionais e modernos, sendo de notar, no entanto, que cada indivíduo que projeta a sua vida a nível conjugal é afetado pelos seus valores e *background* familiar (Relvas, 2004).

No que diz respeito à terceira questão “De que forma e em que momento da vida se imaginam os jovens adultos como pais?”, quase todos os jovens entrevistados (94,4%) afirmaram que, ter filhos no futuro, faz parte do seu projeto de vida. Apenas 1 elemento referiu que poderia um dia ter filhos, mas que ainda não se imagina a concretizar esse projetos, pelo que há indivíduos que não vêem o casamento como pré-requisito para ter filhos (Cherlin, 2004; INE, 2016; Machado et al., 2014). Uma entrevistada da nossa investigação referiu que seria para ela, até, mais importante ter filhos do que casar:

*“Eu acho que é super importante (ter filhos). É super importante mesmo (...). Mais importante do que casar, era ter filhos. Mas se por acaso não estiver (com alguém), gostava de ter filhos na mesma. Sim, porque acho que o amor de pai e filho é uma coisa que só se sabe quando se sente.”* (Ana, 20 anos)

Há fatores que potenciam o desejo de ter filhos, por exemplo, o nível de religiosidade (Hayford & Morgan, 2008), tendo sido já verificado que as famílias religiosas

tendem a integrar os seus descendentes numa vida social que requer a participação de toda a família, o que evidencia a importância do grupo familiar e, conseqüentemente, da parentalidade (Pearce, 2002). No nosso estudo, a prática religiosa não foi um fator preponderante para a expectativa de ter filhos e também se observou uma distribuição muito heterogênea de respostas por parte de jovens crentes ou não crentes no que diz respeito à fase da vida desejada para concretizar um projeto a nível parental (Figura 15).



Relativamente às expectativas sobre si próprios enquanto pai ou mãe, verifica-se que houve respostas que recaíram em três subcategorias, em que os jovens puderam ser agrupados e nas quais revelaram o que esperam de si, no que diz respeito à parentalidade (Figura 16) como por exemplo, ser pais ‘equilibrados-calmos’:

*“Ah, todos dizemos isso sempre, que somos liberais, mas... eu acho que, metade-metade é o ideal. Não se pode ser nem demasiado liberal nem demasiado autoritário; é isso, metade-metade.” (Ana, 20 anos)*

Ser pais ‘presentes’:

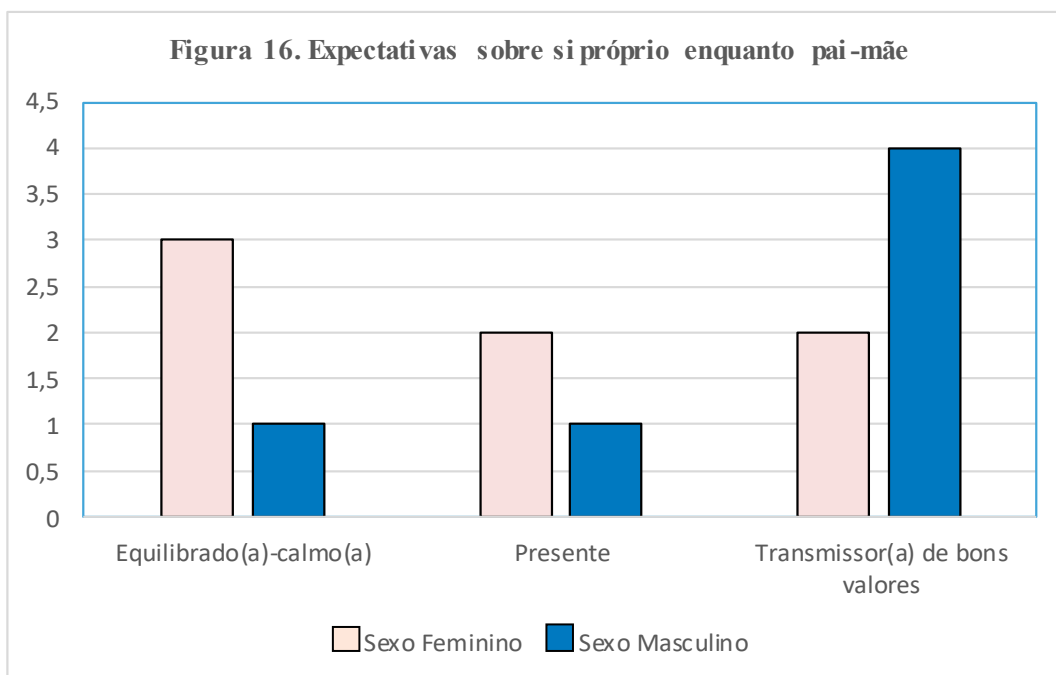
*“Gostaria de ser assim um pai que estivesse sempre ao lado do meu filho ou da minha filha, estivesse lá sempre para apoiá-lo, não de uma forma tão autoritária, mas de*

*uma forma assim mais informal, como um amigo, como alguém que apoie, que é bastante próximo dele.” (Joaquim, 21 anos)*

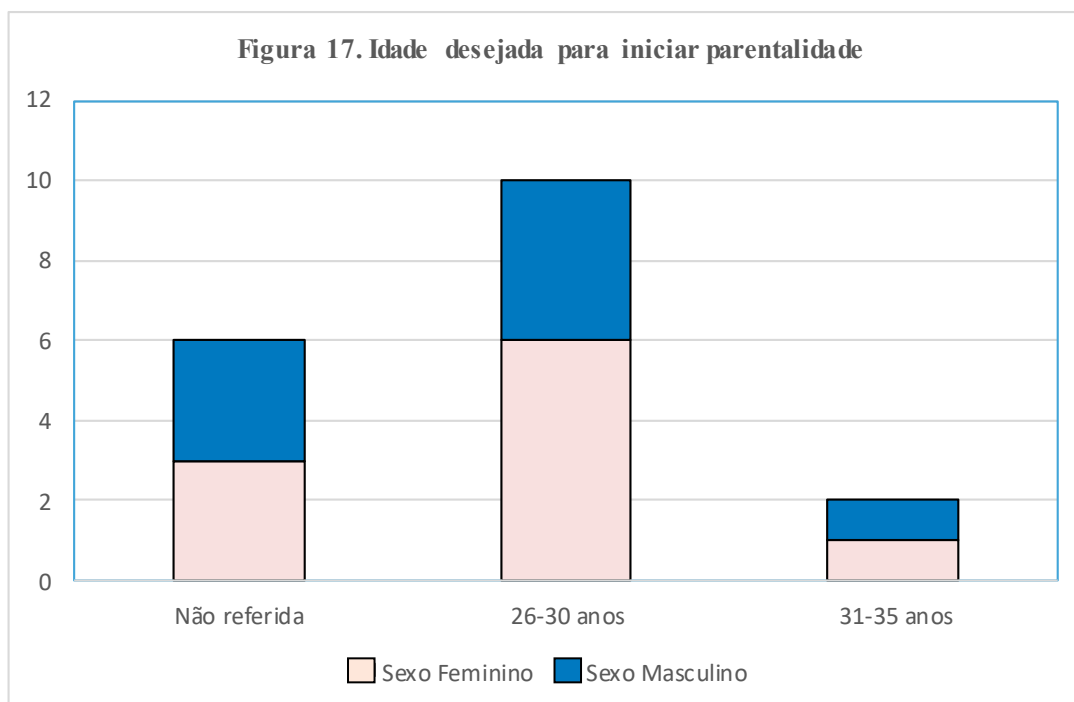
A expectativa de ser um pai/mãe ‘transmissor (a) de bons valores’ no somatório das respostas do sexo feminino e do masculino, foi a subcategoria que obteve maior número de referências no que diz respeito à expectativa sobre si próprio enquanto figura parental.

*“Quando eu for mãe, vou tentar pôr os ideais que tenho da minha mãe em mim, para poder transmitir ao meu filho.” (Elsa, 20 anos)*

*“(…) (Espero ser um pai) que passa uma boa educação, que transmite os valores importantes da vida aos filhos ou às filhas. Pronto, um pai ‘bué’ fixe!” (Pedro, 21 anos)*



Em relação à idade esperada para ser pai ou mãe, a distribuição de respostas é heterogénea, tendo havido jovens que nem referiram uma idade concreta, salientando que esperariam que esse momento ocorresse quando se sentissem prontos; no entanto a escolha maioritária recaiu entre os 26 e os 30 anos de idade (Figura 17).



Em Portugal, a idade média da mãe, aquando do nascimento do primeiro filho, aumentou de 28,9 anos em 2010 para 30,2 em 2015 (Pordata, 2016).

Um terço da nossa amostra respondeu que a parentalidade seria um projeto a concretizar após atingir ‘estabilidade financeira e profissional’. Os jovens revelaram que ter filhos é um dos seus desejos mas como projeto a longo prazo, o que espelha as suas preocupações em relação ao contexto socioeconómico de Portugal, como é observado na seguinte citação:

*“Não sei, (ter filhos) talvez um ano ou dois a seguir ao casamento, quando estivesse economicamente estável para poder garantir uma boa vida aos meus filhos, aos 25 ou 26.” (Filipa, 19 anos)*

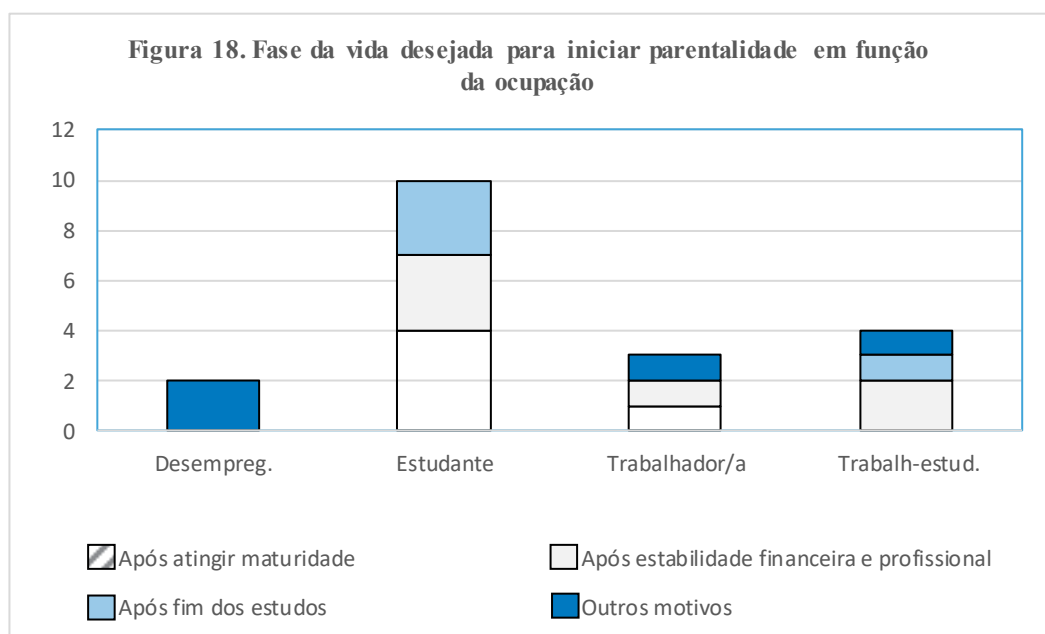
Logo de seguida, com 5 referências, encontra-se a expressão da vontade de ter filhos ‘Após atingir a maturidade’ o que pressupõe que os jovens têm a perceção de que um projeto de vida desta amplitude envolve outro tipo de recursos para além dos financeiros:

“Acho que (ter filhos) depende muito da maturidade de uma pessoa. E depois, a maturidade leva a muitas outras coisas, nomeadamente uma pessoa saber se tem disponibilidade monetária, ter uma casa. É importantíssimo, a maturidade, independentemente da idade, acho que isso é que é importante para ter filhos.” (Luís, 23 anos)

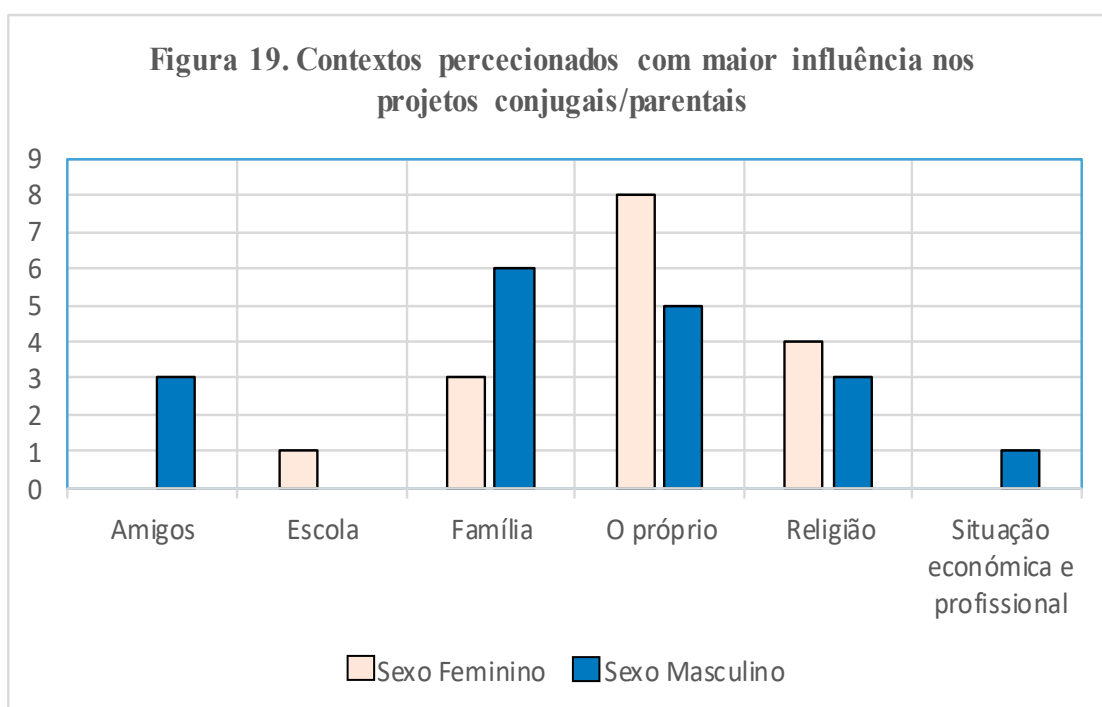
Com 4 referências cada, encontram-se respostas que se enquadram nas subcategorias ‘Após fim dos estudos’ ou ‘Outros motivos’:

“Sim, gostaria (de ter filhos), mas neste momento, a minha principal preocupação é o curso e a minha estabilidade económica e, só depois disso, aí é que acho que vou pensar no que é que vou fazer.” (Helena, 21 anos)

Os jovens estudantes ou trabalhadores-estudantes consideraram mais relevante tornar-se pais ‘Após estabilidade financeira e profissional’ ou ‘Após o fim dos estudos’. Os jovens adultos que são apenas trabalhadores, talvez por considerarem que a meta da estabilidade financeira e profissional possa já ter sido conseguida ou em breve o seja, consideraram prioritários os fatores ‘Após atingir maturidade’, ou mesmo ‘Outros motivos’, para iniciar um projeto parental (Figura 18).



Quanto à quarta e última questão de investigação considerada no Guião de Entrevista, “Quais os contextos que os jovens adultos consideram ter influência nas suas expectativas sobre a conjugalidade e a parentalidade?”, questionou-se os 18 jovens sobre que fatores, pessoas ou contextos seriam por eles percecionados como tendo maior influência no que diz respeito aos seus projetos de conjugalidade e parentalidade. Houve respostas que foram inseridas em seis categorias distintas, tendo alguns elementos referido uma ou mais, que tiveram a seguinte distribuição, ilustrada na Figura 19:



‘O próprio’, com 13 referências:

Vários autores atribuem importância à expectativa do sujeito sobre si próprio já que os indivíduos, ao longo desta fase de transição para a vida adulta, percorrem o seu caminho de desenvolvimento de um modo muito individualizado e as suas expectativas são fruto da sua escolha (Bell & Lee, 2006):

*“Não é que eu não tenha ideia nenhuma do que é que eu vou ser no futuro e vou ao sabor da maré, mas também não tenho coisas mesmo definidas, tenho mais ou menos definidas, mas claramente sou eu que faço o meu futuro e decido.”* (Beatriz, 19 anos)

*“A nível das relações, (as expectativas) eu acho que têm mais a ver comigo e com a minha forma de ser, não sou muito influenciável pelos outros, não é muito habitual, nem pelas crenças dos meus pais.” (Filipa, 19 anos)*

Seguidamente, a ‘Família’, no total com 9 referências, tendo os jovens de crença católica dado maior ênfase a este fator, enquanto os jovens muçulmanos e evangélicos, evidenciaram a ‘Religião’ e ‘O próprio’ e só depois o fator ‘Família’. No que respeita à relação com a família direta, a grande maioria (88,9%) respondeu ter uma relação positiva com ela. O conceito de ‘família’ foi abordado por 72,2% dos jovens, tendo havido respostas alusivas ao facto de esta representar um lugar de ‘apoio incondicional’, ser uma ‘base relacional e de aprendizagem’ ou permitir a criação de ‘laços fortes’.

*“Não, sem dúvida, o que tem mais peso nestas minhas decisões é mesmo a minha família. Porque, para mim, no futuro imagino a minha família como a relação que eu tenho com a minha família agora e como gosto tanto e é tão importante, acho que é mais por aí que vêm estes meus desejos de querer ter uma família também.” (Ana, 20 anos)*

Outra das áreas da vida exploradas na entrevista foi a Religião, por forma a compreender de que modo este fator interfere com as expectativas dos jovens em relativamente à conjugalidade e à parentalidade. De modo geral, os adultos emergentes não atribuem diferente importância às tradições de cada religião mas têm em consideração os seus ensinamentos e princípios morais (Drescher, 2016). Há participantes que referem ter atividades que os ligam à Igreja, nomeadamente, participação frequente em sessões de ensino religioso ou em celebrações religiosas, o que levou a questionar se o carácter regular da presença nestas atividades e dos ideais que nelas são transmitidos, poderia influenciar as restantes áreas da vida. Metade dos sujeitos entrevistados referiu que a religião tem grau forte de influência especificamente nas suas relações amorosas e que, na globalidade da vida, a religião ‘permite aprendizagem’, dá ‘calma’ e dá ‘força’. Koenig (2009) constatou que a religião ajuda as pessoas a lidar com circunstâncias difíceis e que lhes dá uma sensação de poder sobre a imprevisibilidade da vida:

*“A mim (a religião) diz-me muito, porque acredito no que a Igreja diz e acho que me ajuda a ultrapassar alguns problemas. A pessoa está ali e sente-se bem, é uma espécie de terapia, talvez.” (Helena, 21 anos)*

*“(A religião) Dá-me mais propósito, eu sinto que isso é essencial. Não sei explicar mas dá-me força, até para, por exemplo, pensar nisso da Universidade (fazer exames para entrar na Universidade).” (João, 21 anos)*

*“(Por causa da fé) Sinto-me muito mais calma, muito mais tranquila, não a toda a hora, mas na maioria do tempo.” (Rita, 21 anos)*

*“(A religião) Influencia imenso a forma como eu vejo a sociedade e as relações entre as pessoas.” (Joaquim, 21 anos)*

*“Há todo um conjunto de influências e de circunstâncias e as nossas ideias definem-se a partir daí, mas talvez aquilo que possa influenciar mais (a minha vida) é o meu contacto com a Bíblia” (Luís, 23 anos)*

Pelo contrário, 44,4% dos participantes referiram que a religião é uma área que tem ‘pouca ou nenhuma’ importância nas suas vidas:

*“Eu não sei se são bem dúvidas (em relação à religião) porque, por um lado eu não acredito e era o que eu estava a dizer, Igreja e rezar e Deus, ... mas por outro lado, sei que existe alguma coisa e acho que faz bem acreditar nessas coisas, mas (...), não sei...” (Beatriz, 19 anos)*

A influência da religião nas relações amorosas tem sido alvo de investigação científica, pois a religião permite perceber alguns comportamentos dos jovens (Smith & Denton, 2005), uma vez que as relações amorosas podem ser consideradas um modo de socializar que antecede a união familiar. Metade dos jovens que foram entrevistados, responderam que a religião tem um forte impacto nas suas relações amorosas.

*“Sim. De que forma (a religião influencia as relações amorosas), não sei bem explicar. Tenho mais em atenção a outra pessoa, no que é numa relação e o que essa pessoa quer... Creio que é isso.” (João, 21 anos)*

As características religiosas da família de origem e as escolhas religiosas dos jovens adultos ajudam a formar a predisposição, as atitudes e as preferências relativamente à parentalidade, pois uma socialização com uma grande componente religiosa é propícia à transmissão de perspetivas orientadas para a natalidade (Bartkowski et al., 2008; Dayrell, 2003). Do mesmo modo, os jovens que têm uma crença religiosa forte, também têm expectativas fortes sobre casar e mencionam pretender seguir apenas esse caminho, diretamente, não coabitando previamente (Crissey, 2005; Cunningham & Thornton, 2004;

Jansen, 2002; Manning et al., 2007; Mosko & Pistole, 2010; Régnier-Loilier & Prioux, 2008). Na nossa amostra verificou-se que a religião tem muita importância para a vida e para as relações amorosas, não só para os jovens filhos de pais com casamento religioso, como também para filhos de pais casados sem cerimónia religiosa.

Ainda com 3 referências surgiu a subcategoria ‘Amigos’ no que diz respeito à influência nas expectativas sobre a conjugalidade e a parentalidade:

*“O meio envolvente, as pessoas com quem eu estou, porque tanto podem encorajar como desencorajar as ideias pessoais.”* (Gonçalo, 23 anos)

Com menos referências, surge a ‘Escola’:

*“Acho que os Professores, no âmbito académico, também ajudam porque, a uma certa altura, a pessoa tem de fazer as suas próprias escolhas e, a partir do momento em que está na Faculdade, muita coisa muda. Os próprios Professores são um incentivo para a pessoa querer fazer um trabalho melhor; quanto mais apoiante o Professor seja, melhor ajuda a pessoa vai ter. Os Professores podem dar opinião e ter diferentes ideias e isso, a uma certa altura, é muito importante. Acho que a Faculdade faz crescer imenso uma pessoa e, às vezes os Professores mudam a maneira de a pessoa pensar ou, até, ajudam para melhor.”* (Elsa, 20 anos)

E a ‘Situação económica e profissional’:

*“(As expectativas conjugais e parentais) (...) também dependem da situação económica e profissional.”* (Gonçalo, 23 anos)

De toda a reflexão alcançada, salienta-se que a transição para a idade adulta exige a coordenação entre uma diversidade de características implícitas do adulto emergente e dos papéis que representa e os contextos em que se insere (Arnett, 2004; Lee, 2013).

## IV

### Considerações finais

O estudo apresentado pretendeu explorar os fatores que influenciam as expectativas de jovens adultos relativamente à conjugalidade e à parentalidade, tendo em conta diversas variáveis como a tipologia familiar, o contexto religioso ou a ambição académica. A nível metodológico a escolha incidiu sobre um estudo de natureza qualitativa, em que, recorrendo à entrevista semi-estruturada aplicada individualmente a jovens adultos, se acedeu através do seu testemunho, à sua realidade pessoal, familiar e social, o que se traduziu numa grande variedade de perspetivas sobre o tema em questão.

Os dados evidenciaram a importância do casamento para os jovens, no entanto, estes manifestaram abertura para um percurso pessoal que transitasse da coabitação para o casamento, o que revela o aparecimento de novas normas sociais no que diz respeito à formação familiar (Cherlin, 2004; Manning et al., 2007). Os jovens continuam a ter expectativas positivas sobre vir a casar, até mais elevadas do que sobre coabitar, apesar de todo um contexto cultural e social em que se verifica um incremento do número de divórcios, do adiamento do casamento no ciclo vital e da desinstitucionalização do casamento (Cherlin, 2004; Manning et al., 2007), salientando-se, por isso, que maior recetividade à coabitação não significa total rejeição do casamento.

De acordo com a sociedade em que vivemos, os dados obtidos evidenciaram que os jovens atribuem maior importância à influência das suas experiências pessoais sobre a conjugalidade e a parentalidade. No entanto, esta crescente individualização das sociedades modernas não retirou importância à conjugalidade e à família, criando antes, maior exigência, mas também, flexibilidade no processo de edificação da relação conjugal, face à existência de pluralidade de projetos individuais (Aboim, 2006).

Mudaram-se, assim, os tempos, mas as vontades adaptaram-se a circunstâncias sociais distintas. No presente estudo, apesar de eventuais constrangimentos pessoais, económicos ou sociais a que estão sujeitos os jovens, salienta-se a quase inexistência de posições desfavoráveis ao estabelecimento de uma relação conjugal.

Quase todos os jovens manifestaram um discurso favorável em relação à possibilidade de virem a ser pais no futuro. A generalidade dos estudos indica que a vontade dos jovens de ter filhos é condicionada pelo seu poder socioeconómico e pela sua ambição escolar, o que também foi verificado na nossa investigação, mas existem outras condicionantes para a expressão dessa vontade. De acordo com estudos anteriores (Pearce, 2002), os dados encontrados sugerem que as características religiosas da família de origem e as escolhas religiosas feitas pelos jovens adultos ajudam a formar as atitudes face à parentalidade. A religião, como um sistema orientador de várias dimensões vitais, pode influenciar muitas decisões, através da construção de estratégias inculcadas desde cedo (Pearce, 2002) que passam pela valorização do casamento como um ato sagrado. Também se confirmou a ideia de que o estado marital dos pais é uma característica importante, mas não determinante no âmbito das expectativas dos jovens relativamente à constituição de uma família.

Tal como qualquer outra investigação, esta não é isenta de limitações, que deverão ser consideradas no momento da interpretação dos resultados e que foram surgindo à medida que se fazia a recolha de dados, levando a novas formas de interpretação, bem como a novas questões. Por razões que se prendem com a metodologia adotada, há que salientar que a amostra não é representativa, não podendo os resultados ser generalizáveis a populações de maior dimensão. Deste modo, os resultados devem ser interpretados à luz do contexto específico em que foram recolhidos. Será pertinente, de futuro, recorrer a metodologias quantitativas com vista à aplicação do estudo a uma amostra maior, o que possibilitará até, a ampliação das conclusões a populações de diferentes áreas geográficas, obtendo-se, assim, relevância estatística.

Refira-se também a existência de subjetividade no processo de codificação de dados e de análise de resultados, típica de um estudo de carácter qualitativo, pois o investigador constrói a informação através da sua própria interpretação sobre os dados que recolhe, não podendo dissociar-se da construção da informação (Flick, 2005). Neste trabalho, mais do que a elaboração da investigadora sobre os dados, foi essencial o contacto direto em entrevista com os jovens, assim como a disponibilidade destes para contribuir com uma gota para este oceano imenso que é a investigação.

Pensamos que o Guião de Entrevista poderá ser valorizado futuramente com questões relacionadas com outras áreas, como o papel que a auto-imagem, a qualidade de

vinculação aos pais, a rede de pares ou o contexto educativo, que também exercem influência na construção de expectativas sobre a formação de uma família. Atribui-se muita importância às características do contexto familiar, como modelo para a formação de expectativas e atitudes dos jovens face à conjugalidade e à parentalidade mas, cremos, também é importante o papel do contexto educativo e das experiências a ele associadas, podendo por isso, de futuro, ser valorizado em contexto de investigação.

Apesar de se ter incluído a variável ‘contexto religioso’, este terá sido pouco desenvolvido, não só devido à escassez de literatura que o relacione com os projetos de vida dos jovens, como por se ter verificado, ao longo da investigação, que a sua análise poderia ser valorizada com um instrumento já validado que medisse o grau de religiosidade dos jovens. Com o aumento do número de crentes de outras religiões que não a católica, em Portugal, seria importante dar maior atenção a esse facto para uma melhor compreensão da sua evolução na sociedade e do impacto que os costumes religiosos têm no planeamento de uma vida familiar.

Sendo uma pesquisa de tipo transversal, permitiu investigar as expectativas dos participantes da amostra num momento único. Em todo o desenvolvimento humano ocorrem mudanças e, como tal, também as expectativas poderão alterar-se, consoante os sistemas de que o jovem faz parte e os acontecimentos de vida que atravessa, pelo que poderia haver um maior contributo a nível de investigação, procedendo-se a um estudo longitudinal em que fosse possível verificar se as trajetórias de vida deste grupo de jovens foram ao encontro daquilo que projetaram aquando do momento da primeira entrevista.

A fase da idade adulta emergente ocorre com maior frequência em países altamente industrializados, em que casar ou ser pai ou mãe são projetos adiados em função do término das obrigações académicas, podendo o jovem adulto, em simultâneo, adotar uma atitude exploratória de opções, sem correr grandes riscos, pois não tem muitas responsabilidades familiares. Verifica-se que os marcos de transição da juventude para a vida adulta continuam a existir, mas de uma forma menos normativa e, por vezes, acabam por se sobrepor ou, até, nem ocorrem, não comprometendo a passagem para a etapa da idade adulta. Este estudo será inovador em alguns aspetos e constituirá um contributo para a investigação, na medida em que se fez uma análise de indivíduos pertencentes à faixa etária designada de idade adulta emergente, que tem vindo a ganhar relevância em termos de investigação. Muita pesquisa é efetuada sobre a infância, a adolescência e a idade

adulta, pelo que, a etapa de transição para a idade adulta beneficiará, se mais investigação for feita, especialmente por se revelar cada vez mais presente nas sociedades modernas e por estas potenciarem a cada vez mais extensa e exigente tarefa de ser adulto (Arnett, 2001; Arnett & Tanner, 2006).

Apesar de todas as transformações que tem sofrido nas últimas décadas, o grupo familiar é avaliado positivamente pela maioria dos jovens, procurando estes manter os valores e práticas dos seus progenitores e concretizar os seus sonhos, ainda que condicionados por ideias pré-concebidas, por experiências passadas ou por condicionamentos sociais ou económicos. Estes constrangimentos poderão ser, em parte, ultrapassados pela construção de atitudes positivas relativamente ao futuro, o que influencia não só o comportamento diário, mas também decisões a longo prazo.

Devem ser realizadas mudanças do ponto de vista social e psicológico para que o projeto de vida familiar de cada um destes jovens não seja adiado indefinidamente. É da responsabilidade de cada um de nós, em particular, e da sociedade, em geral, procurar respostas mais viáveis para cada situação. Deverá prosseguir-se com a investigação pois, só com uma melhor compreensão das expectativas dos jovens e das suas dinâmicas interpessoais, poderemos ser agentes de mudança e contribuir para o seu processo de formação, levando a que consigam concretizar os seus sonhos.

## Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Achour, M., Grine, F., Nor, M. R. M., & MohdYusoff, M. Y. Z. (2015). Measuring religiosity and its effects on personal well-being: a case study of Muslim female academicians in Malaysia. *Journal of religion and health*.
- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Andrade, C. (2006). *Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: estudo diferencial e intergeracional*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise psicológica*, 28(2), 255-267.
- Araújo, M. F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: ciência e profissão*, 22(2), 70-77.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American psychologist*, 55(5), 469-480. . <http://dx.doi:10.1037/0003-066X.55.5.469>.
- Arnett, J. J. (2001). Conceptions of the transition to adulthood: Perspectives from adolescence through midlife. *Journal of adult development*, 8(2), 133-143.
- Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. J., & Tanner, J. (2006) *Emerging adults in America: Coming of the age in the 21st century*. Washington: American Psychological Association.
- Bartkowski, J. P., Xu, X., & Levin, M. L. (2008). Religion and child development: Evidence from the early childhood longitudinal study. *Social Science Research*, 37(1), 18-36.
- Bayle, F. (2005). A parentalidade. In I., Leal (Eds.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp. 317-346). Lisboa: Fim de Século.
- Bell, S., & Lee, C. (2006). Does timing and sequencing of transitions to adulthood make a difference? Stress, smoking, and physical activity among young Australian women. *International journal of behavioral medicine*, 13(3), 265-274.

- Bempechat, J., & Shernoff, D. J. (2012). Parental influences on achievement motivation and student engagement. In *Handbook of research on student engagement* (pp. 315-342). Springer US.
- Benson, J., & Furstenberg, F. (2003). Subjective perceptions of adulthood among urban youth: Are demographic transitions still relevant. *The Network on Transitions to Adulthood (sitio web: <http://www.transad.pop.upenn.edu/>), Research Network Working Paper, 3.*
- Berzin, S. C., & De Marco, A. C. (2010). Understanding the impact of poverty on critical events in emerging adulthood. *Youth and Society, 42*(2), 278-300. <http://dx.doi:10.1177/0044118x09351909>
- Billari, F. C., Hiekel, N., & Liefbroer, A. C. (2015). The Social Stratification of Choice in the Transition to Adulthood: A Comparative Perspective. *Population Association of America 2015 Annual Meeting, 2015.*
- Billari, F.C., & Liefbroer, A.C. (2010). Towards a new pattern of transition to adulthood? *Advances in Life Course Research, 15*(2-3), 59-75. <http://dx.doi:10.1016/j.alcr.2010.10.003>.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. *Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 15-80.*
- Bras, H., & Kok, J. (2003). Naturally, Every Child Was Supposed to Work. *Determinants of the Leaving Home Process in the Netherlands, 1850–1940*. In: van Poppel, F., Oris, M., & Lee, J. (eds.). *The road to independence: Leaving home in eastern and western societies, 16th–20th centuries*. Bern: Peter Lang: 403–450.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology, 3*(2), 77-101. <http://dx.doi:10.1191/1478088706qp063oa>
- Brückner, H., & Mayer, K.U. (2005). The de-standardization of the life course: What it might mean? And if it means anything, whether it actually took place? *Advances in Life Course Research 9*: 27–54. [http://dx.doi:10.1016/S1040-2608\(04\)09002-1](http://dx.doi:10.1016/S1040-2608(04)09002-1).
- Buchmann, M. C., & Kriesi, I. (2011). Transition to Adulthood in Europe. *Annual Review of Sociology, 37*(1), 481-503.
- Bumpass, L., & Lu, H. H. (2000). Trends in cohabitation and implications for children's family contexts in the United States. *Population studies, 54*(1), 29-41.
- Canavarro, M. C. (2001). *Psicologia da gravidez e da maternidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Carroll, J. S., Willoughby, B., Badger, S., Nelson, L. J., Barry, C. M., & Madsen, S. D. (2007). So close, yet so far away: the impact of varying marital horizons on emerging adulthood. *Journal of Adolescent Research*, 22(3), 219-247. <http://dx.doi:10.1177/0743558407299697>
- Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A Practical guide through qualitative analysis*. London: Sage.
- Chawla, N., Neighbors, C., Lewis, M. A., Lee, C. M., & Larimer, M. E. (2007). Attitudes and perceived approval of drinking as mediators of the relationship between the importance of religion and alcohol use. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 68(3), 410-418.
- Cherlin, A. J., (2004), The deinstitutionalization of American marriage. *Journal of Marriage and Family*, 66, 848-861.
- Clark, W. (2007). *Delayed transitions of young adults*. *Canadian Social Trends*, 84, 14-22.
- Coleman, P. (1988). *Divorce as Family Transition*. New York: Guilford Press.
- Collet, B., & Santelli, E. (2012). *Couples d'ici, parents d'ailleurs. Parcours de descendants d'immigrés*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Council of Europe (2016). *Perspectives on youth Healthy Europe: confidence and uncertainty for young people in contemporary Europe*. Council of Europe Publishing F-67075 Strasbourg Cedex <http://book.coe.int>
- Crissey, S.R. (2005). Race/ethnic differences in the marital expectations of adolescents: The role of romantic relationships. *Journal of Marriage and Family*, 67(3), 697-709.
- Crocetti, E., Scignaro, M., Sica, L. S., & Magrin, M. E. (2012). Correlates of identity configurations: Three studies with adolescent and emerging adult cohorts. *Journal of Youth and Adolescence*, 41(6), 732-748.
- Cruz, M. B., Seruya, J. M., Reis, L. B., & Schmidt, L. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise social*, 285-307.
- Cunningham, M., & Thornton, A. (2004). The influence of parents' and childrens' union transitions on attitudes toward cohabitation. In *annual meeting of the Population Association of America*, April, Boston.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies and human development*. Thousand Oaks: Sage.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Red Revista Brasileira de Educação*.

- de Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 91-112.
- De Valk, H. A., & Liefbroer, A. C. (2007). Parental influence on union formation preferences among Turkish, Moroccan, and Dutch adolescents in the Netherlands. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 38(4), 487-505. [http://dx.doi: 10.1177/0022022107302316](http://dx.doi.org/10.1177/0022022107302316)
- Dennison, R., & Koerner, S. (2006). Post-divorce interparental conflict and adolescents' attitudes about marriage: The influence of maternal disclosures and adolescent gender. *Journal of Divorce & Remarriage*, 45(1-2), 31-49. [http://dx.doi: 10.1300/J087v45n01\\_02](http://dx.doi.org/10.1300/J087v45n01_02)
- Dennison, R., & Koerner, S. (2008). A look at hopes and worries about marriage: The views of adolescents following a parental divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 48(3-4), 91-107. [http://dx.doi.org/10.1300/J087v48n03\\_06](http://dx.doi.org/10.1300/J087v48n03_06)
- Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. (1994). Entering the Field of Qualitative Research. In Denzin; N.K. & Lincoln Y. S., (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*, p. 1-22. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Dias, A. C. G., Jager, M. E., Patias, N. D., & de Oliveira, C. T. (2013). Maternidade e casamento: o que pensam as adolescentes? *Interacções*, 9(25).
- Drescher, C. (2016). Emerging Adults and the American Church: How Brecksville United Methodist Church can Recapture the Attention of 18-29 Year olds. Master Essay, John Carroll University.
- Dubow, E. F., Boxer, P., & Huesmann, L. R. (2009). Long-term effects of parents' education on children's educational and occupational success: Mediation by family interactions, child aggression, and teenage aspirations. *Merrill-Palmer quarterly (Wayne State University Press)*, 55(3), 224.
- Ellison, C. G., Walker, A. B., Glenn, N. D., & Marquardt, E. (2011). The effects of parental marital discord and divorce on the religious and spiritual lives of young adults. *Social Science Research*, 40(2), 538–551. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.10.010>
- Esping-Andersen, G. (2016). Families in the 21st Century. SNS, Centre for Business and Policy Studie. Books on Demand, Germany.
- Eurostat (2016). <http://ec.europa.eu/eurostat>. Site consultado em Outubro de 2016.
- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: o difícil convívio entre conjugalidade e individualidade. *Rio de Janeiro: Nau*.

- Fernandes, A. T., Esteves, A. J., Dias, I., Lopes, J. T., Mendes, M. M., Azevedo, N. (1996). *Práticas e Aspirações dos Públicos estudiantis do Concelho do Porto*, Instituto de Sociologia d Faculdade de Letras do Porto. 28-36.
- Fernandes, E. M. & Maia, A. (2001). Grounded theory. *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Universidade do Minho. Centro de estudos em educação e psicologia, 49-76.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (2ª ed.), Ed. Monitor.
- Fonseca, P. (2008). *Compromisso e confiança nas relações íntimas dos jovens adultos filhos de pais separados*. Dissertação de Mestrado, manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Furstenberg, F. F. (2008). The intersections of social class and the transition to adulthood. *New directions for child and adolescent development*, 2008(119), 1-10.
- Furstenberg, F. F. (2010). On a new schedule: Transitions to adulthood and family change. *The Future of children* 20(1): 67–87
- Garssen, J., de Beer, J., Cuyvers, P., & de Jong, A. (2001). *Living together: New facts on relationships and families*. Voorburg, Netherlands: Central Bureau for Statistics.
- Gassanov, M. A., Nicholson, L. M., & Koch-Turner, A. (2008). Expectations to marry among American youth: The effects of unwed fertility, economic activity, and cohabitation. *Youth & Society* 40(2):265–288.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory. Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine.
- Gleitman, H., (1998). *Psicologia* (3ª ed.). Tradução de D. Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Glick, J. E., & White, M. J. (2004). Post-secondary school participation of immigrant and native youth: The role of familial resources and educational expectations. *Social Science Research*, 33(2), 272-299.
- Greeley, A. (1989). Protestant and Catholic: Is the analogical imagination extinct? *American sociological review*, 485-502.
- Guedes, M., Carvalho, P. S., Pires, R., & Canavarro, M. C. (2011). Uma abordagem qualitativa às motivações positivas e negativas para a parentalidade. *Análise Psicológica*, 29(4), 535-551.

- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in a Southern European country: Transitions in Portugal. *Revista Portuguesa de Ciências Sociais*, 3 (3), 191-209.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. CITE: Lisboa.
- Guzzo, K. B. (2006). The relationship between life course events and union formation. *Social Science Research*, 35(2), 384-408.
- Hall, S. (1998) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, T. W., Edwards, E., & Wang, D. C. (2016). The spiritual development of emerging adults over the college years: A 4-year longitudinal investigation. *Psychology of Religion and Spirituality*, 8(3), 206–217 <http://dx.doi.org/10.1037/rel0000051>.
- Haralambos, M., & Holbom, M. (1994). *Sociology Themes and Perspectives*. (3rd ed.). London. Harper Collins Publishers.
- Hayford, S. R., & Morgan, S. P. (2008). Religiosity and fertility in the United States: The role of fertility intentions. *Social Forces*, 86(3), 1163-1188. <http://dx.doi:10.1353/sof.0.0000>.
- Heaton, T. B. (2002). Factors contributing to increasing marital stability in the United States. *Journal of Family Issues*, 23(3), 392-409.
- Heilborn, M. L., & Cabral, C.S. (2006). *Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta*. In A. A. Camarano (Ed). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 225-256). Rio de Janeiro: IPEA.
- Heilborn, M. L., Salem, T., Rohden, F., Brandão, E., Knauth, D., VÍctora, C., & Bozon, M. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes antropológicos*, 8(17), 13-45.
- Henry, K. L., Cavanagh, T. M., & Oetting, E. R. (2011). Perceived parental investment in school as a mediator of the relationship between socio-economic indicators and educational outcomes in rural America. *Journal of youth and adolescence*, 40(9), 1164-1177.
- Hernandez, J. A. E., & Hutz, C. S. (2009). Transição para a parentalidade: ajustamento conjugal e emocional. *Psico*, 40(4), 414-421.
- Hoem, J. M., & Kostova, D. (2008). Early traces of the Second Demographic Transition in Bulgaria: A joint analysis of marital and non-marital union formation, 1960–2004. *Population Studies*, 62(3), 259-271. <http://dx.doi.org/10.1080/00324720802313256>
- Holman, T. B. (2001). *Premarital prediction of marital quality or breakup: Research, theory and practice*. New York: Springer.

- Holman, T. B., & Li, B. D. (1997). Premarital factors influencing perceived readiness for marriage. *Journal of Family Issues*, 18(2), 124-144
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton, & M. C. P. Silva (Orgs.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio* (pp. 47-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hunt, B. (2006). *An Examination of the Differences in Marital Expectations of Young Adults from Intact and Divorced Families* (Doctoral Dissertation).
- Ibrahim, F. (2014). The Islamic approach in mitigating HIV AIDS. *International Journal of Public Health and Clinical Sciences*, 1(2), 14-18.
- INE (2016). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em: <https://www.ine.pt/> Site consultado em Outubro de 2016.
- Jablonski, B. (2009). Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos. *Casal e familia: permanências e rupturas*, 109-134.
- Jansen, M. (2002). Religiositeit en relatie- en gezinsvorming in Nederland nader beschouwd [A closer look at religiosity and union- and family formation in the Netherlands]. *Bevolking en Gezin*, 31, 125-150.
- Kalmijn, M. (2007). Explaining cross-national differences in marriage, cohabitation, and divorce in Europe, 1990-2000. *Population Studies: A Journal of Demography*, 61(3), 243-263.
- Kirby, D. (2001). *Emerging answers: Research findings on programs to reduce teen pregnancy*. Washington DC: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy.
- Kirk, A. (2002). The effects of divorce on young adults' relationship competence: The influence of intimate friendships. *Journal of Divorce & Remarriage*, 38(1-2), 61-89.
- Kitthananan, A. (2006). Choosing and Using Qualitative Research: The Focus Groups Method. *Journal of Public and Private Management*, 133-151.
- Kleinepier, T., & De Valk, H. A. G. (2016). Ethnic differences in family trajectories of young adult women in the Netherlands: Timing and sequencing of events. *Demographic Research*, 35, 671-710.
- Koenig, H. G. (2009). Research on religion, spirituality, and mental health: A review. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 54(5), 283-291.
- Koepke, S., & Denissen, J. J. (2012). Dynamics of identity development and separation-individuation in parent-child relationships during adolescence and emerging adulthood—A conceptual integration. *Developmental Review*, 32(1), 67-88.

- Koestler, A. J. (1981). *Jano: uma sinopse*. São Paulo. Melhoramentos.
- Leal, I. P. (2000). *Entrevista Clínica e Psicoterapia de Apoio* (2ª ed.). Lisboa: Edições ISPA.
- Lee, R. (2013). Intergenerational Transfers, the Biological Life Cycle, and Human Society. *Population and development review*, 38(s1), 23-35.
- Leite, S. (2003). A união de facto em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 33, 97-140.
- Lenski, G. (1963). *The religious factor: A sociological study of religion's impact on politics, economics, and family life*. Garden City, NY: Anchor Books.
- Lesnard, L., Cousteaux, A. S., Chanvriil, F., & Le Hay, V. (2016). Do Transitions to Adulthood Converge in Europe? An Optimal Matching Analysis of Work–Family Trajectories of Men and Women from 20 European Countries. *European Sociological Review*, 32(3), 355-369.
- Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and development review*, 36(2), 211-251.
- Levinson, D. (1977). *The seasons of a man's life*. New York: Alfred A. Knoff.
- Li, X. (2014). What Influences the Attitudes of People in the United States Toward Marriage? A Critical Review. *The Family Journal*, 22(3), 292-297. <http://dx.doi.org/10.1177/066480714529743>
- Machado, M. D. C., Alves, M. I., Couceiro, L., Silva, F. G., Almeida, M. M., & Alves, I. (2014). Natalidade e fertilidade: Análise dos conhecimentos e expectativas de 3585 estudantes universitários portugueses. *Acta Médica Portuguesa*, 27(5), 601-608.
- Manning, W. D. (2013). Trends in cohabitation: Over twenty years of change, 1987-2010. *Studies*, 54, 29-41.
- Manning, W. D., Longmore, M. A., & Giordano, P. C. (2007). The changing institution of marriage: Adolescents' expectations to cohabit and to marry. *Journal of marriage and family*, 69(3), 559-575.
- Manning, W. D., & Smock, P. J. (2002). First comes cohabitation and then comes marriage? A research note. *Journal of Family Issues*, 23(8), 1065-1087.
- Manning, W. D., & Smock, P. J. (2005). Measuring and modeling cohabitation: New perspectives from qualitative data. *Journal of marriage and family*, 67(4), 989-1002.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, 58-59.
- Markman, H. J., & Halford, W. K. (2005). International perspectives on couple relationship education. *Family Process*, 44(2), 139-146.

- Martin, P. D., Martin, D., & Martin, M. (2001). Adolescent premarital sexual activity, cohabitation, and attitudes toward marriage. *Adolescence*, 36(143), 601-609.
- Matos, M. G. D., & Magalhães, A. S. (2014). Tornar-se pais: sobre a expectativa de jovens adultos. *Pensando famílias*, 18(1), 78-91.
- Minuchin, S. (1979). *Famílias y Terapia Familiar*. Barcelona, Gedisa.
- Moore, B. L. (2014). In-depth interviewing. In J. Soeters, P. M. Shields & S. Rietjens (Eds.), *Routledge handbook of research methods on military studies*, p. 116-128. New York: Routledge.
- Moreira-Almeida, A., Koenig, H. G., & Lucchetti, G. (2014). Clinical implications of spirituality to mental health: review of evidence and practical guidelines. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 36(2), 176-182.
- Morris, M. H., & West, C. (2001). Post divorce conflict and avoidance of intimacy. *Journal of Divorce & Remarriage*, 35(3-4), 93-105.
- Mosko, J. E., & Pistole, M. C. (2010). Attachment and religiousness: Contributions to young adult marital attitudes and readiness. *The Family Journal*, 18(2), 127-135. <http://dx.doi.org/10.1177/1066480710364132>
- Murta, S. G., Rodrigues, A. C., Rosa, I. O., Paulo, S. G., & Furtado, K. (2011). Avaliação de necessidades para a implementação de um programa de transição para a parentalidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(3), 337-346.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: à procura do padrão que liga*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Nasim, A., Utsey, S. O., Corona, R., & Belgrave, F. Z. (2006). Religiosity, refusal efficacy, and substance use among African-American adolescents and young adults. *Journal of Ethnicity in Substance Abuse*, 5(3), 29-49.
- Newman, K., & Aptekar, S. (2007). Sticking around: Delayed departure from the parental nest in Western Europe. *The price of independence: The economics of early adulthood*, 207-230.
- Ottaway, A. (2010). The impact of parental divorce on the intimate relationships of adult offspring: a review of the literature. *Graduate Journal of Counseling Psychology*, 2(1), 5.
- Oxford Dictionary, consultado online em Outubro de 2016.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude — alguns contributos. *Análise social*, 139-165.

- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates*. Lisboa: Editora Âmbar.
- Pappámikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116
- Pappámikail, L. (2011). Juventude: Entre a fase da vida e o tempo de viver. *AN Almeida (edt.). História da vida privada em Portugal: Os nossos dias (Vol. 4)*. Lisboa: Círculo de Leitores. i i.
- Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2013). Opiniões sobre maternidade em adolescentes grávidas e não-grávidas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1).
- Pearce, L. D. (2002). The influence of early life course religious exposure on young adults dispositions toward childbearing. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 41(2), 325-340.
- Plotnick, R. D. (2007). Adolescent expectations and desires about marriage and parenthood. *Journal of adolescence*, 30 (6), 943-963. <http://dx.doi:10.1016/j.adolescence.2007.01.003>
- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo. Consultado em Fevereiro 2016. Disponível em: <http://www.pordata.pt>.
- QSR International (2015). NVivo11 Pro for Windows®. Disponível em: [www.qsrinternational.com/](http://www.qsrinternational.com/)
- Qadeer, B. (2012). Changing Attitude of University Students towards Marriage. Doctoral Dissertation, Faculty of Social Sciences, International Islamic University, Islamabad.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raymore, L. A., Barber, B. L., & Eccles, J. S. (2001). Leaving home, attending college, partnership and parenthood: The role of life transition events in leisure pattern stability from adolescence to young adulthood. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(2), 197-223.
- Régnier-Loilier, A., & Prioux, F. (2008). Does religious practice influence family behaviours?. *Population and Societies*, (447), 1.
- Relvas, A. P. (2004). *O Ciclo Vital da Família: Perspectiva Sistémica*. (3.ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Robin, A., & Foster, S. L. (2003). *Negotiating Parent-Adolescent Conflict: A Behavioral-Family Systems Approach*. Guilford Press.

- Rosina, A., & Fraboni, R. (2004). Is marriage losing its centrality in Italy?. *Demographic research, 11*, 149-172.
- Salmela-Aro, K., Aunola, K., & Nurmi, J. E. (2007). Personal goals during emerging adulthood: A 10-year follow up. *Journal of adolescent Research, 22*(6), 690-715. <http://dx.doi:10.1177/0743558407303978>.
- Saraceno, C. (2003). *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa.
- Sassler, S., Cunningham, A., & Lichter, D. T. (2009). Intergenerational patterns of union formation and relationship quality. *Journal of Family Issues, 30*(6), 757-786.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface \_ Comunicação, Saúde, Educação, 5*(8), 47-60.
- Schoen, R., Landale, N. S., & Daniels, K. (2007). Family transitions in young adulthood. *Demography, 44*(4), 807-820.
- Schoen, R., Landale, N. S., Daniels, K., & Cheng, Y. H. A. (2009). Social background differences in early family behavior. *Journal of Marriage and Family, 71*(2), 384-395.
- Schröder, C. (2006). Cohabitation in Italy: Do parents matter? *Genus, 62*(3), 53-85.
- Setran, D. P., & Kiesling, C. A. (2013). *Spiritual formation in emerging adulthood: A practical theology for college and young adult ministry*. Baker Academic.
- Shurts, W. M., & Myers, J. E. (2012). Relationships Among Young Adults' Marital Messages Received, Marital Attitudes, and Relationship Self-Efficacy. *Adulthoodspan Journal, 11*(2), 97-111.
- Silva, J. M. (2013). *Coming up short: Working-class adulthood in an age of uncertainty*. Oxford University Press.
- Silverman, D. (2013). *Doing qualitative research: A practical handbook*. SAGE Publications Limited.
- Simons, L. G., Burt, C. H., & Tambling, R. B. (2013). Identifying mediators of the influence of family factors on risky sexual behavior. *Journal of Child and Family Studies, 22*(4), 460-470.
- Singly, F. (2000). *O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar*. In C. E. Peixoto, F. E. Singly, & V. Cicchelli (Orgs.). *Família e individualização* (pp. 13-19). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sironi, M., Barban, N., & Impicciatore, R. (2015). Parental social class and the transition to adulthood in Italy and the United States. *Advances in Life Course Research, 26*, 89-104.

- Smith, C., & Denton, M. L. (2005). *Soul Searching: The Religious and Spiritual Lives of American Teenagers*. New York: Oxford University Press.
- Smith, C., & Snell, P. (2009). *Souls in transition: The religious and spiritual lives of emerging adults*. Oxford University Press.
- Smock, P. J., Manning, W. D., & Dorius, C. (2013). *The Intergenerational transmission of cohabitation in the US: The role of parental union histories* (pp. 13-791). PSC Research Report 2013.
- Smock, P. J., Manning, W. D., & Porter, M. (2005). "Everything's there except money": How money shapes decisions to marry among cohabitators. *Journal of Marriage and Family*, 67(3), 680-696.
- Sobotka, T., Skirbekk, V., & Philipov, D. (2011). Economic recession and fertility in the developed world. *Population and development review*, 37(2), 267-306. [http://dx.doi: 10.1111/j.1728-4457.2011.00411.x](http://dx.doi.org/10.1111/j.1728-4457.2011.00411.x)
- Starrels, M. E., & Holm, K. E. (2000). Adolescents' plans for family formation: Is parental socialization important?. *Journal of Marriage and Family*, 62(2), 416-429.
- Steinberg, S. J., Davila, J., & Fincham, F. (2006). Adolescent marital expectations and romantic experiences: Associations with perceptions about parental conflict and adolescent attachment security. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(3), 314-329.
- Stern, C., & Medina, G. (2000). Adolescencia y salud en México. *Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México*, 98-160.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. London: Sage Publications.
- Tanner, J. L. (2006). Recentering During Emerging Adulthood: A Critical Turning Point in Life Span Human Development.
- Teixeira, A. (coord.). (2012). *Identidades religiosas em Portugal: representações, valores e práticas*. Relatório apresentado na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, Fátima 16 a 19 de abril de 2012, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião – Centro de Estudos de Religiões e Culturas).
- Thorsen, M. L. (2016). The adolescent family environment and cohabitation across the transition to adulthood. *Social Science Research*. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssresearch.2016.10.007>
- Travassos-Rodriguez, F., & Féres-Carneiro, T. (2013). Maternidade tardia e ambivalência: Algumas reflexões. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 111-121.

- Türken, S., Nafstad, H. E., Phelps, J. M., & Blakar, R. M. (2016). Youth's future orientation and well-being: Materialism and concerns with education and career among Turkish and Norwegian youth. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 7(3-4), 472-497. <http://dx.doi.org/10.18357/ijcyfs73-4201616175> 472
- Uecker, J. E., & Stokes, C. E. (2008). Early marriage in the United States. *Journal of Marriage and Family*, 70(4), 835-846.
- van de Kaa, D. J. (2011). On the societal impact of modern contraception. In *The future of motherhood in Western societies* (pp. 49-60). Springer Netherlands.
- van Schaick, K., & Stolberg, A. L. (2001). The impact of paternal involvement and parental divorce on young adults' intimate relationships. *Journal of divorce & remarriage*, 36(1-2), 99-121.
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: Revisitando conceitos. In A. Wagner (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea* (p. 19-35). Porto Alegre: Artmed.
- Wall, K., & Aboim, S. (2003). Perfis regionais de mudança familiar. Síntese Final. *Sociologia, Problemas e práticas*, (43), 97-100.
- Wallerstein, J. S., & Lewis, J. M. (2004). The Unexpected Legacy of Divorce: Report of a 25-Year Study. *Psychoanalytic psychology*, 21(3), 353.
- Wallis, S. (2015). Youth on Religion: the development, negotiation and impact of faith and non-faith identity. <http://dx.doi.org/10.1080/01416200.2015.1069099>
- Waszak, C., & Sines, M. (2003). Mixed methods in psychological research. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 557-576). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Whitton, S. W., Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman, H. J. (2008). Effects of parental divorce on marital commitment and confidence. *Journal of Family Psychology*, 22(5), 789-793. <http://dx.doi: 10.1037/a0012800>
- Wiik, K. A. (2009). 'You'd Better Wait!'—socio-economic background and timing of first marriage versus first cohabitation. *European Sociological Review*, 25(2), 139-153.
- Willoughby, B. J. (2010). Marital attitude trajectories across adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(11), 1305-1317.

- Willoughby, B. J., Hall, S. S., & Luczak, H. P. (2015). Marital paradigms: A conceptual framework for marital attitudes, values, and beliefs. *Journal of Family Issues*, 36(2), 188-211.
- Witte, J. (2012). *From sacrament to contract: Marriage, religion, and law in the Western tradition*. Presbyterian Publishing Corp.
- Wright, D. W., Simmons, L. A., & Campbell, K. (2007). Does a marriage ideal exist? Using Q-sort methodology to compare young adults' and professional educators' views on healthy marriages. *Contemporary Family Therapy*, 29(4), 223-236.
- Zamagni, S., & Zamagni, V. (2014) *Familia e Trabalho – Oposição ou harmonia?*, Príncipe Editora, Lda.
- Zordan, E. P., Falcke, D., & Wagner, A. (2009). Casar ou não casar?: Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em revista*, 15(2), 56-76.
- Zullig, K. J., Ward, R. M., & Horn, T. (2006). The association between perceived spirituality, religiosity, and life satisfaction: The mediating role of self-rated health. *Social Indicators Research*, 79(2), 255.

# Apêndices

## **Apêndice A**

### Guia de aplicação dos protocolos

## **Guia de aplicação dos protocolos**

- Apresentação da entrevistadora;
- Explicação dos objetivos gerais da investigação;
- Pedido de gravação da entrevista em formato áudio e informação da transcrição após a gravação, bem como da confidencialidade de todo o processo;
- Apresentação do Consentimento Informado e entrega do duplicado assinado e datado aos participantes;
- Breve agradecimento pela colaboração na investigação;
- Introdução do Questionário Sociodemográfico;
- Introdução da Entrevista Semiestruturada;
- Possibilidade de expressar alguma ideia adicional ou efetuar alguma partilha;
- Agradecimento final.

**Apêndice B**  
Consentimento Informado



## Consentimento Informado

A investigação para a qual pedimos colaboração, sobre as expectativas dos jovens adultos em relação à conjugalidade e à parentalidade, está a ser realizada por Margarida Ferreira no âmbito do Mestrado em Ciências da Família da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (FCH – UCP), sob a orientação científica da Doutora Susana Costa Ramalho.

O objetivo desta investigação é explorar as ideias dos jovens acerca da possibilidade de vir a constituir uma família e identificar fatores que possam influenciar essa escolha.

Assim, elaborámos uma entrevista especificamente para este estudo e à qual os jovens responderão, sendo os dados recolhidos apenas utilizados no âmbito deste trabalho de investigação.

A participação no estudo é voluntária e os dados disponibilizados são absolutamente confidenciais, não havendo quaisquer consequências para quem se recusar participar ou desistir.

Tomei conhecimento do objetivo do estudo e do que tenho de fazer para nele participar.

Fui informado(a) que a entrevista será gravada em formato áudio e, posteriormente, transcrita.

Fui informado(a) que tenho o direito a recusar participar ou desistir durante a entrevista e que essas decisões não terão consequências para mim.

Assim, declaro que aceito participar na investigação.

Rubrica (não indicar nome ou outros dados que permitam a sua identificação): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura da Investigadora: \_\_\_\_\_  
Margarida Ferreira - Aluna do Mestrado em Ciências da Família da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (FCH - UCP)

Os participantes que pretenderem obter mais informações sobre o estudo poderão contactar a investigadora através do email [margaridaaferreira1@gmail.com](mailto:margaridaaferreira1@gmail.com)

**Apêndice C**  
Questionário Sociodemográfico



Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas  
Mestrado em Ciências da Família  
Margarida Ferreira

## Questionário de Dados Sociodemográficos

**1. Localidade/ Concelho em que reside atualmente** \_\_\_\_\_

(não residir na área geográfica de Lisboa e Vale do Tejo é critério de exclusão do estudo)

**2. Nacionalidade** \_\_\_\_\_ (não ser português é critério de exclusão do estudo)

### 2.1. Origem étnica

- Caucasiana \_\_\_\_\_
- Africana \_\_\_\_\_
- Caucasiana-Africana \_\_\_\_\_
- Asiática \_\_\_\_\_
- Outra \_\_\_\_\_

**3. Idade** \_\_\_\_\_ (não ter entre 18 e 29 anos é critério de exclusão do estudo)

### 4. Sexo

- Feminino \_\_\_\_\_
- Masculino \_\_\_\_\_

**5. Nível de escolaridade** \_\_\_\_\_

### 6. Ocupação

- Estudante \_\_\_\_\_
- Trabalhador \_\_\_\_\_
- Outro \_\_\_\_\_

### 7. Tem filhos?

- **Sim** \_\_\_\_\_ **Não** \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_ (ter filhos é critério de exclusão do estudo)

### 8. É casado/ vive em união de facto?

- **Sim** \_\_\_\_\_ **Não** \_\_\_\_\_ (ser casado ou viver em união de facto é critério de exclusão do estudo)

### 9. Crença religiosa

- Nenhuma \_\_\_\_\_
- Católica \_\_\_\_\_
- Evangélica \_\_\_\_\_
- Muçulmana \_\_\_\_\_
- Outra \_\_\_\_\_
- Crente, praticante \_\_\_\_\_
- Crente, não praticante \_\_\_\_\_

**10. Com quem habita?** \_\_\_\_\_

**10.1. Tem irmãos?** \_\_\_\_\_ **Quantos?** \_\_\_\_\_

**11. Informações sobre os progenitores do entrevistado**

**11.1. Idade**

- Mãe \_\_\_\_\_
- Pai \_\_\_\_\_

**11.2. São um casal?**

- Sim \_\_\_ (Casamento: civil \_\_\_ / religioso \_\_\_ ; União de facto \_\_\_ ) / Não \_\_\_
- Estado civil Mãe: Solteira \_\_\_ Casada \_\_\_ Divorciada \_\_\_ Viúva \_\_\_
- Estado civil Pai: Solteiro \_\_\_ Casado \_\_\_ Divorciado \_\_\_ Viúvo \_\_\_

Outra situação/ observações: \_\_\_\_\_

**11.3. Nível de escolaridade**

- Mãe \_\_\_\_\_
- Pai \_\_\_\_\_

**11.4. Situação face ao emprego**

- Mãe \_\_\_\_\_
- Pai \_\_\_\_\_

**11.5. Profissão/Experiência profissional**

- Mãe \_\_\_\_\_
- Pai \_\_\_\_\_

Data \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

## **Apêndice D**

### **Guião de Entrevista Semiestruturada**

Temas	Subtemas	Recolher informação sobre	Questões
<b>1.Dados Pessoais</b>	Dados socio-demográficos	Dados sociodemográficos dos participantes através de Questionário Sociodemográfico em suporte-papel (a preencher pela investigadora)	<u>Itens a questionar sobre os participantes:</u> nacionalidade; idade; sexo; nível de escolaridade; ocupação; tem ou não tem filhos; crença religiosa...  <u>Itens a questionar sobre os pais:</u> grau de escolaridade; situação face ao emprego; profissão; situação conjugal/estado civil...
<b>2.Escola/ Trabalho</b>	Projetos escolares/ profissionais	Importância da evolução académica para o jovem e para a família Objetivos e desejos a nível escolar/ profissional	- O que gostava de fazer no futuro (estudar, trabalhar, outro)? / Se pretende estudar, até que nível?  - Os seus pais têm influência nos seus projetos escolares/ profissionais? O que gostariam que fizesse?
<b>3.Religião</b>	Envolvimento religioso	Nível de integração/envolvimento em atividades religiosas	<u>Questões a colocar apenas aos jovens que têm uma crença religiosa:</u> -No questionário sociodemográfico já indicou a sua crença religiosa. Para além disso, eu gostaria de conhecer o seu envolvimento com as práticas religiosas ou atividades ligadas às mesmas...  - Por exemplo, participa regularmente nas celebrações religiosas (Missa, Culto, etc.)? Sente-se parte integrante de uma comunidade religiosa (grupo de jovens, por exemplo)? Se não pertence no presente, já participou no passado? Porque deixou de participar? Se sim, que atividades/tarefas desenvolve nesse contexto?  - Que significado tem pessoalmente este envolvimento (no caso de existir) com a religião? O que acrescenta à sua vida?  <u>Questão a colocar a todos os jovens:</u> - Pensa que este envolvimento (ou a ausência dele) tem algum impacto na forma como vê as relações de namoro e as relações de casamento/coabitação conjugal? Em que sentido?
<b>4.Família</b>	Importância da família	Conceções de Família e das suas configurações	- Que importância tem para si a família? O que é uma Família?  - Como descreve a relação com a sua família?
<b>5.Constituição familiar</b>	Conjugalidade	Projetos acerca da conjugalidade	- O que pensa sobre o casamento ou a união de facto? Porquê? Que importância pensa que tem na

			<p>vida das pessoas adultas?/ Porque é que a vida a dois pode ser importante?/ O que poderá acrescentar? Para si, casar ou viver em união de facto são a mesma coisa ou são coisas diferentes?</p> <p>- No futuro imagina-se a/espera ter uma relação amorosa/ imagina-se a casar ou a viver em união de facto? Se sim, como seria (e.g. casamento civil/ religioso; organização e gestão da vida diária) e em que idade?</p> <p>- Se não, porquê e como imagina que será no futuro?</p> <p>- Com que idade gostava de casar/viver em união de facto?/Pensa que há uma idade ou um momento ideal para casar/viver em união de facto? Imagina-se/vê-se casado/em união de facto nessa altura?</p>
	Parentalidade	Projetos acerca da parentalidade	<p>- Qual pensa ser a importância, para um adulto, de ser pai/mãe?</p> <p>- No futuro imagina-se a/espera constituir família/ter filhos? Porquê?</p> <p>- Se sim, como seria essa família (casamento, união de facto, monoparental; quantos filhos)? Como se imagina como pai/mãe? Se não, porquê?</p> <p>- Com que idade gostava de ter filhos?/Se só dependesse de si, qual seria a idade ideal para ter o primeiro filho?</p> <p>- Imagina-se com filhos nessa altura?/ Pensa que é isso que vai acontecer?</p>
<b>6.Sociedade</b>	Influências sociais	Influência da sociedade nas suas escolhas futuras sobre a conjugalidade e a parentalidade	- O que pensa que influencia mais as suas ideias sobre a conjugalidade e a parentalidade (e.g. família, grupo de pares, envolvimento religioso características pessoais)? Em que aspeto?

## **Apêndice E**

Sistema hierárquico de categorias  
e suas frequências  
(*Software NVivo*)

Nome	Fontes	Referências
<b>1) Projetos escolares-profissionais</b>	<b>18</b>	<b>37</b>
<b>Influência familiar nos projetos escolares-profissionais</b>	<b>17</b>	<b>21</b>
1_Pouca	2	2
2_Média	6	6
3_Muita	9	13
<b>Opções escolares-profissionais</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
Fazer Licenciatura e trabalhar	2	2
Fazer Pós-graduação ou Mestrado e trabalhar	11	11
Ingressar na Faculdade	3	3
Trabalhar	2	2
<b>2) Religião</b>	<b>17</b>	<b>40</b>
<b>Grau de influência da religião nas relações amorosas</b>	<b>17</b>	<b>24</b>
Muita	9	12
Pouca-nenhuma	8	12
<b>Importância da religião na vida</b>	<b>9</b>	<b>11</b>
Aprendizagem	4	5
Calma	2	3
Força	3	3
<b>Participação em atividades religiosas</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
Culto ou celebração religiosa	4	4
Sessões ensino religioso	5	5
<b>3) Família</b>	<b>18</b>	<b>39</b>
<b>Relação com família alargada</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Boa	2	2
Difícil	1	1
<b>Relação com família direta</b>	<b>16</b>	<b>22</b>
Boa	16	21
Difícil	2	2
Mediana	2	2
<b>Significado do conceito de família</b>	<b>13</b>	<b>15</b>
Apoio incondicional	9	11
Base relacional e aprendizagem	4	4
Laços fortes	2	2
<b>4) Conjugalidade</b>	<b>18</b>	<b>45</b>
<b>Desejo de conjugalidade</b>	<b>18</b>	<b>26</b>
<b>Opções de conjugalidade</b>	<b>18</b>	<b>21</b>
Casamento	14	17
Casamento civil	4	4
Casamento religioso	10	10

Coabitação	4	4
<b>Fase desejada para iniciar conjugalidade</b>	<b>17</b>	<b>21</b>
Após atingir maturidade	3	3
Após estabilidade financeira e profissional	8	8
Após fim dos estudos	9	9
Outros motivos	3	3
<b>Importância da conjugalidade</b>	<b>17</b>	<b>20</b>
Constituição de uma família	6	6
Encontrar alguém com quem se identifique	5	5
Percurso com dificuldades	2	2
Requer compromisso e responsabilidade	9	10
<b>5) Parentalidade</b>	<b>18</b>	<b>56</b>
<b>Desejo de parentalidade</b>	<b>18</b>	<b>23</b>
Ainda não pensa sobre parentalidade	1	2
Sim	17	22
<b>Expectativas enquanto pai-mãe</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
Equilibrado(a)-calmo(a)	4	4
Presente	3	3
Transmissor(a) de bons valores	5	6
<b>Fase desejada para iniciar parentalidade</b>	<b>18</b>	<b>20</b>
Após atingir maturidade	5	5
Após estabilidade financeira e profissional	6	6
Após fim dos estudos	4	4
Outros motivos	4	4
<b>Importância da parentalidade</b>	<b>16</b>	<b>18</b>
Momento importante e expectável na vida	5	5
Realização pessoal e aprendizagem	7	8
Requer responsabilidade e disponibilidade	7	7
<b>6) Fatores percecionados com maior influência nos projetos conjugais e parentais</b>	<b>18</b>	<b>26</b>
Amigos	2	3
Escola	1	1
Família	8	9
O próprio	11	13
Religião	6	7
Situação económica e profissional	1	1

**Apêndice F**  
Frequência de palavras  
(*Software NVivo*)

